

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ADELINA ALMEIDA MOREIRA DE ARAUJO**

**CALDO DE CANA, BAGAÇO DE GENTE:** desproteção e degradação do  
trabalho na agroindústria canavieira

**JOÃO PESSOA**

**2013**

**ADELINA ALMEIDA MOREIRA DE ARAUJO**

**CALDO DE CANA, BAGAÇO DE GENTE:** desproteção e degradação do  
trabalho na agroindústria canavieira

Dissertação de Mestrado  
apresentada à Pós-graduação em  
Serviço Social da Universidade  
Federal da Paraíba, como  
requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Serviço  
Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Augusta Tavares

JOÃO PESSOA

2013

ADELINA ALMEIDA MOREIRA DE ARAÚJO

**CALDO DE CANA, BAGAÇO DE GENTE:** Desproteção e degradação do  
trabalho na agroindústria canavieira

Dissertação de Mestrado  
apresentada à Pós-graduação em  
Serviço Social da Universidade  
Federal da Paraíba, como  
requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Serviço  
Social.

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Professora Doutora Maria Augusta Tavares

---

Professora Doutora Maria Aparecida Ramos

---

Professor Doutor Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais, Edvandro e Neide, que conhecendo muito bem a labuta de um trabalhador rural, trabalharam arduamente para que eu pudesse chegar até mais essa conquista.

## **“COM AÇÚCAR, COM AFETO”**

A Deus, pela certeza de sua presença em cada momento da minha vida. Conhecendo meu deitar e levantar, ele guiou e cuidou dos meus passos para que eu pudesse chegar até aqui.

A meus pais, Vando e Neide, e minha irmã Alynne, por tudo que me ensinaram, pelo amor que sempre me devotaram, pelo incentivo e carinho. Nos momentos difíceis, em vocês, sempre encontrei o meu porto seguro.

A minha orientadora, Professora Doutora Maria Augusta Tavares pelo incentivo, orientação, apoio, paciência e, sobretudo, amizade diante das barreiras que a vida inesperadamente nos coloca. Ressalto que durante a minha trajetória acadêmica, essa grande mulher apostou em meu desenvolvimento intelectual e me fez acreditar que eu era capaz. Por você minha imensa admiração, carinho e respeito.

À Paulo Sérgio Candido Alves, pelo amor, carinho, paciência, apoio e incentivo. Quando os momentos difíceis chegavam, o seu sorriso me trazia força, luz e paz para continuar.

À Fernanda Pessoa de França. A amizade é uma forma de amor tão genuína quanto os laços de sangue. No meio do caminho, muitas pedras existiram. Mas você esteve lá, segurando a minha mão. Agradeço por compartilhar de momentos únicos da minha vida e transformá-los em inesquecíveis.

Às também queridas Jacileide Conserva, Patrícia Lopes de Assis, Nilma Cândida, Cecílie Oliveira e Nataly de Sousa Pinheiro, pelo companheirismo, amizade e torcida.

À Maria Aparecida Ramos de Meneses e Marcelo Sitcovsky pelas valiosas contribuições e ensinamentos durante minha trajetória acadêmica e profissional. Meus professores e amigos, aos quais tenho muito carinho e respeito.

Ao agricultor J.J pela presteza e cooperação imprescindível durante a coleta dos dados nesta pesquisa.

Aos cortadores de cana do município de Mamanguape - PB, pela confiança e colaboração durante a pesquisa. Exemplos de garra e de vida. Sem suas importantes contribuições, este trabalho estaria incompleto.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo a análise das condições de vida e trabalho dos cortadores de cana no município de Mamanguape - Paraíba. Tendo em vista a compreensão da realidade, a pesquisa priorizou o método em Marx (1982), e portanto, o estudo de categorias econômicas marxistas, imprescindível à apreensão da questão social em suas mais variadas expressões, que no caso do corte da cana revela-se nos artifícios utilizados pelo capital para ofuscar a exploração abusiva a que milhares de trabalhadores são submetidos. A partir desse entendimento, analisamos as relações de produção da agroindústria da cana-de-açúcar, tendo como objeto privilegiado o cortador de cana. No caso desse trabalhador, o capital utiliza-se, estrategicamente, do salário por produção, forçando-o a intensificar sua atividade e gerando, por sua vez, as mais perversas formas de exploração. Tendo em vista a razão de ser do Serviço Social, esta pesquisa objetiva conhecer essa forma particular de exploração, visando uma maior aproximação com uma das expressões da questão social. Percebe-se que a questão social, fruto da contradição capital-trabalho é, ao mesmo tempo, objeto de intervenção e de conhecimento do Serviço Social. A partir desse entendimento, esta pesquisa adquire significado, na medida em que se situa na agroindústria da cana-de-açúcar, segmento econômico que sintetiza riqueza e miséria, expressando, portanto, o modo de ser do desenvolvimento capitalista.

**Palavras chave:** *trabalho, questão social, capitalismo.*

## **ABSTRACT**

This research aims at analyzing the conditions of life and work of cane cutters in the city of Mamanguape - Paraíba. Given the understanding of reality, research has prioritized the knowledge of the method in Marx (1983), and the study of Marxist economic categories essential to the apprehension of the social question in its various expressions, which in the case of sugarcane cutting reveals on the devices used by capital to obfuscate the abuse that thousands of workers are subjected. Based on this understanding, we analyze the relations of production of agribusiness cane sugar, with the privileged object the cane cutter. In the case of this worker, capital is used strategically salary for production, forcing him to step up his activity and generating, in turn, the most perverse forms of exploitation. Given the rationale of Social Service, this research aims to know this particular form of exploitation, seeking closer ties with one of the expressions of social issues. It is noticed that the social question, the result of capital-labor contradiction is at the same time, the object of intervention and knowledge of Social Work. Based on this understanding, this research acquires significance insofar as it lies in agribusiness cane sugar, which summarizes economic segment wealth and poverty, expressing thus the mode of being of capitalist development.

**Keywords:** work, social issue, capitalism.

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                              |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 - Síntese da Estrutura Fundiária – 2003 .....                                                                                                       | 59  |
| Tabela 2 - Brasil: Área, Produção e Produtividade da cana-de-açúcar.....                                                                                     | 62  |
| Tabela 3 - Paraíba: unidades produtoras do setor sucroalcooleiro e produção de etanol, safra 2009/2010.....                                                  | 85  |
| Tabela 4 - Distribuição dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar que afirmaram ter trabalhado em outra atividade segundo ocupação. Mamanguape, 2012..... | 97  |
| Tabela 5 - Existência de fiscalização no local de trabalho. Mamanguape-PB, 2012.....                                                                         | 106 |
| Tabela 6 - Como sobrevive o trabalhador no período da entressafra, Mamanguape-PB, 2012.....                                                                  | 121 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar segundo idade. Mamanguape-PB, 2012.....                                      | 91  |
| Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar segundo escolaridade. Mamanguape-PB, 2012.....                               | 93  |
| Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar segundo estado civil. Mamanguape-PB, 2012.....                               | 94  |
| Gráfico 4 - Distribuição do número de filhos dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar que afirmaram possuir filho(a). Mamanguape-PB, 2012..... | 95  |
| Gráfico 5 - Distribuição por tempo de serviço dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar. Mamanguape-PB, 2012.....                               | 95  |
| Gráfico 6 - Distribuição dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar segundo produção por toneladas por dia . Mamanguape-PB, 2012.....            | 101 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                |    |
|--------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Estado da Paraíba, com destaque para o município de Mamanguape..... | 89 |
|--------------------------------------------------------------------------------|----|

## **LISTA DE SIGLAS**

Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN)  
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)  
Comissão Pastoral da Terra (CPT)  
Equipamento de Proteção Individual (EPI)  
Federação das Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP)  
Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho)  
Fundo Monetário Internacional (FMI).  
Gases do Efeito Estufa (GEE)  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)  
Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)  
Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)  
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).  
Ministério Público do Trabalho (MPT).  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)  
Programa de Aquisição de Alimentos ( PAA)  
Programa de Aceleração e Crescimento (PAC)  
Programa Bolsa Família (PBF)  
Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP)  
Programa Nacional do Alcool (Proalcool).  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)  
Partido dos Trabalhadores (PT)  
Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

## SUMÁRIO

|                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO.....                                                                                        | 13  |
| CAPÍTULO I.....                                                                                        | 17  |
| O CICLO DA CANA DE AÇÚCAR.....                                                                         | 17  |
| 1.1 Origens do sistema de grande lavoura no Brasil.....                                                | 17  |
| 1.2 Os trabalhadores da economia açucareira.....                                                       | 27  |
| CAPÍTULO II .....                                                                                      | 43  |
| AS FACES DA RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO NA AGROINDÚS-<br>TRIA CANAVIEIRA NO BRASIL.....                 | 43  |
| 2.1 A reestruturação produtiva do capital: seus ajustes e<br>consequências no âmbito do trabalho ..... | 44  |
| 2.2 Desenvolvimento agrário e cana de açúcar: um grande<br>negócio .....                               | 53  |
| 2.3 O processo de mecanização no corte da cana de açúcar.....                                          | 63  |
| 2.4 A situação do cortador de cana: vidas esbagaçadas pelo<br>trabalho.....                            | 69  |
| CAPÍTULO III .....                                                                                     | 81  |
| UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOS<br>CORTADORES DE CANA EM MAMANGUAPE – PARAÍBA.....    | 81  |
| 3.1 A produção de cana de açúcar e etanol no Estado da Paraíba: breve<br>contexto histórico .....      | 83  |
| 3.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa.....                                                       | 86  |
| 3.3 Resultados e discussões .....                                                                      | 90  |
| 3.3.1 Perfil dos trabalhadores no corte da cana.....                                                   | 90  |
| 3.3.2 Processo e condições de trabalho no corte da cana.....                                           | 99  |
| 3.3.3 Condições de vida dos canavieiros: o doce amargo da cana....                                     | 116 |

|                            |     |
|----------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... | 122 |
| REFERÊNCIAS .....          | 125 |

## **INTRODUÇÃO**

O modo de produção capitalista impera na economia das sociedades centrais e periféricas, configurando-se como um sistema dominante em escala global. Esse modo de produção assenta-se e particulariza-se na exploração da força de trabalho.

Nessa dada forma de sociabilidade, na qual predomina a propriedade privada, o capitalista, dono dos meios de produção, não trabalha. Este compra força de trabalho mediante o pagamento de um salário, o que faz do trabalho uma mercadoria. É no trabalho assalariado que o capitalismo se funda e assenta dois sujeitos historicamente antagônicos em cena: aquele que detém os meios para produzir e o outro, que detém apenas a sua força de trabalho posta à venda para que possa sobreviver.

Desse antagonismo, dado que a produção capitalista não se encerra na produção e reprodução de mercadorias, mas também de relações sociais, nasce uma tensa e contraditória relação, a relação entre Capital e Trabalho.

Na terceira década do século XIX, emerge a chamada “Questão Social” como expressão dessa contradição no cerne do processo de industrialização capitalista, que se revelou nas péssimas condições de vida e trabalho do proletariado. Segundo Iamamoto e Carvalho (2007), a questão social deixa de ser apenas uma contradição entre abençoados e desabençoados pela riqueza ou pelo destino, para tornar-se, a partir de então, contradição entre capitalistas e trabalhadores.

A exploração desmedida a que a classe trabalhadora se submetia foi motor para o travamento de uma luta ofensiva contra a sociedade burguesa, o que soou como verdadeira ameaça ao capitalismo. A partir desse momento,

deu-se a necessidade de um controle social dessa força de trabalho através do Estado.

Em torno da “questão social”, mais especificamente, para conter o avanço dessas manifestações, buscou-se e busca-se até hoje soluções imediatistas e paliativas, seja por meio das políticas sociais ou por meio das leis para atuar no “trato” da questão social, sem dar relevância ao conhecimento das estratégias e dos artifícios encontrados pelo capital para reproduzir-se cada vez mais à custa da exploração desmedida da força de trabalho.

Nesse sentido, ressaltamos o trabalho no corte da cana, uma vez que este sempre deteriorou as condições de vida de milhares de trabalhadores, mas tem intensificado o nível de degradação do trabalho, nos últimos anos, dadas as condições defensivas em que se encontra a classe trabalhadora, diante do desemprego estrutural que penaliza a todos, sobretudo os menos qualificados.

A história da cana-de-açúcar nasceu com a própria história do Brasil. As primeiras mudas chegaram supostamente pelas mãos de Martim Afonso de Souza em 1531. Desde o início do seu cultivo até o desenvolvimento das altas tecnologias, a exploração da cana-de-açúcar gerou relações questionáveis, tais como o enriquecimento dos senhores de engenho em oposição às condições de vida e trabalho precárias da senzala. Acompanhando a revolução industrial os escravos foram substituídos por trabalhadores assalariados. Morre o engenho e nasce a usina.

Séculos depois, este setor continua garantindo a sua acumulação através da exploração perversa de força de trabalho. A cana-de-açúcar, que até os anos 70 era somente plantada no Nordeste do Brasil, expandiu-se para o restante do país, a exemplo do Estado de São Paulo que concentra 60% da produção nacional, com avanços também em regiões como Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Todavia, essa expansão não significou qualquer alteração no modo de trabalho do cortador de cana, especialmente na região Nordeste.

O desenvolvimento do processo de acumulação do capital, na agroindústria da cana-de-açúcar, dentre outras modalidades de exploração, intensifica a produtividade do trabalho do cortador de cana, através de métodos de potencialização da força de trabalho e extração de mais-valia, que têm como vetor a forma de assalariamento: por peça ou por produção.

Os registros de mortes por exaustão de trabalho fizeram com que o Estado estabelecesse uma jornada de trabalho de 8 horas/dia, para o corte da cana, sendo apenas 4 horas nos sábados, com direito ao descanso semanal aos domingos. Passado este limite o empregador pode ser penalizado. Em tese, o Estado está defendendo o trabalhador.

Contudo, contraditoriamente, a sua situação ficou pior: visto a adoção do salário por produção, agora o cortador de cana se obriga a trabalhar além de sua capacidade física, para, sem exceder a jornada de trabalho garantir o seu sustento e o de sua família.

O capital, por sua vez, garante o aumento da acumulação, incentivando a competição entre os trabalhadores, ou seja, remunerando melhor aquele empregado que mais intensifica a produtividade. Em consequência disso, a precariedade do trabalho e as mortes por exaustão fazem parte do cotidiano desse trabalhador, que chega a cortar de 12 a 15 toneladas de cana por dia. Diante do exposto, nossa pesquisa trata de uma investigação preliminar das condições de vida e de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar do Estado da Paraíba.

Dividido em três partes, o presente trabalho contempla no primeiro capítulo, algumas considerações que serão fundamentais para a compreensão atual do objeto e facilitarão o desenvolvimento do nosso estudo. Inicialmente abordamos o contexto histórico da produção da cana-de-açúcar no Brasil, as origens do sistema de grande lavoura e o processo de ocupação, constituição e instalação dos primeiros engenhos. Some-se a isto, a análise da formação social nas colônias, as características fundamentais da plantação açucareira no Brasil e o uso do trabalho escravo e indígena na produção da cana-de-açúcar.

No segundo capítulo, analisamos as relações de produção da agroindústria canavieira no contexto da produção capitalista. Tratamos dos mecanismos que foram implementados pelo Estado, no intuito de beneficiar e garantir os lucros de usineiros e dos grandes produtores do açúcar, ao longo desses anos, a exemplo do Programa Nacional do Alcool (Proalcool).

Dentre esses mecanismos, ressaltamos ainda alterações importantes no interior do sistema capitalista, a exemplo da Reestruturação Produtiva do Capital, bem como seus rebatimentos econômicos e sociais no mundo do trabalho, nas sociedades em geral e no Brasil. Destacamos a configuração do modelo de desenvolvimento agrário constituído que, se por um lado, revelou-se nas estratégias criadas pelo Estado para incrementar o setor sucroalcooleiro, por outro, revelou-se nas péssimas condições de vida e trabalho dos cortadores de cana.

Por fim, no terceiro capítulo, trazemos os resultados da pesquisa empírica, realizada com trabalhadores do município de Mamanguape, litoral norte paraibano. Procuramos delinear um perfil das condições sociais e laborais dos mesmos a partir de entrevista semi – estruturada e investigar, a partir da realidade empírica, as relações de trabalho agrícolas na agroindústria açucareira no Estado.

O intuito do levantamento foi de apreender os mecanismos através dos quais se intensifica a exploração da força de trabalho canavieira, que se reflete nas condições de vida e trabalho dos cortadores de cana. Nas entrevistas, privilegiaram-se alguns aspectos centrais tais como as características socioeconômicas, as formas de reprodução social dos mesmos, sua trajetória laboral, as condições de trabalho, de vida e a saúde do trabalhador canavieiro.

Certamente, outras reflexões caberiam ainda neste trabalho. Entretanto, dados os limites de uma dissertação de mestrado e a própria dinâmica do objeto não esgotaremos as análises intrínsecas ao referido estudo. A vida acadêmica oferece-nos á outras oportunidades, para que possamos qualificar ainda mais as nossas contribuições acerca do objeto em tela.

Dessa maneira, esta dissertação se propõe a analisar as particularidades do processo de trabalho que se dão no corte da cana-de-açúcar, bem como seus desdobramentos enquanto expressões da Questão Social e das contradições inerentes à relação capital-trabalho, razão de ser do Serviço Social.

## **CAPÍTULO I**

### **O CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR**

#### **1.1 Origens do sistema de grande lavoura no Brasil**

Durante a Idade Média, as poucas quantidades de açúcar consumidas na Europa procediam do Oriente, de onde é nativa a cana-de-açúcar, sendo o comércio desse artigo monopolizado por Veneza. Segundo Silva (1995, p. 262), “até o século XIV, a produção de açúcar na Europa esteve restrita ao Mediterrâneo. A partir da centúria seguinte, verificou-se acelerado processo de expansão geográfica do cultivo e transformação da cana”.

Em meados do século XV, a cana foi introduzida pelos portugueses na ilha da Madeira e pelos espanhóis nas Canárias. Seu cultivo prosperou tanto que o açúcar das novas possessões ibéricas passou a chegar à Europa a preços muito baixos, popularizando o consumo de um produto que até então se limitara às moradias dos ricos, aos hospitais e aos boticários, que o utilizavam apenas como base de preparados farmacêuticos.

O surgimento das economias coloniais americanas e o cultivo da cana-de-açúcar estão ligados de maneira íntima. Antes de sua introdução no Novo Mundo pelos portugueses e espanhóis, até o momento da sua chegada ao Brasil, um longo processo histórico perpassou a produção da cana.

Originária das baixadas de Bengala ou do Sudeste asiático, a manufatura do açúcar de cana alcançou a Pérsia e dali foi levada pelos conquistadores árabes à costa oriental do Mediterrâneo. Nos reinos estabelecidos pelos cruzados na Palestina, nos séculos XII e XIII, surgiram propriedades notavelmente semelhantes às grandes lavouras que depois

existiriam nas Américas, dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar (SCHWARTZ, 2011, p..21).

A expansão marítima portuguesa teve, em suas possessões nas ilhas do atlântico, um ponto estratégico para a implantação de um sistema de colonização assentado na exploração comercial de determinados bens primários, dentre eles destaca-se o açúcar.

Os portugueses praticamente controlaram o mercado mundial de açúcar por quase três séculos, primeiro com o estabelecimento de engenhos nas ilhas do Atlântico, sobretudo na Madeira, depois com a implantação e rápida disseminação de atividades agroaçucareiras no Brasil, principalmente no litoral nordestino (GODINHO, 1983, p.101).

Enquanto em algumas ilhas a cana-de-açúcar mostrou-se inviável, em outras foi uma importante fonte de renda, principalmente na exportação do produto para a Europa.

Essa expansão da produção do açúcar, por sua vez, estimulou o crescimento do comércio e fez ressurgir a escravidão<sup>1</sup> como instituição viável e essencial do sucesso desse empreendimento, que acabou sendo transferido para o Brasil, quando essa colônia se mostrou mais vantajosa economicamente.

Em países como Portugal, a escravidão apresentou-se até o século XV como uma forma de servidão associada a trabalhos domésticos. Contudo, a conjunção de uma nova fonte de escravos oriundos da África iria modificar essa estrutura doméstica. Junto a ela, uma forma mais exigente de utilização de mão-de-obra, associada à grande propriedade açucareira constituiriam as bases do capitalismo comercial característicos da economia europeia em desenvolvimento.

Schwartz (2011) ressalta que a união da escravidão negra com a cana-de-açúcar teve sua origem na Europa, contudo, foi nas ilhas do atlântico que os ibéricos empregaram o uso do trabalho forçado como característica lógica e necessária à produção do açúcar.

---

<sup>1</sup> Por si só, a produção de açúcar não explica a escravidão no Brasil.

Uma força de trabalho controlada, e em geral, etnicamente distinta, associada ao cultivo da cana-de-açúcar, havia surgido na etapa mediterrânea da história desse produto; porém foi nas ilhas atlânticas que essa forma de organização do trabalho como base de um produto altamente capitalizado e comercializado cristalizou-se no sistema que se transformou no complexo da grande lavoura. (p.24)

Considerada como a primeira atividade economicamente organizada no Brasil, os primeiros engenhos de açúcar surgem antes de 1520 e, rapidamente, se dispersam por todos os pontos da costa habitados por portugueses, constituindo-se como o principal produto brasileiro por mais de dois séculos.

Nas palavras de Ribeiro:

O engenho açucareiro, primeira forma de grande empresa agroindustrial exportadora, foi, a um tempo, o instrumento de viabilização do empreendimento colonial português e a matriz do primeiro modo de ser dos brasileiros (2006, p.249).

Oriundo da fase colonial brasileira entre os séculos XVI e XVII, o ciclo da cana-de-açúcar trouxe grande impacto sobre a economia e a formação da vida social, política e cultural do Brasil. Entende-se por ciclo do açúcar a etapa da história brasileira marcada pela produção de açúcar nos engenhos nordestinos. Essa fase começou pouco depois da descoberta e acarretou profundas consequências sociológicas e culturais, até o século XVIII.

Segundo Schwartz (2011), plantou-se cana-de-açúcar em quase todas as capitanias, de São Vicente no Sul, até Pernambuco no Norte e constituíram-se engenhos em Porto Seguro, Ilhéus e na Bahia.

Em meados do século XVI, a geografia econômica do Brasil começa a ganhar forma, tanto que em 1570, a atividade concentrava-se de maneira sólida no Nordeste. Estimulados pelos bons frutos colhidos com a concorrência à república veneziana, os portugueses trouxeram para o Brasil, logo depois da descoberta, as primeiras mudas de cana. Da capitania da qual se originaria São Paulo, a de São Vicente, por onde a planta entrou na colônia e onde se

estabeleceram os primitivos engenhos, a cana-de-açúcar se irradiou sem demora por todo o litoral brasileiro.

E assim, objetivando a concretização de colonização portuguesa no Brasil, a exploração e a obtenção de riquezas, os portugueses instalaram engenhos para produzirem açúcar, especialmente, na região Nordeste, conforme Ferlini (1988, p.162-166):

O monopólio da concessão de terras nos espaços canavieiros viabilizou ao Estado português o controle sobre a estrutura fundiária, vinculando a ocupação das terras à produção de açúcar. O “sistema sesmarial”, instituto jurídico quatrocentista, foi transplantado e adaptado à realidade colonial subordinado às determinações do capital mercantil.

De acordo com Comparato (2011, online), o instituto das sesmarias foi criado em Portugal por uma lei de D. Fernando, datada de 1375. Seu objetivo era remediar a séria crise de abastecimento, que afligia então o reino. O monarca determinou, para tanto, o cultivo obrigatório de todas as terras. Em consequência, se o proprietário não pudesse ou não quisesse cultivar diretamente o solo, deveria dá-lo em arrendamento a alguém que assumisse essa tarefa, sob pena de confisco, devolvendo-se a terra ao soberano.

O instituto já fora aplicado com proveito na colonização das ilhas portuguesas do Atlântico, quando, com a descoberta do Brasil, decidiu-se transplantá-lo ao território da nova colônia. Ao instituir, em 1534, o sistema de capitanias hereditárias, D. João III determinou que cada donatário recebesse como de sua exclusiva propriedade uma faixa de dez léguas, contada a partir da linha litorânea, e distribuísse, a título de sesmarias, o restante do território sob seu comando.

Os primeiros engenhos no Brasil eram pequenos, a maioria movidos por cavalos ou bois, e tinham pouca produção. Some-se a isto o fato do açúcar ter sido durante muito tempo designado como especiaria de grande valor que se destinava apenas ao consumo dos mais abastados, conforme Schwartz (2001):

É certo que no século XV o açúcar permaneceu como especiaria, utilizado especialmente como remédio ou condimento exótico; porém livros de receitas do século XVI indicam que o produto já estava ganhando lugar na dieta da aristocracia europeia. (p.22)

Tempos depois, o açúcar tornou-se acessível e passou a movimentar a economia europeia. “Seus preços de custo e venda atraíam o custeio da produção, bem como o transporte, tanto do próprio açúcar quanto dos escravos”. (RIBEIRO, 2006, p.250), e alguns fatores começaram a trazer mudanças nos níveis da produção, tais como: a disponibilidade do capital, a expansão das terras cultivadas e a força de trabalho disponível, além da introdução de melhorias técnicas no início do século XVII, que aumentariam a produção.

Dessa maneira, o consumo do açúcar, em ascendência na Europa, logo seria o principal produto brasileiro, séculos XVI e XVII, tornando-se o açúcar a base de sustentação da economia e da colonização do Brasil durante estes períodos.

Nesse processo de instalação, alguns aspectos apresentaram-se cruciais. A preferência pela cana-de-açúcar ocorreu pelo fato de se tratar de uma cultura rápida, aliada ao tipo de solo existente e à localização.

O Nordeste seria região estratégica ao permitir a facilidade de escoamento da produção para a Europa. Esse Nordeste, cuja estrutura se baseava na escravidão, no latifúndio e na monocultura canavieira e que, segundo Freyre (1961), por algum tempo foi o centro da civilização brasileira.

Some-se a isto, o consumo e o preço do açúcar em alta no mercado externo:

A produção de açúcar foi solução amplamente justificável: Portugal já possuía experiência em sua produção, desenvolvida nas ilhas do atlântico; dispunha de contatos comerciais que permitiam a alocação do produto no mercado europeu; seu relacionamento com o mundo financeiro de então, principalmente com os banqueiros genoveses e flamengos, abriam-lhe linhas de crédito para os investimentos básicos; o Brasil possuía terras em abundância e o açúcar poderia ser produzido em larga escala. (FERLINI, 1988, p.15)

Segundo Ribeiro (2006), os portugueses, que já haviam experimentado a plantação de cana e a produção de açúcar em pequena escala, com tecnologia árabe, nas ilhas da Madeira e dos Açores, “se habilitaram para estender astronomicamente essa produção nas novas terras, montando para isso todo um vasto sistema de recrutamento de mão-de-obra” (p. 249). De acordo com o autor:

Acabaram por concentrar-se nas terras de massapé no Nordeste e do recôncavo baiano, ficando as bases da civilização do açúcar, cujas expressões urbanas floresceram nas cidades-porto de Olinda-Recife, em Pernambuco, e em Salvador, na Bahia. Meio século depois, os engenhos haviam se multiplicado tanto que a produção brasileira de açúcar era a principal mercadoria do comércio internacional e sua safra anual valeria mais que a produção exportável de qualquer país europeu. (RIBEIRO, 2006, p.250)

Dentre os povos europeus, os portugueses eram os mais habilitados à condução do trabalho escravo e à produção do açúcar, já que possuíam o conhecimento prévio das técnicas de cultivo, fabricação de melaço e refino. Antes da descoberta das terras brasileiras, estes já produziam nas ilhas atlânticas, com base no braço escravo africano.

Na primeira metade do século XVI, a combinação dos imperativos de povoamento e defesa do litoral brasileiro com a necessidade da implantação e desenvolvimento de estrutura econômica sintonizada à lógica do sistema colonial confluiu para a produção comercial de açúcar. Portugal inclinou-se para caminho em que lhe sobrava experiência. Em meados do Quinhentos, quando do efetivo estabelecimento e disseminação de engenhos canavieiros no Brasil, havia transcorrido mais de um século desde o início do cultivo e transformação da cana nas ilhas portuguesas do Atlântico, nomeadamente na Madeira. Assim, estavam asseguradas as principais condições prévias: 1. dominavam-se as técnicas do fabrico do açúcar; 2. estavam consolidados os contatos comerciais para a distribuição do produto na Europa; 3. dispunha-se de crédito junto a importantes centros financeiros (FERLINI, 1988, p.14-15).

Para o plantio da cana-de-açúcar, foram desmatadas imensas áreas, que se tornaram engenhos, e caracterizavam-se como grandes propriedades latifundiárias para a exploração da produção de açúcar, constituída de mão de obra indígena e escrava africana. Ali também, o senhor de engenho e sua família moravam.

O engenho propriamente dito compreendia diversas construções sólidas, providas do respectivo equipamento. A casa grande de residência do senhor de engenho, que às vezes alcançava grandeza senhorial com torres e capelas; e a senzala, onde se acumulavam dezenas de escravos, geralmente na forma de um vasto barracão coberto de palha. (RIBEIRO, 2006, p.256)

Desse modo, era na casa-grande onde o senhor de engenho, grande patriarca, exercia autoridade sobre a mulher, os filhos e os escravos. Enquanto na senzala, negros escravos viviam de maneira perversa e animalesca.

Havia também a capela onde se realizavam as cerimônias religiosas. E que servia também como um centro social, pois nela se reuniam todos os homens livres do engenho e das redondezas.

Nesse sentido, Oliveira (1981) destaca que a produção do açúcar exigia investimentos, inversão e reinversão do capital, aumento de produtividade, e “enfim, uma forma de reprodução dos pressupostos da produção, que continha em si mesma a circularidade própria de reprodução do capital, de trabalho compulsório, do tráfico e comércio de escravos”. (p.60)

Ribeiro (2006) sinaliza que dentre as características fundamentais da plantação açucareira no Brasil, destacam-se a extensão latifundiária, a monocultura intensiva, a destinação externa da produção e a força de trabalho escrava, destinadas ao enriquecimento do proprietário e ao abastecimento do mercado mundial.

A produção anual de 7 a 8 mil arrobas de açúcar nos grandes engenhos exigia o concurso de dezenas de escravos do eito para o trabalho de enxada e foice no canavial, além de carreiros para transportar a cana e a lenha ao engenho e grande quantidade de negros e negras para os trabalhos de moagem e purga do açúcar. (RIBEIRO, 2006, p.256)

Ferlini (1988) observa que o primeiro requisito para o aproveitamento das terras brasileiras era a posse de escravos, sinalizando que “a gênese do escravismo moderno está profundamente ligada à articulação de grandes unidades produtivas, voltadas para o mercado europeu” (p.17).

De fato, essa produção em grande escala exigia um alto contingente de indivíduos que se submetessem ao trabalho compulsório e arduamente explorado, reflexo das transformações do capital mercantil pela maximização dos lucros.

No caso do Brasil a escolha do açúcar como produção para garantir à ocupação “continha, em si, a dinâmica do capital mercantil específica dessa produção e pressupunha escravismo e grande propriedade, excluindo, praticamente *a priori*, a pequena produção”. (FERLINI, 1988, p.22).

O Brasil, durante os séculos XVI e XVII, teve sua economia essencialmente desenhada pelo açúcar. A região Nordeste, por sua vez, se apresentava como o “espaço Colonial” por excelência, que tinha como eixo os engenhos, “verdadeiras agências de colonização, que condensavam a população, articulando funções econômicas, militares, religiosas e administrativas” (FERLINI, 1988, p.103).

A produção do açúcar impulsionava também outras atividades econômicas, tais como o tabaco para o escambo de negros, a pecuária para o provimento de tração e alimento, a lenha para as fornalhas e a madeira para as construções (Idem, p.103).

A denominação engenho, específica daquela “máquina e fábrica incrível” de fazer açúcar, passou, com o tempo, a toda prosperidade açucareira, com suas terras e lavouras. O complexo açucareiro compunha-se de dois elementos essenciais: a unidade manufatureira, o engenho; e as lavouras de cana, pertencentes ao engenho ou a lavradores de cana. Era, porém, o engenho o coração da produção, somente ele dava sentido ao mar de canaviais do litoral nordestino (Ibidem).

Ferlini (1988) aponta que o engenho apareceu como conjunto produtivo peculiar. Ao denominá-lo de máquina, entende que “a produção não era fruto de trabalhos individuais completos, mas de um sistema que criava o trabalho como produto de força coletiva”. (p.104)

Na sociedade capitalista o processo de trabalho, para atender os objetivos de valorização do capital, modifica-se em seu conteúdo e forma, pois se alteram os meios de produção e a forma de organização. No trabalho coletivo, o processo de produção se torna diversificado e evidencia-se nas numerosas tarefas necessárias para a elaboração de um produto, desde sua concepção até a execução final por um trabalhador ou mesmo grupo de trabalhadores. Como nos ensina Marx:

O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros encontram-se mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções. A determinação original, acima, de trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade. Mas ela já não é válida para cada um de seus membros tomados isoladamente. (1984, p.105)

Sendo assim, o capital, operando em larga escala e visando a obtenção máxima de lucros, reduz o tempo de trabalho das mercadorias adotando a jornada de trabalho coletiva. “A cooperação foi o primeiro articulador do engenho: muitos trabalhadores em processos diferentes, mas conexos da produção. O açúcar resultava de manipulações em série e de processos interligados”. (FERLINI, 1988, p.104)

Nas palavras de Marx (1983, p.259) “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo

de produção ou em processos de produção diferentes mais conexos, chama-se cooperação”.

Ora, a organização manufatureira do engenho torna clara a sua determinação pelo capital mercantil, bem como as prerrogativas que tornaram possível o aglomerado de trabalhadores, que explorados de maneira perversa, produzissem açúcar para o atendimento das necessidades de acumulação.

Através da cooperação, se reduz o tempo de produção de mercadorias com a mobilização de mais trabalho, que por sua vez, expande a produção, e conforme Marx (1983) amplia a força produtiva do trabalho para tirar mais lucro.

No limiar do século XVII, os holandeses assaltam e se apoderam da principal zona açucareira do Nordeste brasileiro. Os holandeses foram antigos sócios e financiadores dos portugueses na implantação dos engenhos de açúcar, uma vez que, segundo Ribeiro (2006), grandes foram as dificuldades encontradas para desenvolver o ciclo do açúcar: dinheiro para montar as moendas, transportar os colonos brancos, comprar escravos e navios para transportar os equipamentos e sustentar os trabalhadores até que a produção do açúcar gerasse lucro, além da preocupação com o refino e comercialização do produto.

Com a ocupação holandesa, a exportação de açúcar teve um considerável crescimento. Os mesmos estimulavam a imigração de europeus para serem senhores de engenho e agricultores nos solos nordestinos. Os holandeses, detentores de controle do mercado europeu de açúcar e de um sistema financeiro mais provido de capitais, abriam aos senhores de engenho perspectivas de melhorias no negócio, que segundo Ribeiro:

Receberam os financiamentos de que necessitavam para reequipar suas instalações, renovar sua escravaria e prover de comodidades industriais as suas casas-grandes mediante o comprometimento de futuras safras. (2006, p.267)

Em meados do século XVII, a exportação de açúcar gerava uma renda interna líquida anual superior a 1 milhão de libras-ouro, grande parte da qual ficava em mãos dos senhores de engenho, que segundo Furtado (1987) era aplicada nos custeios e na ampliação da capacidade de produção, na manutenção da escravaria e do sistema de financiamento e comercialização.

## 1.2 Os trabalhadores da economia açucareira

É importante ressaltar que no caso do Brasil, a base inicial da produção do açúcar se fez através do trabalho indígena, que posteriormente, foi substituído pelo trabalho africano importado, conforme Schwartz (2011):

Os primórdios da economia açucareira no Brasil foram tragicamente marcados pela história dos contatos entre portugueses e indígenas ao longo da costa. A escravização dos índios e o uso da mão-de-obra no plantio e beneficiamento da cana revelaram-se etapa transitória no desenvolvimento da indústria açucareira, durante a qual se empregou uma força de trabalho relativamente barata e prontamente acessível até que a atividade se encontrasse totalmente capitalizada (p.40).

Schwartz (2011) afirma que na Bahia, os indígenas constituíram-se na principal fonte de braços durante quase um século e que apesar da substituição posteriormente dos mesmos pelos africanos, era possível encontrá-los nos engenhos ou proximidades desempenhando trabalho forçado.

O português relacionava-se com o indígena na medida em que necessitava concretizar desde os seus objetivos econômicos, no caso da força de trabalho, até os interesses mais elementares como a alimentação, e ainda a defesa.

Já se conhecia o bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar dar-se-ia bem. O clima quente e úmido da costa ser-lhe-ia altamente favorável; e quanto à mão-de-obra, contou-se a princípio com os indígenas, que eram

relativamente numerosos e pacíficos no litoral. (PRADO JR, 1976, p.30)

Sendo assim, com o intuito de que o indígena fosse útil à economia colonial, tanto como fornecedor de alimento como força de trabalho para os engenhos, os portugueses se beneficiaram de três recursos que, segundo Schwartz (2001), consistiam na coerção direta, sob a forma de escravização, adotada pelos colonos; a desestabilização da cultura e organização dos indígenas, experimentado pelos jesuítas e outras ordens religiosas, e por fim a integração destes ao mundo do trabalho assalariado.

Esses expedientes representaram, sob certos aspectos, etapas na história das relações entre portugueses e índios na era colonial, porém as divisões entre tais etapas não foram claramente delimitadas e nem sempre o processo foi unidirecional, contínuo. Durante o século XVII no Nordeste, os portugueses tentaram aplicar as três técnicas simultaneamente. (Idem, p.46)

Podemos dizer que em certa medida, apesar de estratégias distintas, o objetivo central que as ligavam se encontrava exatamente ora na europeização do indígena, ora no conflito entre as alternativas de escravizá-lo ou assalariá-lo.

Gorender (1978) ressalta que a escravização dos aborígenes causou tensão entre os colonos portugueses, que buscavam sua exploração mediante a extração do trabalho escravo e os jesuítas que pretendiam catequizá-los e colocá-los sob o domínio temporal da Companhia de Jesus.

Schwartz (2001) observa que os relatos e observações dos jesuítas durante o período de escravidão indígena só continham praticamente preocupações morais e espirituais. As condições de vida e trabalho desse segmento pouco lhes interessavam:

Segundo esses observadores jesuítas, os principais problemas nas fazendas das capitanias nordestinas eram a escravização por meios ilegais e a falta de moralidade sexual tanto dos senhores de engenho quanto dos escravos. A organização da vida dos indígenas sob a escravidão, a natureza do regime de trabalho e as condições em que vivia esse povo não mereceram quase nenhuma atenção mais detalhada por parte deles. (p.47)

Contudo, o fato de não haver registro de preocupações dos jesuítas – que se dedicavam a pregar e difundir a fé católica e ao trabalho educativo para os costumes europeus – com as condições de vida dos nativos no Brasil, não significa dizer que a exploração abusiva a que eram submetidos não existiu. Ora, a catequização e o ensino dos bons costumes favoreciam os interesses do capital: explorar e acumular.

Podemos dessa maneira, observar que o regime de trabalho constante e árduo era contínuo sendo imposto nas plantações de cana e nos engenhos. Assim como essas denúncias alertam para a condição perversa de vida e trabalho desse segmento, Schwartz (2011) ressalta que o contato intensivo com os europeus nas aldeias e nos engenhos tornava os índios bastante vulneráveis às doenças europeias na era colonial, a exemplo da existência de uma peste, que assolara a costa brasileira, em 1559.

A doença, provavelmente varíola (bexigas), alastrou-se em direção ao norte. Em 1559 ou 1560, matou mais de seiscentos escravos indígenas no Espírito Santo em tão pouco tempo que precisavam ser enterrados dois corpos em cada cova. Não se tem ideia do número de mortos entre os nativos livres. Em 1561, os efeitos da mortalidade crescente faziam-se sentir no Recôncavo Baiano. (Idem, p.51)

Essas epidemias trouxeram efeitos arrasadores para a estrutura econômico-social da colônia, já que os portugueses dependiam do trabalho indígena para a produção do açúcar e sua alimentação. Por causa da dizimação dos índios, muitos dos estrangeiros sofreram privações e muitos indígenas morreram por desnutrição. Outros, pelo desespero da fome, preferiam entregar-se de maneira voluntária a escravidão, pelo receio de perecer.

Contudo, os colonos logo resolveriam essa questão, já que o processo de acumulação do capital na produção da cana não podia cessar. Quando o indígena local era dizimado pela doença, pela guerra ou até mesmo pela quantidade excessiva de trabalho, reduzindo assim o número de força de trabalho barata e disponível, índios eram deslocados forçadamente de outras regiões para o trabalho na cana-de-açúcar.

O balanço demográfico do primeiro século de ocupação no Brasil, nos dá, como principal resultado, a dizimação de 1 milhão de índios, mortos principalmente pelas epidemias que grassavam na costa, atingindo logo o interior; no cativeiro das missões e nas guerras. (RIBEIRO, 2006, p.136)

Essa política trouxe muitos benefícios ao colono. O indígena desempenhava os papéis de provimento da defesa de suas terras e de sua alimentação. A importação desses aborígenes permitia ainda o preenchimento de um crescimento gradual de mão de obra para o trabalho escravo.

Com a introdução da economia açucareira, desenvolveu-se a feroz e rendosa empresa de caça ao indígena, e com ela o tráfico de nativos descidos para o núcleo da colonização. [...] O impacto da colonização acabaria, na realidade, por reforçar a busca da Terra sem Mal. Na pregação dos profetas encontrase amiúde o ímpeto guerreiro com que várias tribos tupis enfrentaram os portugueses, ou deles fugiram, no rumo dos sertões. Alterava-se a rota, mantinha-se o mito. O paraíso tupi se deslocaria lentamente do mar para o interior, pois era no litoral, sem dúvida, que se achavam os males e campeava a morte. (VOINFAS, 1995, p.47-50)

Como observa Schwartz (2011), é importante destacar que pela fuga ou pela arma, alguns grupos de indígenas tentaram lutar contra a dominação portuguesa e que até mesmo uma resistência coletiva teria abalado o recôncavo baiano em 1567.

Mesmo quando submetidos, muitos índios revelaram-se indóceis. As oportunidades de fugas eram muitas, e sempre que operavam em seu território nativo, a vantagem de “estar em casa” tornava difícil controlá-los. Em alguns lugares os senhores foram mortos quando os escravos abandonaram em massa os canaviais. Somente a intercessão dos habitantes das aldeias controladas pelos jesuítas pôs a situação novamente em controle, devolvendo os cativos a seus donos. (Idem, p.54)

Esse movimento ficou conhecido como “santidade” e foi observado primeiramente em São Vicente no ano de 1551, o qual ganhou força em Ilhéus e Jaguaripe, região localizada no sul do Recôncavo da Bahia, a mais conhecida das santidades.

A santidade apresentava-se como um culto sincrético e messiânico, o qual combinava a crença dos tupinambás com a simbologia católica e iniciou uma era de busca pelo fim no julgo da escravidão indígena imposta pela dominação portuguesa.

Descrita pelos europeus como cerimônia especial dos índios, as ditas “santidades” também foram percebidas como movimento, isto é, como ações coletivas dos índios quer no sentido de migrações em massa rumo ao interior, quer no sentido de rebeliões e assaltos contra o colonizador. Não é de surpreender que, ainda no século XVII, santidade e revolta indígena permanecessem praticamente sinônimos no vocabulário dos moradores do Brasil. (VOINFAS, 1995, p.64)

Desse modo, enquanto movimentos de fuga de massa ou rebelião anticolonialista, as santidades expressaram atitudes coletivas de negação simbólica e social do colonialismo.

Na primeira década do século XVII, com o desenvolvimento da indústria açucareira e o aumento da população escrava, o culto tornou-se mais inquietante e ameaçador. O número crescente de escravos e africanos fugidos que se juntava às aldeias dos seguidores da santidade parecia criar uma situação particularmente perigosa. Em 1610, o governador Diogo de Meneses relatou que havia mais de 20 mil índios e escravos fugidos em tais aldeias. (SCHWARTZ, 2011, p.55)

Alguns engenhos, a exemplo dos que pertenciam ao Recôncavo Baiano, adquiriram a força de trabalho indígena através de métodos que iriam do escambo à escravidão.

Nesse processo, também o índio tornava-se mais exigente com o pagamento de seu trabalho. Não mais satisfeito com as quinquilharias recebidas (facas, espelhos e outros produtos do gênero), ele direcionava suas necessidades para ferragens e armas de fogo.

A necessidade da mão-de-obra indígena nos canaviais e na produção de açúcar leva o colono a transformá-los em escravos, inviabilizando a continuidade da satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência, ao mesmo tempo em que impediam seu acesso às cobiçadas ferramentas e armas novas. Se não havia como obter bens desejados, os indígenas não viam

porque trabalhar no ritmo mercantilista, o que os levou a desenvolver essas estratégias de resistência ao processo de dominação portuguesa.

Na medida em que o escambo se mostrou um modo pouco eficaz para atender às necessidades básicas dos europeus, estes procuraram reformular a base da economia colonial através da apropriação direta da mão-de-obra indígena, sobretudo na forma da escravidão.

Inicialmente, a aquisição de escravos permanecia subordinada à configuração das relações intertribais. Contudo, com a presença crescente de europeus, as guerras intertribais passaram a adquirir características de "saltos", promovidos com o objetivo de cativar escravos para as empresas coloniais. (MONTEIRO, 1995, p.33)

A história da relação entre portugueses e indígenas foi determinada pelas estratégias concorrentes de colonos e jesuítas no tocante à forma de controle desse segmento, com o argumento de que era preciso encaixar o aborígene na realidade dos padrões europeus de religião, moralidade e costumes.

A grande lavoura açucareira na colônia brasileira iniciou-se com o uso extensivo da mão de obra indígena que se apresentava como essencial para a obtenção dos lucros da Coroa. E nesse contexto, à medida que capitais tronavam-se disponíveis e os senhores de engenho acumulavam recursos financeiros suficientes para a compra dos cativos africanos, a transição da predominância indígena para a africana na produção de açúcar no Brasil, ocorria de maneira gradual em meados do século XVI.

Essa mudança na constituição da força de trabalho na lavoura se deu a partir da percepção dos portugueses, no que tange às habilidades para o trabalho árduo de africanos, pois os mesmos já tinham experiência com a produção de açúcar nas Antilhas.

Uma longa experiência com a escravidão negra na península ibérica, intensificada durante a expansão da indústria açucareira no Atlântico, familiarizara os portugueses com os africanos e suas aptidões. Em fins do século XVI, sua habilidade em dominar as técnicas do fabrico do açúcar na Madeira e em São Tomé já havia impressionado os

portugueses. No Brasil, os colonizadores, há tempos, habituados ao emprego, em Portugal e nas Ilhas Atlânticas, de negros em serviços domésticos, como artesãos urbanos e escravos especializados, começaram a pensar na África como uma fonte lógica de homens com tais aptidões. (SCHWARTZ, 2011, p. 68)

Outras razões obstavam a organização da empresa açucareira, que objetivava a produção em larga escala para o atendimento dos interesses mercantilistas.

O tráfico negreiro mostrou ser uma atividade altamente lucrativa e, portanto, acumuladora de capitais, já que a metrópole portuguesa regulamentava tal atividade e cobrava impostos sobre essa a mesma. Soma-se a isto, o fato de a escravidão negra se fazer necessária para a manutenção do tráfico negreiro dada a sua importância como um dos setores mais rentáveis do comércio intencional.

O emprego da força de trabalho escrava foi essencial para a sustentação e o desenvolvimento da atividade canavieira no Brasil colônia. Numerosos contingentes de africanos chegaram em suas terras por mais de dois séculos e foram, mesmo após libertos, aliçados do direito à propriedade rural mediante as resistências garantidas pelas oligarquias agrárias. Lembrando Prado Jr (2000 p 91):

Grande parcela da população rural brasileira provém diretamente da escravidão, de que não distam ainda mais que duas ou três gerações. E que nesse lapso de tempo já tão curto numa perspectiva histórica, não lhe foi dada oportunidade alguma de se tornar um campesinato no sentido próprio da expressão.

É importante ressaltar que o uso da força de trabalho escrava contribuiu decisivamente para a formação das relações de trabalho no campo brasileiro, onde observamos a ausência de direitos civis, políticos e sociais que se revelam nas péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais no Brasil, tomando aqui como recorte, a figura do cortador de cana.

De acordo com Ribeiro (2006), os primeiros contingentes de negros foram introduzidos no Brasil nos últimos anos da primeira metade do século XVI, por volta de 1538. Logo depois, em consequência da economia açucareira, passam a chegar em grandes levadas.

A caçada de negros na África, sua travessia e a venda aqui passam a constituir o grande negócio dos europeus, em que imensos capitais foram investidos e que absorveria no futuro, pelo menos metade do valor do açúcar e, depois do ouro. [...] Os concessionários reais do tráfico negreiro tiveram um dos negócios mais sólidos da colônia, que duraria três séculos, permitindo-lhes o traslado de milhões de africanos ao Brasil e, deste modo, absorver a maior parcela de rendimento das empresas açucareiras, auríferas, de cacau e de café, que era o custo da mão de obra escrava. O imenso negócio escravista raramente foi objeto de reservas. Ao contrário, se considerava meritório realizar as caçadas humanas, matando os que resistissem, como um modo de livrar o negro de seu atraso e até como um ato de aproximá-los do deus dos brancos. (Idem, p.146)

Dentre essas caçadas humanas, a figura feminina aparecia inicialmente como “luxos que se davam aos senhores de engenho e capatazes, que depois de os servirem, provocavam ciúmes nas senhoras que mandavam arrancar-lhes todos os dentes”. (RIBEIRO, 2006, p.148).

Depois de largada e envelhecida, essas mulheres caíam na vida de trabalho braçal nos canaviais em igualdade com os homens, prática que se estendia também às crianças. As crianças negras também faziam parte do elenco do trabalho árduo na produção do açúcar, já que “o moleque que não conseguisse entrar no duro trabalho do canavial muito novinho, doze anos presumivelmente, jamais se adaptaria a dureza desse trabalho.” (Idem, p.148).

A força física e as punições eram aspectos integrantes da escravidão na grande lavoura no Brasil, baseada no regime da disciplina, ameaça e trabalho forçado. Tão grande era a crueldade praticada que abusos brutais levavam as escravas a provocar aborto para não darem à luz crianças que viriam a morar em cativeiros, além das mais perversas atrocidades:

Escravos eram chamuscados ou queimados com cera quente, marcados na face ou no peito, torturados com ferros em brasa,

tinham as orelhas ou o nariz decepados ou sofriam bárbaros abusos sexuais em consequência de ciúme. (SCHWARTZ, 2011, p.123).

As vestimentas quando fornecidas eram precárias. Aos escravos era dado um pano de tecido grosseiro do qual faziam suas ceroulas, e andavam sem camisa. Os senhores de engenho costumavam distribuir roupas prontas e tecidos duas vezes ao ano, no início e no fim do período de corte e moagem da cana.

Schwartz (2001) afirma que muitos escravos passavam fome e que muitas vezes adulavam, mendigavam e roubavam alimentos. “Nada que fosse comestível escapava aos cativos. Os canaviais estavam infestados de ratos, e todos os que eram apanhados iam para a panela” (p.126)

Conforme Antonil (1982), os trabalhadores eram ocupados nos afazeres relacionados à produção de açúcar desde o nascer do sol até entrada a noite, ocorrendo, por vezes, na temporada de safra da cana, que um engenho funcionasse ininterruptamente, dia e noite.

Dessa maneira, ressaltamos o braço escravo como um elemento fulcral na produção de açúcar no Brasil, bem como o entendimento de que sua condição de vida e trabalho torna-se determinante para explicarmos as características da sociedade constituída durante a economia açucareira.

### 1.3 O trabalho escravo no campo e na fábrica

O processo produtivo e o modo como funcionavam os engenhos foi determinado pelo trabalho escravo nos canaviais. A maioria dos cativos passavam quase todo o tempo no campo e realizavam suas atividades em grupos na abertura de buracos para o plantio da cana de açúcar, já que tratava-se de um processo penoso.

Nesse processo, também estiveram presentes trabalhadores assalariados, muito embora a mão de obra escrava ter sido a grande

característica da economia açucareira no Brasil, tendo os cativos como força de trabalho preponderante.

Contudo, o caráter e as exigências da produção açucareira criaram a necessidade de um grupo de trabalhadores assalariados no interior desse processo, que segundo Schwartz (2011) apareciam nas funções intermediárias, ou seja, administrativas, técnicas e artesanais e nesse sentido, as habilidades e os serviços desses trabalhadores eram essenciais à produção do açúcar.

Quatro tipos de trabalhadores assalariados aparecem nos registros contábeis dos engenhos. A primeira delas consistia de profissionais que atuavam na área de prestação de serviços, que forneciam periodicamente suas habilidades, conhecimentos ou serviços aos engenhos [...] Outro tipo de residente urbano empregado pelos engenhos era “o caixeiro da cidade”, que registrava as caixas de açúcar no trapiche local, tratava dos problemas de transportes e tarifas alfandegárias [...] além dos capelães e médicos e também os feitores e mestres de açúcar, contratados com salário anual, calculado em dinheiro, e faziam-se ajustes se fornecidos alojamento ou alimentação. (Idem, p.262)

Alguns trabalhadores recebiam pagamentos por dia ou por tarefa pelo fato de prestarem seus serviços em base constante e periódica, como no caso dos ferreiros, carpinteiros e pedreiros.

Os trabalhos nos canaviais começavam cedo e terminavam tarde. Na época da safra os escravos eram postos em turno noturno, sujeitos a picadas de cobras e ainda, tendo que ao fim, realizarem a limpeza nos canaviais.

Schwartz (2011) ressalta que o corte da cana era feito aos pares, ou por foices. O homem cortava a cana e sua companheira as amarrava em feixes usando as folhas da própria cana. Esse corte era feito na base de cotas:

Atribuíam-se aos escravos um certo número de “mãos” de cana a ser cortada, como sua tarefa diária. Exigiam-se no fim do século XVII sete mãos de cana por dia de cada cativo. Cada mão consistia de cinco dedos, cada dedo continha dez feixes e cada feixe doze canas. Portanto, a cota diária era 7 mãos x 5 dedos x 10 feixes x 12 canas, ou seja, 4200 canas no total. (p.129)

Essa atribuição do trabalho através das cotas servia de estímulo a produtividade da força de trabalho, incentivava a definição das rotas de

trabalho nos engenhos de açúcar, e favorecia as operações nessas propriedades. Aos escravos que apresentassem grande capacidade de gerar o acúmulo de capital, lhes era concedido um incentivo supremo: a liberdade.

Um cativo mulato ou crioulo com ocupação especializada ou experiência em supervisão no engenho, não só podia ter esperanças de finalmente um dia tornar-se livre, mas também podia ter relativa certeza de conseguir emprego após liberto, prometido pelo senhor de engenho. (Idem, p.141)

O corte da cana é, ainda hoje, feito manualmente, aos pares e com o uso das foices, e os trabalhadores também têm metas a cumprir. Suas condições de vida e trabalho atualmente, pouco difere das condições impostas aos escravos, como mostraremos ao longo deste trabalho.

Aliado aos serviços desempenhados nos canaviais, os escravos eram obrigados a realizar tarefas extras para seus senhores, dentre elas, construir cercas, cozinhar e fazer a limpeza da casa grande, fato que aumentava a sua carga horária, que se estendia para além do cultivo e corte da cana de açúcar.

Na fábrica do engenho, as etapas do processo de produção do açúcar se dividiam nas operações da moenda, da casa das caldeiras e fornalhas, purgar e galpões. A moenda era o local onde se moía a cana para a extração do caldo; nas fornalhas, o caldo era fervido e purificado em tachos de cobre; a casa de purgar, no qual se branqueava o açúcar, e os galpões, onde os blocos de açúcar eram quebrados em várias partes e reduzidos a pó.

As tarefas especializadas e semi-especializadas combinavam-se tendo sua execução supervisionada por homens contratados pelo senhores de engenho ou até mesmo, pelos próprios escravos.

Na moenda os cativos trabalhavam em turnos, em geral dois durante as dezoito a vinte horas do dia de trabalho. Supervisionava-os durante o dia o feitor da moenda e a noite, o subordinado deste, o “guarda”, que era muitas vezes escravo. (SCHWARTZ, 2011, p.131)

Trabalhadores livres e brancos assumiam as funções de coordenação e supervisão do setor industrial do engenho, especialmente as atividades especializadas dos oficiais do açúcar, bem como o controle e repressão em

geral, notadamente a feitorização dos escravos. Essa distinção histórica, entre brancos e negros, em alguma medida, ainda existe, no Brasil e no mundo.

A convivência de trabalhadores especializados com a massa de trabalhadores desqualificados resultava do próprio processo produtivo do engenho, exigente de diferentes graus de formação ou força física para complexo universo de atividades agrícolas e industriais, conforme Ferlini (1988, p.129-134)

A tendência à progressiva subdivisão das operações e etapas do fabrico do açúcar, com a crescente divisão e especialização do trabalho, resultou no gradual aprofundamento da alienação do trabalhador em relação ao conjunto da produção.

Além da moenda, o trabalho nos tambores era perigoso, pois havia uma grande possibilidade de acidentes de trabalho. Era preciso ter habilidade, já que a cana deveria ser passada em velocidade e quantidade certa, caso contrário os tambores poderiam quebrar-se ou a cana não ser prensada com perfeição. A força de prensagem da moenda era tremenda:

Uma escrava inexperiente, ou que se tornasse desatenta por haver trabalhado demais ou se embriagado coma a garapa distribuída aos cativos durante a safra, podia ter a mão facilmente esmagada pelos tambores, junto com a cana. Se tal fato acontecesse em uma moenda de grande porte, o corpo inteiro poderia seguir-se ao braço. Foi esse o caso ocorrido com uma jovem mulata no Engenho Musurepe, em Pernambuco, que foi apanhada e moída com a mesma cana. Escravas com apenas um braço era uma visão tristemente corriqueira (SCHWARTZ, 2011, p.130)

Nas caldeiras e fornalhas o serviço também era duro, perigoso e desagradável. O calor das chamas somado a umidade e ao calor, esgotava o trabalho na fábrica, além do risco dos trabalhadores caírem nas chamas.

Antonil (1982), afirma que a fornalha era local para punições, já que cativos fujões ou recalcitrantes eram acorrentados e mandados para lá, a fim de quebrar-lhes a resistência. Os escravos que trabalhavam na fornalha eram também escolhidos entre os doentes, pois acreditava-se que seriam curados pelo calor do fogo; ou entre os que se queria castigar, para que purificassem suas culpas, com suor e sofrimento.

Como espetáculo, o castigo fazia parte de um ritual e era um elemento de liturgia punitiva que deixava a vítima infame de si e ostentava a todos o triunfo do poder senhorial, visando simbolizar no momento de sua execução, a lembrança da natureza do crime estabelecendo entre o suplício e o crime relações decifráveis, na certeza de anular o crime junto com o culpado. (FOUCAULT, 1987, p. 31).

Desse modo, a rotina de trabalho apresentava-se extenuante. A labuta no canavial era monitorada pelo uso da força, pois o açoite do feitor, encarregado de vigiar e de castigar os escravos, era parte integrante do processo de trabalho.

Os feitores atuavam como capatazes da escravaria, aplicando as cruéis punições às condutas “inadequadas” dos escravos. A eles também era dado o papel de vigilância constante das fazendas, na expectativa de controlar e impedir as tentativas de fugas desses trabalhadores.

Quando ocorriam as fugas, era também o feitor o responsável por organizar expedições para a recaptura dos fugitivos. Aos recapturados, cabia ao feitor aplicar os mais brutos castigos: chibatar e marcar com metal a pele dos escravos, dentre outras punições. Isso contribuía para diminuir o tempo de vida dessa força de trabalho, já que executava o seu trabalho nas mais desumanas condições.

Atualmente, a figura do feitor assemelha-se a do “gato”, que a mando dos grandes proprietários do açúcar, cuida de selecionar a mão de obra e comete as maiores atrocidades psicológicas, morais e físicas contra os cortadores de cana.

O “gato” arregimenta trabalhadores de outras regiões com promessas falsas. Depois de saírem de sua terra natal em busca de melhores condições de vida são obrigados a trabalhar endividados desde o início, uma vez que é obrigado a pagar pela viagem, alimentação e EPI's (equipamentos de proteção individual).

O “gato” tem o seu ganho por produção, e para isso, os trabalhadores são submetidos a jornadas exaustivas, que muitas vezes ultrapassam às doze horas diárias. Já que a melhoria de seu salário depende da sua produção, os cortadores de cana esgotam seu limite físico no trabalho, o que lhes causam

doenças graves, chegando até mesmo à morte por exaustão, como mostraremos ao longo da pesquisa.

Outra relação de trabalho que assinalava a produção de açúcar no Brasil, de acordo com Ferlini (1988), era caracterizada pela subordinação e interdependência entre produtores de matéria-prima, lavradores de cana, e proprietários das unidades de transformação da cana-de-açúcar, os senhores de engenho.

Os lavradores vinculavam-se aos engenhos pela necessidade de processamento de suas canas e os senhores dependiam das canas dos lavradores pela impossibilidade e/ou inconveniência de produzirem toda a matéria-prima.

Os senhores de engenho tendiam a auferir dois tipos de renda de suas relações com os lavradores de cana. Renda da terra, no caso do rendimento transferido pelos arrendatários como remuneração do proprietário da terra, e renda industrial, no caso do pagamento do processamento pelos lavradores de cana em geral.

A produção de matéria-prima dividia-se em dois tipos básicos de lavouras: terras de cana livre, casos em que o lavrador era livre para processar suas canas em qualquer engenho e terras de cana obrigada, casos em que contrato de venda ou arrendamento estipulava a obrigação de processamento em determinado engenho.

Comum a ambos os casos: a divisão do produto processado entre lavradores e senhores e que em geral, cabia ao proprietário do engenho metade do açúcar produzido a partir da cana do lavrador, como pagamento pelos custos de transformação.

Conforme Schwartz (2011), no caso do arrendatário, que produzia em terras pertencentes a determinado engenho, acrescia-se, normalmente, mais um terço ou um quarto da metade que lhe cabia, que entrava como pagamento pelo arrendamento. “A obrigação, sempre presente nos arrendamentos e na maior parte dos contratos de venda, criava o compromisso do comprador de só

processar a cana no engenho a quem pertencia anteriormente a terra adquirida” (p.249)

A existência dos lavradores era extremamente conveniente para os engenhos, na medida em que diminuía os custos de manutenção dos escravos, especialmente onerosos em conjunturas adversas. A redução do número de escravos do setor agrícola correspondia a uma significativa redução geral do plantel do engenho.

Nesse sentido, Barickman (2003) afirma que transferiam-se para os lavradores as despesas de manutenção de grande escravaria ociosa nos momentos de crise, bem como rebaixava os custos de produção em conjunturas favoráveis e assumindo variadas formas, as relações entre os lavradores e senhores persistiram ao longo de todo o período colonial, das quais resultaram a proliferação de pequenos engenhos, montados pelos lavradores para o processamento da cana.

Desse modo, destacamos a formação da sociedade colonial brasileira alicerçada na economia açucareira e no sistema de grande lavoura, na qual as ações de atores importantes como os europeus (representando os interesses capitalistas) os indígenas e os africanos (enquanto trabalhadores) desenharam a constituição desse processo histórico, cujos desdobramentos se revelam na atualidade, uma vez que as relações sociais também se estruturaram a partir dos papéis desempenhados por cada um desses atores responsáveis pelo sentido da sociedade brasileira. E assim foi,

Não só porque o açúcar manteve-se como importante atividade econômica, mas também porque os princípios em que se assentou a sociedade açucareira foram amplamente compartilhados, adaptáveis a novas situações e sancionados pela Igreja e pelo Estado. (SCHWARTZ, 2001, p.209)

Um modo particular de sociedade desenvolveu-se a partir da economia de grande lavoura, do caráter e das relações sociais da produção açucareira e das propriedades de engenhos. Uma sociedade de vários segmentos de raça, cor e força de trabalho cujas tensões permanecem presentes na atualidade como mostraremos ao longo desse trabalho.

## **CAPÍTULO II**

### **AS FACES DA RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO BRASIL**

No capítulo anterior, podemos observar a estruturação da sociedade colonial brasileira, a partir do estudo da economia açucareira e do sistema de grande lavoura, desde sua origem na Ásia à sua expansão, estabelecimento e comércio na Europa e no Brasil.

Mostramos também a exploração indígena e o uso de sua força de trabalho no plantio e beneficiamento da cana, bem como a existência de um tráfico africano capaz de fornecer a mão-de-obra escrava na produção de açúcar.

Presente no Brasil desde o século XVI, a cana-de-açúcar manteve ao longo dos séculos, sua característica de ser produzida em escala comercial, utilizando-se de grandes extensões de terra e, sobretudo, de trabalho precário, voltando-se sempre para o mercado exterior.

Neste segundo capítulo, trataremos dos mecanismos que foram implementados pelo Estado brasileiro, no intuito de beneficiar e garantir os lucros de usineiros e dos grandes produtores do açúcar ao longo dos anos, a exemplo do Programa Nacional do Álcool (Proalcool).

Dentre os mecanismos usados pelo capital, no sentido de preservar o sistema, ressaltaremos o mais recente, qual seja a Reestruturação Produtiva do Capital, cujos rebatimentos econômicos e sociais no mundo do trabalho, nas sociedades em geral, portanto também no Brasil, se revelam de modo mais grave em alguns segmentos produtivos.

Seguindo essa lógica, no caso brasileiro, é importante destacar a configuração do modelo de desenvolvimento agrário, no qual o cultivo da cana ocupa lugar privilegiado. Esse segmento econômico revela, por um lado, as estratégias criadas pelo Estado para incrementar o setor sucroalcooleiro e, por outro, as péssimas condições de vida e trabalho dos cortadores de cana.

## 2.1 A Reestruturação Produtiva do Capital: seus ajustes e consequências no âmbito do trabalho

A chamada reestruturação produtiva do capital com o seu modelo toyotista de produção, tem como princípio constitutivo a flexibilização da produção, e engloba como modalidades inerentes ao seu estabelecimento o trabalho racionalizado, o empregado multifuncional e o processo produtivo informatizado. Nas palavras de Mota, é entendida como:

Uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo equilíbrio instável que tem, como exigência básica, a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo do capital, tanto na esfera da reprodução do capital, como na das relações sociais. (1995, p.65).

Segundo Druck (1999), o processo de reestruturação produtiva originou-se no Japão, na empresa Toyota de 1950 a 1970. No ocidente, iniciou-se na década de 70 em concomitância com a ideologia neoliberal e, no Brasil, na década de 90 durante o governo Collor.

O Toyotismo caracterizou-se pela inovação e inauguração de técnicas de gestão de pessoal e produção, tendo em vista o aumento da produtividade e a redução das perdas no momento da fabricação dos produtos, com o objetivo de ampliar os lucros da empresa.

Conforme Antunes (1995), quatro fases levaram ao advento do Toyotismo: o trabalhador poder operar simultaneamente várias máquinas; a empresa driblar a crise a partir do incremento da produção sem aumentar o número de trabalhadores; a utilização do Método Kanban, ou seja, produzir somente o necessário baseando-se no modelo dos supermercados, de reposição dos produtos somente depois da sua venda, e por último; a expansão do mesmo método para as empresas subcontratadas e fornecedoras.

A reestruturação produtiva do capital, como era de se esperar, afeta também a esfera estatal, dada a necessidade de ajustes ao novo padrão produtivo. Nesse sentido, a formulação e implementação de políticas públicas sofrem alterações, que serão aqui tratadas.

Druck (1999) observa que, no Brasil, o período mais significativo de desenvolvimento do modelo toyotista de produção começa na década de 90, estabelecendo a chamada década da qualidade. Com isso, os mais variados setores produtivos de bens e serviços passariam, a partir desse momento, a cultivar a tradição da qualidade.

De acordo com a autora, o fenômeno da Qualidade Total rebateu, por exemplo, na esfera governamental, fazendo com que a política econômica da administração de Collor se enquadrasse no projeto neoliberal, já que o seu discurso se revestia da importância e da necessidade da modernização do país, especialmente no tocante ao que recomendava o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Não por acaso, em 1990 era lançado o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP). Nas palavras de Druck,

As justificativas centrais para a implementação do PBQP eram dadas por: o elevado grau de desperdício nos processos de produção [...], a necessidade de um novo patamar de competitividade, em razão da crescente inserção do país na economia internacional e a busca por produtividade, que dado o processo de globalização da economia, exige mudanças na estrutura produtiva, através da adoção de novas tecnologias e de novas formas de gestão e organização do trabalho. (1999, p.104)

Assim, no âmbito governamental, a finalidade basilar do PBQP era fazer com que a economia brasileira, naquele momento, adquirisse competitividade no mercado internacional. Constituindo-se dessa maneira:

Não como programa de governo, mas como um programa de mobilização dos atores representativos da sociedade (governo, empresários, trabalhadores e consumidores), apoiado num novo papel do Estado – menos interventor e executante e mais coordenador – e um novo ambiente de cidadania. (DRUCK, 1999, p.104).

Esse Estado menos interventor e executante exime-se, portanto, do seu papel enquanto executor e defensor de políticas sociais, bem como da busca pelo combate às expressões da Questão Social.

Em decorrência dessas reformas, bens e serviços estatais são transferidos para o âmbito privado. “Nessa relação, caem os princípios democráticos (equidade, gratuidade e universalidade) de acesso, sendo substituídos por dimensões individuais, particulares, fragmentadas.” (ALMEIDA, 2007, p.158)

As políticas sociais, por sua vez, destinam-se agora a operar de maneira paliativa no trato à questão social, atuando de forma particular e isolada sem considerar os elementos e as determinações que originam suas expressões. De acordo com os princípios neoliberais “Moderniza-se” então o Estado. Mínimo em seu fundamento social e máximo para lógica capitalista.

Nessa conjuntura, as mudanças nas relações entre Estado, sociedade e mercado, mercantilizam-se em um conjunto de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, cujos destaques são os mecanismos de privatização, as pressões do empresariado e da burocracia estatal para suprimir direitos sociais e trabalhistas e a “naturalização” da superexploração do trabalho. Todos eles revestidos pela cultura do anti-radicalismo e das soluções negociadas. (AMARAL; MOTA, 2006, p.37)

Dessa maneira, tem-se, portanto o início do processo de estabelecimento da desestatização da questão social, leia-se: da retirada do Estado no trato da esfera social que, em conformidade com a adoção dos preceitos neoliberais e, como consequência desse processo torna-se também

uma mercadoria. O enfrentamento às expressões da questão social será também privatizado.

Nas palavras de Almeida,

Este desdobramento conjuntural expressa, sem dúvida, a proposta neoliberalizante de mercantilizar os serviços sociais (até então estatais), segundo o argumento de [...] elevar a produtividade e garantir a competitividade dos serviços sociais posto que os serviços públicos estatais não são produtivos nem competitivos (2007, p.153)

No que se refere ao âmbito trabalhista, o Estado abstém-se também de sua função enquanto executor, disciplinador e fiscalizador dos direitos sociais dos trabalhadores, tornando-se “maleável”, sob a égide da flexibilização trazida pela Reestruturação Produtiva. Nas políticas de emprego e renda no Brasil, o foco é dado à chamada empregabilidade, que significa:

A capacidade individual de encontrar emprego ou trabalho no mercado, pelo esforço de capacitação e de busca de competitividade pessoal. A competitividade está na base da empregabilidade, fazendo com que os trabalhadores se inscrevam em programas de formação profissional [...], os programas têm o efeito de manter a expectativa de trabalhar, fazer crer no seu esforço individual, no seu fracasso. (FALEIROS, 2000, p.193).

Seguindo essa lógica perversa, o alcance de um emprego ou a perda dele, depende exclusivamente do esforço e da competência individual de cada trabalhador. Diante disso, não há como a classe trabalhadora resistir à fragmentação das lutas e dos interesses pelos mesmos direitos. Não há como unir-se e abraçar as mesmas causas. Os trabalhadores agora são colocados uns contra os outros. A política adotada é a do “Gere impacto, torne-se merecedor de ser lembrado e desejado pelo mercado” (HILDSDORF, 2009).

Os sindicatos e suas manifestações se fragilizam. Os interesses não são mais coletivos, pois estão atrelados às representações das atividades que

cada trabalhador desenvolve, ou seja, por categoria: Sindicato dos Assistentes Sociais, Sindicato dos Comerciais, Sindicato dos Ferroviários etc. Cada um defende o que é de interesse seu, e não o que é interesse de todos os trabalhadores.

Organizados, os trabalhadores se protegem uns contra os outros, gerando uma luta silenciosa no interior da própria classe. A bandeira que o neoliberalismo colocou nas mãos dos trabalhadores, ao contrário do que propunha o *Manifesto do Partido Comunista* – “Proletários de todos os países uni - vos” – sugere: ‘Proletários de todos os países, suprimam mutuamente vossos empregos e condenem-se reciprocamente ao desemprego e à redução de salários’ (TAVARES, 2004, p.114).

No que se refere à flexibilização, esta desdobra-se na esfera da função dos trabalhadores, que passam a ser exigidos agora em sua multifuncionalidade, ou seja, eles devem exercer diferentes papéis e serem reconhecidos em sua “versatilidade”.

A flexibilização, dentre outras consequências, resulta em intensidade do trabalho. No corte da cana, atividade em que não seria adequado dizer que, em qualquer momento, foi submetida à suposta “rigidez fordista”, também parece impróprio afirmar que a exploração de que tratamos neste estudo seja uma decorrência direta da flexibilização.

Contudo, no mesmo contexto em que a flexibilização determina o ritmo do trabalho, diminui-se a jornada de trabalho do cortador de cana e intensifica-se a produção num intervalo de 8 horas/dia, mediante uma forma de exploração de força de trabalho, cujas condições de trabalho são analisadas neste estudo. No corte da cana, o trabalhador recebe em média 3,00 por tonelada de cana cortada. Para garantir o seu sustento e o de sua família, ele deve cortar, pelo menos, de 10 a 12 toneladas por dia.

A legislação trabalhista, evidentemente, também flexibiliza-se. Assiste-se atualmente a uma gama de modalidades de trabalho barato: temporário, subcontratado, desregulado, e informal, nos quais “os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus

direitos fundamentais” (TAVARES, 2004, p. 18). O cortador de cana, pelas próprias características da produção, configura-se como um trabalhador temporário.

Ora, se caem os lucros – tendência inerente ao desenvolvimento capitalista – cai também, proporcionalmente ao crescimento da população economicamente ativa, o número de trabalhadores formais. Não havendo formalidade, não haverá compromisso com os direitos e a proteção trabalhista. Dessa maneira, o único e exclusivo beneficiado dessa situação é o capital. Vejamos a maneira como o capital defende a flexibilização:

A utilização de contratos temporários pode ser considerada como um método de triagem de candidatos a lugares de contratação permanente, ou ainda como um meio de ajustar níveis de emprego às flutuações da procura, evitando despedimentos ou falências, com as respectivas consequências sociais.[...] Esta flexibilidade traz grandes vantagens para as organizações, em termos de redução de custos com o trabalho e aumento da produtividade, mas também para os trabalhadores, aumentando o seu valor no mercado de trabalho e a sua empregabilidade. E é por isso mesmo um investimento com significativo impacto positivo, para as empresas e para os trabalhadores. (CUNHA, 2006).

De acordo com a citação acima, o capital parece estar preocupado com a condição do trabalhador. Contrata-se temporariamente para evitar ter que despedi-lo depois. Uma vez despedido, a preocupação é com as possíveis consequências sociais que se geram a partir disso.

Contudo, aqueles que conhecem a gênese, a constituição e o desenvolvimento deste modo de produção capitalista sabem que sua razão de ser gira em torno do lucro, que se faz mediante a exploração da força de trabalho alheia.

No caso do trabalho temporário, se os lucros estão crescendo ou quando, em determinada época do ano, aumentam as vendas, com repercussão na produção e no comércio, contrata-se mais nos dois setores. Se

as vendas diminuem e os lucros caem, esses trabalhadores voltam a ser jogados no desemprego, e o capital, sem dúvida, não se preocupará em retirá-los dessa condição se isso não representar valorização do seu capital.

Sob tais premissas, o trabalhador é colocado numa condição defensiva, em que parece não importar as condições de trabalho que lhe são propostas, não importa se não gozar dos direitos e da proteção social que lhe cabe. Importa trabalhar, sobreviver. Não lhe importa ainda se vai trabalhar hoje e após três meses seja demitido. Sob a cultura de um mercado de trabalho escasso, cuja consequência são milhões de pessoas lá fora querendo o seu lugar, o trabalhador concorda com a fraude, mesmo quando tem conhecimento dos direitos do trabalho. Quando ele consegue arranjar um emprego, a sociedade o considera privilegiado. Todavia, os verdadeiros privilegiados são os capitalistas, que, dadas essas condições, podem abusar do direito de explorar o trabalho, sem a proteção social, em tese ainda garantida pelo Estado.

E assim, o capital vai gradativamente iludindo e criando estratégias e artifícios para continuar garantindo sua reprodução e acumulação. Mantêm-se intactos os seus interesses. Em troca, suga-se a maior quantidade de trabalho possível daqueles que, por possuírem apenas força de trabalho para vender, têm que garantir o seu lugar no mercado de trabalho, a fim de preservarem a vida.

Segundo Melo et. al (2006), a terceirização também é outra estratégia bastante afinada com o ideário instituído pela reestruturação produtiva, podendo ser entendida enquanto técnica gerencial de compra de serviços ou transferência de atividades a terceiros. Essa afinidade da terceirização com as finalidades da reestruturação produtiva tem sido referência na adequação de novos paradigmas de externalização da produção, e por isso, vem ocupando lugar de destaque para todas as empresas nos mais variados setores.

A terceirização se operacionaliza através de:

Um contrato celebrado entre duas empresas: a contratante, denominada de tomadora, que pode ser tanto uma pessoa jurídica de Direito privado como também uma pessoa jurídica

de Direito público, como o Estado, e a contratada, denominada de prestadora, pela qual uma prestará serviços especializados à outra, de forma continuada. (MEIRELES, 2010, *online*).

Druck (1999) observa que a terceirização é a prática que mais tem se difundido na atividade industrial e também em outras áreas como serviços, comércio e setor público, e que, dada a rapidez do seu crescimento, a terceirização ramificou-se não apenas para os serviços de apoio como alimentação, transporte e vigilância, mas também atingiu as atividades centrais da empresa, como a própria produção.

Diante desse fenômeno, as consequências e as implicações no mundo do trabalho são observadas na segmentação, desorganização e fragmentação da classe trabalhadora, e especialmente, na precarização dos vínculos trabalhistas. Nas palavras de Melo et. al,

A transformação do cotidiano num espaço de exercício de ações políticas encontra sérios impedimentos em um contexto de precarização das relações de trabalho, como o instituído pela terceirização: trabalhadores em permanente substituição, desqualificados, cujo vínculo empregatício tem como característica a fragilidade, submetidos a riscos e cargas de diferentes naturezas, obsessivamente ocupados com a garantia da renda mínima necessária a sobrevivência e permanentemente assaltados pelo medo do desemprego estrutural[...] pela desproteção social fundada por um Estado cada vez mais ausente das políticas sociais. (2006, p. 200).

Analisar a terceirização como um artifício utilizado pelo capital para atender aos seus interesses, é entendê-la como uma maneira perversa de uma empresa obter trabalho de quem não é seu empregado, mas empregado da empresa contratada para lhe fornecer serviços.

Para o capitalista, ter quem trabalhe para ele, sem ser diretamente seu empregado é extremamente funcional à obtenção de seus lucros. O contrato será feito com a empresa prestadora de serviços, não com o trabalhador. Dessa maneira, baixam-se os custos, bem como as responsabilidades

trabalhistas que uma contratação realizada diretamente com o empregado envolve.

Com a terceirização, a situação do trabalhador torna-se bastante delicada: ele estará subordinado tanto à empresa fornecedora de serviços (que o contratou), quanto à empresa tomadora (que embora não tenha sido contratado por ela, lhe prestará serviços).

Conforme ressalta Melo et. al (2006), um dos aspectos mais marcantes da reestruturação produtiva é a origem de um novo perfil de trabalhador, que, por obrigatoriedade, tem que ajustar-se aos objetivos empresariais de gestão da força de trabalho para incrementar a produtividade através do discurso da “flexibilidade”, no qual se observa:

Uma acentuada precarização do trabalho com aumento significativo do setor informal e de diferentes formas de contratação com o recurso ao trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado [...] que se estabelece claramente como uma das estratégias de flexibilização de mão-de-obra e de precarização do emprego, que se coloca à margem de qualquer legislação trabalhista. (Idem, p.205).

Portanto, a reestruturação produtiva do capital promoveu o processo de desmonte dos direitos trabalhistas, intensificou a exploração da força de trabalho e suscitou modalidades de trabalho desregulado e precarizados. Ora, se isso se aplica a modalidades de trabalho em geral, como serão tratados os segmentos vulnerabilizados, a exemplo dos cortadores de cana, ocupação historicamente formada pela camada mais desqualificada dos trabalhadores?

Convém esclarecer que esses mecanismos não são tomados, tal como foram originalmente formulados aos cortadores de cana. Sem qualquer dos arranjos atuais, a atividade de cortar cana sempre foi degradante. O que se quer demarcar é que dadas as condições gerais, a precariedade passa ser uma marca do trabalho e, no caso dos cortadores de cana, a exploração é intensificada.

## 2.2 Desenvolvimento Agrário e cana-de-açúcar: um grande negócio

A partir da década de 1960, o desenvolvimento da canavicultura no Brasil intensifica-se. Atrelado ao aumento do processo de industrialização no campo brasileiro, a produção da cana –de- açúcar amplia a extensão de seu cultivo.

Como dissemos no capítulo anterior, tal processo foi impulsionado pela procura da cana pelo mercado externo, principalmente pelos Estados Unidos. Cuba era seu principal fornecedor de açúcar, contudo, o rompimento das relações comerciais entre esses dois países, ampliava a busca pelo produto no Brasil.

A política que orientou o desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil, na década de 60, teve por objetivo o incremento das exportações de açúcar e a ampliação do parque industrial e das lavouras de cana. Essa política apoiou-se no rompimento das relações entre Estados Unidos e Cuba, que teve como uma de suas principais conseqüências a exclusão do *açúcar cubano* no mercado preferencial norte-americano. Assim sendo, a região Centro-Sul, encontrando-se melhor estruturada, passou a colaborar na colocação do açúcar brasileiro no mercado externo, com preços competitivos (BRAY, FERREIRA, RUAS, 2000, p.37).

Este ciclo de expansão não durou até o final da década, pois em 1965, uma crise causada pela queda do preço do produto em nível internacional afetava o setor sucroalcooleiro. Tal queda no preço do açúcar se dava pelo fato de que,

Como a maioria da produção destinava-se ao mercado externo, a crise de superprodução mundial afetou de maneira direta o açúcar brasileiro; por outro lado, o baixo nível tecnológico da produção brasileira dificultava as possibilidades de participar de forma mais vantajosa da concorrência internacional. (SANT'ANA, 2012, p.20):

No sentido de socorrer e criar estruturas que garantissem o sucesso do setor, o Estado Brasileiro lança programas de investimentos e incentivos públicos para o setor, que segundo Szmrecsányi e Moreira (1991), incluíam desde o melhoramento da cana-de-açúcar até auxílios diretos.

Prova disso é que em 1975, o governo lança o Programa Nacional do Álcool ( Pró-álcool ), instituído pelo decreto n. 76.593, de 14 de Novembro de 1975, que se por um lado, emergia como alternativa energética diante da crise do petróleo nos anos de 1974 e 1975, selava a preocupação com o setor canavieiro e o compromisso de alavancar sua potencialidade para reduzir a dependência externa de petróleo num período de alta expressiva de preços do produto no mercado internacional.

O Proálcool promoveu inicialmente o aumento do percentual de álcool anidro, produzido a partir da cana-de-açúcar adicionado à gasolina. Posteriormente, em sua segunda fase (Decreto nº 80.762/79), promoveu a utilização do álcool hidratado em veículos com motores desenvolvidos especificamente para este combustível.

De acordo com Os Agrocombustíveis no Brasil (2008), em 1985, 85% dos automóveis vendidos no país eram movidos à álcool. A produção de álcool passou de 600 milhões de litros em 1975 para 12 bilhões de litros, em 1986. Com o declínio dos preços do petróleo e aumento dos preços do açúcar, na década de 90, houve um colapso no abastecimento e o programa caiu em descrédito.

Percebe-se dessa maneira, que o mercado do açúcar e do álcool no Brasil foi marcado historicamente pela intervenção do Estado, que definia cotas de produção, fixava o preço da tonelada da cana, do saco do açúcar e do litro de álcool, e, por consequência, determinava a rentabilidade do negócio.

A intervenção do Estado definiu também o modelo de produção integrado verticalmente, centrado em grandes usinas de álcool e açúcar, que concentrou terra e renda nas mãos de uma “nova classe empresarial que surgiu subsidiada pelos recursos públicos: os usineiros” (PAIVA; PLASSAT, 2008).

O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1933, foi o principal instrumento governamental utilizado para consolidar a passagem de um modelo descentralizado de engenhos para um modelo concentrado em grandes unidades industriais. O modelo de exploração da agroindústria do açúcar e do álcool no Brasil privilegiou assim as grandes extensões de terras e a monocultura, sustentada por grandes contingentes de mão-de-obra humana, explorados em condições desumanas de trabalho.

O Proálcool seguiu a mesma lógica: incentivou com recursos públicos, por meio de financiamentos e subvenções, destinadas aos latifundiários da cana-de-açúcar, um novo processo de expansão do setor sucroalcooleiro e, conseqüentemente, de concentração fundiária. Como explica Sant'ana (2012, p. 28-29):

A relação do setor canavieiro com o Estado modifica-se ao longo desse período, porém a aliança histórica com a classe dominante mantém-se. O Estado deixa o setor mais livre de regulamentações e, com isto, permite o acirramento das disputas entre os grupos e facilita a entrada de capitais internacionais, num contexto geral do processo de internacionalização do país [...] O Estado facilita as ações destes grupos mais modernos, ao mesmo tempo que mantém o apoio ao setor de uma maneira geral. Uma evidência disto é que, depois de efetivado o Pró-Álcool e do Estado ter destinado vultuosos montantes de recursos por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural para o cultivo da cana-de-açúcar e ainda recursos para a montagem das destilarias de álcool, com amplas carências e juros baixos, 20 anos depois, o governo “perdoou” ou renegociou em condições muito favoráveis grande parte das dívidas, mesmo em tempo de ênfase neoliberal da política

Conforme Os Agrocombustíveis no Brasil (2008), o financiamento ocorreu por meio do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Brasil, além de bancos regionais e estaduais de desenvolvimento. Entre 1976 e 1989, os recursos públicos destinados ao setor foram da ordem de US\$ 5,9 bilhões.

Thomas Júnior (2002), observa a histórica condução do poder político pelas elites brasileiras ao reforçar os interesses do setor agrário dominante e

destaca que em 1985, por exemplo, o Pró-Álcool “destinou aos empresários sucroalcooleiros paulistas US\$ 1 bilhão em créditos para a parte industrial e US\$ 420 milhões para a parte agrícola” (p.97)

Contudo, devido a alta inflação e baixa do petróleo na década de 90, tornava-se inviável a manutenção do Pró-Álcool. Esse fato não torna imune a hegemonia dos setores mais avançados tecnologicamente, que monopolizam a produção açucareira.

Mas o governo brasileiro, na sua funcionalidade ao capital, fora capaz de fazer grandes empréstimos a plantadores de cana e usineiros, cobrindo os gastos da produção, e ainda, perdendo e renegociando dívidas. Quanto aos trabalhadores, ignora-se a exploração perversa a que muitos cortadores de cana são submetidos, com condições de vida e trabalho insalubres, sem garantia de direitos e com uma fiscalização ineficaz e frouxa, que não é capaz de evitar a utilização de trabalho escravo ou análoga à de escravo que se alastra até os dias de hoje. Como afirma Mézaros (2006, p.989-990):

A tendência objetiva inerente à natureza do capital – seu crescimento dentro de um sistema global conjugado com sua concentração e sua sempre crescente articulação com a ciência e a tecnologia – abala e torna anacrônica a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital. Decerto já podemos testemunhar que as formas tradicionais de enraizamento hierárquico-estrutural da divisão funcional do trabalho tendem a se desintegrar, sob o impacto da concentração de capital e da socialização do trabalho sempre crescente.

Evidencia-se a aliança pela qual essa fração da classe dominante é conduzida pelo Estado, bem como a subjugação do trabalho ao capital, e a concentração de terras e pobreza no campo. O mercado do açúcar e do álcool no Brasil foi marcado historicamente pela intervenção do Estado, que definia cotas de produção, fixava o preço da tonelada da cana, do saco do açúcar e do litro de álcool, e, por consequência, determinava a rentabilidade do negócio.

A partir dos anos 2000, criam-se novos mecanismos ideológicos para o incentivo aos grandes grupos capitalistas, que se consolida entre o setor

primário e industrial, sob a proteção do capital financeiro. No governo Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, a estabilização da economia e o controle da inflação seguia os ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI) que tinha como uma de suas características principais a redução dos gastos públicos e a privatização de estatais.

Como consequência, a questão social agudiza-se, refletindo nos altos níveis de desemprego e miséria, nas transformações ocorridas no mundo do trabalho e ainda, no enfraquecimento dos movimentos sociais, e sobretudo, na luta dos trabalhadores. No âmbito da agricultura, conforme Carvalho Filho (2001, p.96):

Não é por acaso que a agricultura serviu de âncora verde ao plano de estabilização, inviabilizando muitos produtores. Os dados do censo agropecuário 1995/1996 mostram que em dez anos houve queda de cinco milhões de postos de trabalho na agricultura, sendo dois milhões no período 1995/96. Esses dados também mostram a consolidação da tendência à concentração fundiária e à aceleração do processo de expulsão dos trabalhadores rurais.

É válido ressaltar que durante o governo FHC, houve, segundo Sant'ana (2012) uma verdadeira “satanização” dos movimentos sociais, e em especial, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), culminando ainda no lançamento de Programas a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário ( *Online*), financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares, enfraquecendo mais uma vez, os assentados da reforma agrária, já que não havia política específica destinada a esse segmento. Ou seja, penaliza-se o trabalhador e mantém-se o compromisso com a elite dominante.

No que diz respeito a grande agricultura capitalista, o governo FHC promoveu investimentos que viabilizariam a integração desse setor com a indústria, mais precisamente denominada de Agronegócio. Conforme Silva (2008, p.4):

O termo agronegócio vem do conceito norte-americano de *agribusiness*. Assim sendo, o *agribusiness* engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores e transformadores e distribuidores envolvidos na geração e fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final.

No ano de 2003, ganha a eleição o presidente Luis Inácio Lula da Silva, que segundo Romano (2008), surgiu como liderança sindical no ABC paulista e representou a esquerda política em vários embates e lutas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), se aliou aos setores dominantes de forma a chegar ao poder com amplo apoio popular, dá continuidade a política econômica ao governo anterior de benefício aos grupos econômicos nacionais e internacionais.

É no governo Lula, que é lançado o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária. O 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em 1985, fruto das negociações do então presidente Tancredo Neves, “tinha como uma de suas características a aplicação da função social da terra para fins de desapropriação, bem como a definição de áreas prioritárias para a reforma” (ALBUQUERQUE, 2005, p.60). Sant’ana (2012) aponta que o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária quase não saiu do papel, pois ao final do mandato de Sarney 1989, apenas 83.687 famílias, cerca de 1%, haviam sido assentadas.

Como dito anteriormente, o lançamento do 2º Plano Nacional de Reforma Agrária, traz a tona um diagnóstico da realidade agrária brasileira:

**TABELA 1**

**Síntese da Estrutura Fundiária – 2003**

| Grupos de área total | Nº de Imóveis | % | Área em HA | % | Área Média (ha) |
|----------------------|---------------|---|------------|---|-----------------|
|----------------------|---------------|---|------------|---|-----------------|

|                |                         |                  |              |                    |              |             |
|----------------|-------------------------|------------------|--------------|--------------------|--------------|-------------|
| <b>Pequena</b> | <b>Menos de 200 ha</b>  | 3.895.968        | 91,9         | 122.948.252        | 29,2         | 31,6        |
| <b>Média</b>   | 200 a menos de 2.000 ha | 310.158          | 7,3          | 164.765.509        | 39,2         | 531,2       |
| <b>Grande</b>  | 2.000 ha e mais         | 32.264           | 0,8          | 132.631.509        | 31,6         | 4.110,8     |
| <b>TOTAL</b>   |                         | <b>4.238.421</b> | <b>100,0</b> | <b>420.345.382</b> | <b>100,0</b> | <b>99,2</b> |

Fonte: Incra                      Org.: OLIVEIRA, A.U.

Observa-se que apesar da pequena propriedade corresponder a 91,9 % do número de propriedades, a área ocupada chega a 29, 2 % do total, a média propriedade chega a ocupar 39,2% da área, representando 7,3% dos imóveis. Já a grande propriedade ocupa 31,6 da área total, correspondendo a 0,8% dos imóveis.

De acordo com Sant'ana (2012, p.35-36) ao lançar o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária:

A meta era assentar, até o final de 2006, 400 mil novas famílias; 130 mil famílias teriam acesso à terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil teriam a efetivação da regularização fundiária de seus lotes. Ou seja, a meta era que um milhão de famílias fossem beneficiadas e mais de 2.075 milhões de novos postos de trabalho fossem gerados.

Contudo, houve um descumprimento das metas apresentadas no governo Lula, o que aflorou os conflitos sociais no âmbito da luta pela terra, já que muitos trabalhadores esperavam ansiosamente a promoção de um processo mais amplo de Reforma Agrária por parte do então presidente, como mostra a Comissão Pastoral da Terra (2003, p.7)

Os trabalhadores e trabalhadoras do campo acreditaram que havia chegado a hora da mudança profunda, que a reforma agrária finalmente iria acontecer. Por isso multiplicaram suas ações que bateram um recorde histórico. Ocupações e assentamentos somados atingiram o número de 676 ações, envolvendo um número de 124.634 famílias, 623.170 pessoas.

O total de conflitos atingiu um patamar nunca antes atingido: 1690 conflitos, com 1.190.578 pessoas envolvidas.

É válido ressaltar que no Governo Lula a área social ganha destaque através dos Programas de transferência de renda, especialmente o Programa Bolsa Família<sup>2</sup>. Destaca-se também os Programas de Comercialização da Agricultura Familiar a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos ( PAA) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ( PRONAF) que aumentou o financiamento de projetos para pequenos produtores rurais. Com isso,

Aumentou a violência do poder privado com a expulsão de 4.340 famílias em 2007, quando em 2006 haviam sido expulsas 1.809 ( um aumento de 140%, portanto), resultado do apoio do Estado às atividades do agronegócio, carro chefe da política de geração de divisas com a exportação de mercadorias, o que provocou o aumento da demanda por terras.(GONZALVES e CHUVA, 2003, p.143, apud SANT'ANA, 2012 p.37).

Alguns Programas terão um rebatimento direto sobre o setor canavieiro, a exemplo do Plano Nacional de Bioenergia e o Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) em sintonia com os interesses dos grandes capitalistas nacionais e internacionais que “praticamente reeditam o Pró-Alcool com uma nova linguagem e com um marketing ecológico: a sustentabilidade de uma energia renovável e limpa” (SANT'ANA, 2012, p.38)

Ancorado nesse discurso, a produção e o uso do álcool anidro no Brasil ganham destaque sob a égide da baixa concentração tóxica. No caso do Plano Nacional de Agroenergia, o governo busca efetivar ações pautadas no “desenvolvimento sustentável” na tentativa de cumprir as determinações do Protocolo de Kyoto, que assinado em mais de 170 países, desencadeou debates e ações envolvendo a questão energética.

---

<sup>2</sup> Programas como o Bolsa Família ganharam amplo destaque na área social durante o governo Lula, impactando no enfraquecimento das lutas sociais da classe trabalhadora.

As tentativas de cumprimento do Protocolo de Kyoto são feitas pelos diversos Estados e até por grande parte da sociedade civil organizada, sem questionar a própria lógica societária. Esta é a forma de tratar a questão ecológica como um todo: discutem-se planos e acordos, criam-se ministérios e leis de proteção ambiental enquanto se mantém práticas altamente destrutivas não só do ponto de vista ambiental, como também humano. Um exemplo disso é a corrida brasileira para a corrida energética renovável, que nada mais é que uma estratégia do capital de auferir maiores lucros à custa da depredação ambiental e do trabalho desumanizado. (SANT'ANA, 2012, p.39)

Na agroindústria da cana de açúcar, tem-se o aumento do número de usinas e a expansão daquelas existentes, o que ocasiona por sua vez a devastação do meio ambiente, da fauna e da flora e a poluição dos rios. Contudo, o capital, se por um lado se utiliza de discursos ecológicos e de preservação do meio ambiente; por outro, aquece o avanço da cultura canavieira, conforme pode ser observado na tabela 2 que mostra a evolução da produção, área e produtividade da cana-de-açúcar no período de 1990 a 2007 (IBGE, 2008)

**TABELA 2**

**Brasil: Área, Produção e Produtividade da cana-de-açúcar**

| Ano  | Área Colhida(mil ha) | Quantidade Produzida(mil t) | Produtividade(t/ha) |
|------|----------------------|-----------------------------|---------------------|
| 1990 | 4.273                | 262.674                     | 61,5                |
| 1991 | 4.211                | 260.888                     | 62,0                |
| 1992 | 4.203                | 271.475                     | 64,6                |
| 1993 | 3.864                | 244.531                     | 63,3                |
| 1994 | 4.345                | 292.102                     | 67,2                |
| 1995 | 4.559                | 303.699                     | 66,6                |

|                    |       |         |      |
|--------------------|-------|---------|------|
| 1996               | 4.750 | 317.106 | 66,8 |
| 1997               | 4.814 | 331.613 | 68,9 |
| 1998               | 4.986 | 345.255 | 69,2 |
| 1999               | 4.899 | 333.848 | 68,1 |
| 2000               | 4.805 | 326.121 | 67,9 |
| 2001               | 4.958 | 344.293 | 69,4 |
| 2002               | 5.100 | 364.389 | 71,4 |
| 2003               | 5.371 | 396.012 | 73,7 |
| 2004               | 5.632 | 415.206 | 73,7 |
| 2005               | 5.806 | 422.957 | 72,9 |
| 2006               | 6.144 | 457.246 | 74,4 |
| 2007               | 6.692 | 515.821 | 77,1 |
| <b>Crescimento</b> |       |         |      |
| 1990 a 2000        | 1,2   | 2,2     | 1,0  |
| 2000 a 2007        | 4,8   | 6,8     | 1,8  |

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Ora, se essa atividade expandiu-se gerando impactos destrutivos no meio ambiente, os danos sociais não são menores. Dentre esses, tratamos daqueles que dizem respeito à precarização das condições de trabalho do cortador de cana, atrelada aos custos do agronegócio que, por sua vez, aumentam os gastos públicos, conforme Sant'ana (2012, p.56-57):

Na região Sudeste, em especial no estado de São Paulo, via de regra, o aumento dos gastos é atribuído à presença dos trabalhadores migrantes de outras regiões do estado que se deslocam para trabalhar nas atividades do setor no período das safras que ocorrem entre os meses de março e dezembro. Na

realidade, porém, estes gastos são os custos de reprodução da força de trabalho que é permitido ao capital socializar com a sociedade e com o Estado.

Dessa maneira, o amparo dado a esse segmento de trabalhadores, explorados de maneira tão perversa pelo capital, esbarra na condição essencial desse sistema capitalista, que é tão somente acumular. O processo de precarização do trabalho no corte da cana, e a intensificação da produção de maneira exaustiva têm ocasionado o adoecimento e até mesmo a morte de milhares de trabalhadores desse setor, como mostraremos adiante.

### 2.3 O processo de mecanização no corte da cana de açúcar

A mecanização da colheita da cana-de-açúcar no Brasil ganhou impulso a partir da década passada. Os benefícios trazidos para a agroindústria açucareira, como a possibilidade de barateamento desta operação, a diminuição dos custos da produção agrícola, e maior produtividade do trabalho, são os principais fatores que estão contribuindo para a aceleração desse processo.

A partir da década de 1990, o mercado foi desregulado parcialmente e os preços liberados abrindo caminho para uma modernização do setor, baseada na concorrência interna e na busca pela redução de custos de produção, o que levou as usinas a investirem em mecanização e automação, aumento de produtividade do trabalho e da produtividade agrícola. (OS AGROCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL, 2008)

No contexto da reestruturação produtiva sucroalcooleira, a mecanização do corte da cana-de-açúcar tem sido justificada como uma medida de proteção ao meio ambiente e aos trabalhadores, uma vez que do ponto de vista do rendimento e da segurança no trabalho, é prejudicial para o trabalhador o corte manual da cana, colocando-se como alternativa a mecanização dessa atividade laboral.

Contudo, a tecnologia das colhedoras empregada no setor ainda não permite a total mecanização da colheita. Considerando que as lavouras sujeitas à mecanização são aquelas situadas em áreas de solo regular, onde a cana se encontra em pé e, portanto, onde o trabalhador consegue maior produtividade, a ele restará o corte de cana de áreas irregulares, e da cana “deitada”, onde as condições de trabalho são as mais adversas, agravando ainda mais as condições de vida, trabalho e saúde dos trabalhadores que se dedicam a essa atividade.

Mais uma vez, fica demonstrado que a opção pela colheita mecanizada não tem como objetivo melhorar as condições do trabalho vivo. Por outro lado, convém ressaltar o baixo custo da força de trabalho do cortador de cana, o que também explica a alternativa de sua utilização.

Conforme Alves (2007), a mecanização agrícola limitou-se ao preparo do solo como o transporte das mudas, a abertura dos sulcos, fechamento e adubação, realizados por caminhões e máquinas. Entretanto, permaneceram as atividades manuais de plantio e colheita, que além de expandidas, tiveram ainda a produtividade incrementada graças ao pagamento do salário por produção. Dessa maneira:

Há dúvidas sobre a possibilidade de se massificar a mecanização desse setor, uma vez que os baixos salários e a precariedade das condições de trabalho tornam mais lucrativo para as empresas manter o corte manual do que investir em maquinário. Atualmente, mais de 60% da colheita da cana é feita manualmente no Brasil. (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2008).

Aqui, faz-se necessário uma ponderação, pois se, por um lado, a tecnologia traz os avanços necessários à produtividade e a segurança do trabalho, por outro, traz uma consequência social de imensas proporções: o desemprego. Por um conjunto de fatores que não cabe tratar aqui e agora, os cortadores de cana são, em geral, uma população de baixíssima qualificação. Ora, numa sociedade em que todos precisam ter uma mercadoria para vender, essa baixa qualificação, aliada a um grande exército de reserva, vai resultar, ou numa força de trabalho superexplorada, ou na ampliação da clientela dos programas de renda mínima. Portanto, malgrado a crítica que fazemos à

perversa exploração ao cortador de cana, não ignoramos que a mecanização apresenta vantagens ambientais (eliminação das queimadas), porém, tem impactos sociais enormes: desemprego em massa no setor sucroalcooleiro. Cabe ressaltar, portanto, que não se trata disso ou daquilo. Coloca-se aqui uma ótima oportunidade de reafirmar a nossa posição crítica ao sistema capitalista na sua totalidade. Do contrário, o que parecia solução, demonstra ser um agravante, o que nos deixaria sem defesa.

Retomando o processo, no qual o cortador de cana é central, ao passo em que se moderniza o campo, a situação do trabalhador rural e de sua família também se modificam. Isso resulta no êxodo dessa força de trabalho para as cidades, cuja população contribui para a expansão dos problemas sociais já existentes. Ou como se diz, entre nós, amplia-se a questão social. Ora, o setor canavieiro se modernizou sem destruir as bases latifundiárias da estrutura agrária brasileira:

O caso do setor sucroalcooleiro é paradigmático, porque com a sua sustentação estava-se, na verdade, garantindo todo o sistema de latifúndio no Brasil, única diante de padrões mais civilizados de relações vigentes na agricultura mundial entre o capital agroindustrial e a propriedade da terra, e que entre nós criou fundas raízes na grande lavoura de exportação. (GNACCARINI; QUEDA, 1993, p.94)

A expulsão dos camponeses favorece duplamente o empresariado rural: por um lado, consolida a expansão territorial por meio da concentração da terra, por outro lado, libera mão-de-obra barata para a produção agrícola e industrial.

Assim, se a mecanização da colheita da cana de açúcar vem aumentando, a possibilidade de perder postos de trabalho preocupa e tortura milhares de trabalhadores.

Com a mecanização serão desativados todos os 189 mil postos de trabalho manuais em São Paulo até a safra 2010/21. Por outro lado, serão criados 55 mil postos em funções mecânicas e, possivelmente, outros 20 mil nas usinas. Ou seja, o desemprego atingirá, no mínimo, 114 mil

trabalhadores somente em São Paulo até a safra 2020/21.  
(OS AGROCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL, 2008)

Os desempregados, por sua vez, sofrem por se encontrarem fora do mercado de trabalho, contudo, não imaginam o quanto seu sofrimento é funcional ao capital. Como aludimos antes, o exército industrial de reserva, hoje, mundializado, reforça a idéia de que o trabalhador deve submeter-se a condições desumanas de trabalho, justificadas pelo número de indivíduos que existem em busca de um emprego.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que entendemos que a mecanização chega como uma forma de eliminar a insalubridade, a periculosidade e a penosidade existentes nas frentes de trabalho rural, questionamos também até que ponto as mudanças que estão sendo introduzidas na base técnica do processo de trabalho de corte da cana-de-açúcar podem contribuir para reverter o quadro das condições de vida e trabalho desses trabalhadores. Aos argumentos já apontados na página anterior, acrescentamos a seguir outras considerações.

Scopinho (1995), ao realizar um estudo no Estado de São Paulo, mais precisamente na região de Ribeirão Preto, analisou guincheiros que trabalhavam em turnos de 24 horas no carregamento da cana e operadores de colhedoras escalados em turnos de 12 horas. A autora observou que a mecanização na lavoura canavieira pode não estar, efetivamente, contribuindo para sanar os ambientes de trabalho e reverter o padrão de desgaste dos trabalhadores, e, sim, apenas imprimindo a eles novos padrões.

Se, por um lado, ocorre certa diminuição das cargas do tipo físico, químico e mecânico, por outro, as máquinas acentuam a presença de elementos que configuram as cargas do tipo psíquico e fisiológico porque intensificam o ritmo do trabalho. A autora chama a atenção para a necessidade de analisar os processos de trabalho mecanizados na lavoura canavieira para identificar as cargas laborais e os padrões de desgaste que elas contribuem para condicionar.

Merece atenção especial o fato de o processo de trabalho do corte mecanizado realizar-se em turnos noturnos e alternados. Esse modo de organização do trabalho baseia-se na implantação de um esquema de rodízio entre os trabalhadores, de tal forma que garanta o funcionamento ininterrupto da produção para além do expediente convencional, inclusive à noite e aos sábados, domingos e feriados, pressupondo o trabalho em horários irregulares e a sujeição dos trabalhadores a uma escala de plantões. Do ponto de vista da empresa, essa é uma estratégia que permite maximizar o uso dos meios e instrumentos de trabalho, porque diminui em grande escala os seus períodos de ociosidade. Esse modo de organizar a produção tem como consequência maior a intensificação do ritmo de trabalho. (SCOPINHO, 1995, p.153)

De acordo com Fischer (1990), os efeitos nocivos que a intensificação do ritmo de trabalho pode trazer para a saúde dos trabalhadores se revelam nos distúrbios do sono, na vida social do indivíduo, no estresse, no sofrimento psíquico, envelhecimento precoce, e nas alterações orgânicas de diversas ordens, principalmente nos sistemas cardiovascular e gastrointestinal.

Além dos impactos na saúde do trabalhador, a mecanização da colheita contribuiu para reduzir a média salarial dos cortadores de cana. O uso das colhedeiras, além de contribuir para aumentar a oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho, contribui também para diminuir o rendimento do cortador, porque sobram as canas de pior qualidade para os homens cortarem, já que a máquina não opera em terrenos acidentados ou onde a cana, por exemplo, cresceu tombada, como revela o caso desse trabalhador entrevistado numa usina de Ribeirão Preto, conforme estudo realizado por Scopinho (1995, p.154):

No corte mecanizado, ocorrem ‘erros’ no cômputo das horas trabalhadas e no pagamento das horas extras, que raramente é feito de acordo com o que está estipulado na lei. Na usina A, os operadores fazem turnos de 12 horas mas recebem apenas 11, pois é descontada uma hora para fazer a refeição que eles efetivamente não fazem. Além disso, os operadores não recebem a hora *in etneri*, quer dizer, viajam até uma hora e trinta minutos para chegar ao local de trabalho e não são

remunerados por isso. Então, na verdade, a jornada efetiva dos operadores desta usina pode chegar a ser de até 15 horas diárias.

Além de modificar as relações de trabalho, reduzir o número de postos de trabalho na lavoura e os salários, a mecanização da colheita da cana tende a modificar também o perfil ocupacional dos trabalhadores rurais. Os requisitos exigidos para a contratação de operadores de colhedadeiras são nível de instrução básico (ler e escrever) e treinamento.

Segundo Scopinho (1995), geralmente, os trabalhadores que cortavam cana manual manifestavam a intenção de trabalhar com máquinas agrícolas e interesse em receber um treinamento especial. Contudo, grande maioria destes não atendia ao requisito básico: ler e escrever. Diante dessa situação, como ressaltara Marx (1984, p.56) referindo-se ao lumpemproletariado “Atrofiados pela divisão do trabalho, esses pobres-diabos têm tão pouco valor fora de seu velho círculo de atividade que só conseguem acesso a alguns poucos ramos inferiores de trabalho, portanto, ramos constantemente saturados e sub-remunerados”.

E assim, na falta de alternativas que permitam garantir o seu sustento e o de sua família, o trabalhador aceita condições de trabalho degradantes, que muitas vezes, o levam até à morte. Morte física e morte intelectual, como mostram as condições do cortador de cana, nas grandes usinas deste Brasil.

Percebe-se então, que embora a mecanização tenha trazido importantes mudanças nas relações e condições de trabalho na lavoura canavieira, essas alterações não se refletem na melhoria substancial das condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais canavieiros. Na melhor das hipóteses, resulta em algum benefício individual, como é próprio à lógica capitalista. Assim, ao beneficiar um e colocar centenas na miséria, o capital ainda tira proveito, na medida em que conduz os miseráveis a se culparem. Aquele que melhorou a sua condição passa a ser visto como alguém que ascendeu a outro patamar por ter uma qualificação que falta aos demais. Daí, a desigualdade inerente ao

capitalismo, passa a ser tratada como escolha, oportunidade, inteligência etc. Jamais como uma determinação econômica.

#### 2.4 A situação do cortador de cana: vidas esbagaçadas pelo trabalho

A indústria da cana é o setor do agronegócio que mais cresce no Brasil. A atividade adquiriu dimensão ainda maior no país com a crise do petróleo nos anos 70, que impulsionou o setor canavieiro a partir da criação do Proálcool, como foi dito na seção anterior. O Nordeste e o Estado de São Paulo são as regiões que, historicamente, têm cultivado a cana em larga escala.

A expansão da indústria da cana trouxe graves consequências para o país, como a ampliação da grilagem de terras, que poderiam ser utilizadas na reforma agrária e atenderiam milhões de famílias sem terra, bem como a deterioração das condições de vida e trabalho de milhares de trabalhadores brasileiros.

Se por um lado, os usineiros detêm o monopólio das terras, por outro, trabalhadores que dependem da chamada “economia da cana” deixam sua terra natal para submeter-se a condições degradantes e precárias nos canaviais, o que se “justifica” pelo elevado número de desempregados brasileiros de baixa qualificação, objetividade que os força a aceitar tais condições.

Dessa maneira, o crescimento do setor da indústria da cana sustenta-se também a partir da exploração desenfreada de força de trabalho barata e, por vezes, escrava dos empregados, combinada à utilização da alta tecnologia.

Na colheita da cana-de-açúcar, o trabalhador, chamado de cortador de cana, objeto desse trabalho, é explorado mediante o pagamento do salário por produção, numa jornada de trabalho de 8 horas/dia legalmente determinada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

Se considerarmos a existência do contrato de trabalho, aparentemente pode ser tomado por um contrato por tempo, uma vez que há, a priori, a determinação de um valor dia. No caso, R\$ 22,00 (vinte e dois reais). A tirania do salário por produção se revela quando se sabe que o dia implica a produção mínima de seis toneladas, que serão acrescidos na razão de R\$ 4,00 (quatro reais por cada tonelada a mais. Sobre isso, voltaremos a discutir no terceiro capítulo.

É importante observar que o método do pagamento por produção não é algo que se revela “novo” na tensa e contraditória relação entre capital e trabalho. Conforme demonstra Marx, “figura-se oficialmente ao lado do salário por tempo [...] nos estatutos dos trabalhadores ingleses e franceses do século XVI, adquirindo maior aplicação no período de avanço industrial” (1984, p.143).

Segundo Tavares (2004), sob o discurso da autonomia e da independência, muitos segmentos econômicos têm adotado a alternativa do salário por produção, pelo qual se torna possível explorar o trabalho mediante relações informais, portanto, sem a proteção social que, por lei é garantida ao trabalhador formal

A reestruturação produtiva do capital, como já mencionamos, traz consigo a flexibilidade, renovando a ilusão de liberdade dos trabalhadores. Segundo a lógica capitalista, agora, eles se tornam senhores do seu tempo, possuem autonomia e trabalham quando querem. A terceirização, de que falamos na seção anterior, também se encarrega de garantir essa ilusão, pelo fato de o capital utilizar modalidades de exploração como as cooperativas, o trabalho domiciliar e a pequena empresa.

Na verdade, o capital, se valendo dessa suposta “autonomia”, quer tentar fazer com que o trabalhador incorpore a ideia de que, se agora ele torna-se o senhor do seu tempo e não mais realiza suas atividades dentro de uma empresa, a exploração da força de seu trabalho e a contradição entre capital e trabalho desapareceriam.

Contudo, a realidade mostra que a lei do valor predomina universalmente sobre toda e qualquer mudança no mundo capitalista, seja ela

real ou aparente. A necessidade de aumentar a produtividade e de acumular continua sendo a razão desse sistema. Sendo assim, muitas atividades, estrategicamente, deixam de ser remuneradas pela quantidade de horas trabalhadas, para serem remuneradas pela quantidade de peças produzidas.

Entretanto, segundo Marx, “não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela incorporado, mas ao contrário, de medir o trabalho despendido pelo trabalhador pelo número de peças que produziu. O valor do trabalho de um dia é igual ao valor diário da força de trabalho” (1984, p.140). O salário por peça é, portanto, apenas uma forma metamorfoseada do salário por tempo.

Diante dessa afirmativa, faz-se necessário questionar por qual motivo vem se expandindo a preferência dos capitalistas pelo pagamento do salário por produção, se ele também apresenta como medida o tempo. A resposta está contida nas particularidades que constituem o salário por peça. No salário por peça, segundo Tavares (2004), o trabalho é controlado pelo próprio produto, tendo, portanto, de apresentar qualidade média para que o preço por peça seja pago integralmente.

Essa qualidade, bem como a intensidade do trabalho é controlada pelo próprio salário, tornando dispensável a figura do capataz, que supervisiona o trabalho. O capitalista pode também acordar um contrato com um trabalhador principal, que cuidará de contratar e pagar aos outros empregados, como revela o caso do “gato” ao aliciar trabalhadores para o corte da cana.

O aumento de salário é de responsabilidade do próprio trabalhador, uma vez que deverá produzir o maior número de peças possível, seja numa jornada de trabalho legalmente determinada, como é o caso do cortador de cana, seja numa jornada de trabalho prolongada pelo próprio trabalhador, a fim de cumprir suas metas.

Conseqüentemente, o capital se favorece de estratégias e mecanismos que continuam fazendo com que somente ele seja o senhor do tempo de todos os trabalhadores.

Conforme Tavares,

Tornam-se tênues as fronteiras entre as relações capitalistas, originando equívocos como a idéia de autonomia atribuída ao trabalho informal que se realiza no interior do metabolismo de reprodução do capital. [...] O desenvolvimento capitalista, ao invés da promessa de assalariamento sob relações formais para todos os trabalhadores, livra-se dos constrangimentos da relação empregado-empregador mediante estratégias que tendem a fazer do trabalho informal a forma de ser da sociedade assalariada (2004, p. 123).

No que se refere à lei, o Estado determina uma jornada de trabalho de 8 horas/dia para o corte da cana. Todavia, se o Estado regula a jornada de trabalho, o empregador por sua vez, é quem define as relações de trabalho nessa atividade. Se esse trabalhador vier a exceder a jornada de trabalho estipulada, seu patrão pode ser penalizado. Mas, para atingir uma meta de cortar no mínimo 10 a 12 toneladas de cana por dia, ele terá de trabalhar muitas vezes além de sua capacidade física.

Por causa disso, as condições estafantes e, especialmente, as mortes por exaustão no trabalho, caracterizam a atividade do corte da cana como já mostramos. Torna-se evidente que, apenas, estipular uma jornada de trabalho de 8 horas/dia não diminuirá a exploração desmedida da força de trabalho. Se o Estado estivesse verdadeiramente interessado em melhorar as condições de trabalho do cortador de cana, determinaria a jornada de trabalho, a modalidade e o valor do salário.

O método de pagamento por produção deveria, no mínimo, ser questionado pelo Estado, já que não exclui a possibilidade de intensificação do trabalho para obtenção do volume médio de cana, necessário à sobrevivência do cortador e que esse esforço anula o que, supostamente, objetivava a lei que fixou a jornada de trabalho.

Cortar entre 10 e 15 toneladas de cana por dia é a meta almejada pelos cortadores de cana do Estado de São Paulo, com mostra a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos:

No Estado de São Paulo, os trabalhadores recebem 2,92 reais por tonelada de cana cortada e empilhada. [...], em São Paulo o piso salarial é de 475 reais por mês e para receber esse valor, os trabalhadores tem que cortar uma média de 10 toneladas de cana por dia. Para isso, são necessários 30 golpes de facão por minuto, durante oito horas de trabalho por dia. (2008, p.6).

Dadas essas condições de trabalho, que excedem a capacidade física do cortador de cana, o Ministério Público do Trabalho – MPT (2010) revela que nos últimos seis anos foram registradas mais de 21 mortes por exaustão, nessa atividades.

Outros motivos também têm ocasionado a morte desses trabalhadores pelos canaviais do Brasil: acidentes em arriscados transportes que os levam até as usinas, paradas cardíacas, e até carbonização de cortadores de cana, durante as queimadas.

Segundo a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2008), todos os anos, centenas de trabalhadores são encontrados em condições semelhantes nos canaviais: sem registro trabalhista, sem equipamentos de proteção, sem água ou alimentação adequada, sem acesso a banheiros e vivendo em moradias precárias, ficando evidente que as leis não são cumpridas.

Na busca por reduzir os custos da produção e aumentar os lucros, os usineiros obrigam os trabalhadores, na maioria das vezes, a pagarem por seus próprios instrumentos de trabalho como, por exemplo, as botas e os facões.

Muitos desses trabalhadores, a princípio, não conhecem o verdadeiro cárcere que representa os canaviais. Eles deixam sua terra natal em busca de concretizar o sonho de um futuro mais digno. Iludidos pela esperança de “vencer na vida”, não podem imaginar a tormenta que os espera.

Os usineiros, por sua vez, não se prestam à função de selecionar a força de trabalho para o corte da cana. Para tanto, terceirizam o serviço e contratam o chamado “gato”. Este, jurando falsas promessas, cuida de aliciar o

trabalhador, levando-o a acreditar que é possível melhorar suas condições e as daqueles que dele dependem.

Contudo, a realidade que os espera é bem diferente daquela prometida. Em 2009, vítimas foram aliciadas criminosamente por “gatos” no Norte do Mato Grosso e no Oeste de Minas Gerais:

Eram submetidos a um sistema legal de endividamento, viviam em alojamentos impróprios e não tinham alimentação adequada. Dentro de uma única casa de fazenda desapropriada, 52 pessoas se apertavam. Dormiam umas em cima das outras, em redes e beliches. Outro galpão era utilizado como alojamento para mais de 30 pessoas e não possuía sequer banheiro. (PACTO Notícias, 2009).

Muitos trabalhadores já começam suas atividades com dívidas, como é o caso de trabalhadores que saem do Nordeste para São Paulo. Uma delas é adquirida antes mesmo de iniciar o trabalho. O transporte, que na maioria das vezes é clandestino, custa em média 200 reais por trabalhador. Ao chegarem já estão devendo ao “gato”, que, na maioria das vezes, é, também, o dono do ônibus ou do caminhão que os conduz ao local pretendido.

Vez por outra, um trabalhador reage. Entretanto, segundo o Portal Ecodebate (2010), um trabalhador nordestino teria sido despedido dois dias antes de terminar a experiência numa usina em Ribeirão Preto:

Esse migrante demitido havia incitado os colegas a não entrarem no ônibus que os transportavam até o canavial por questões óbvias, o veículo não tinha freio nem faróis. Esses passam a constar de uma lista negra, segundo os migrantes. A usina admite a existência de uma lista de não retorno, com outras justificativas e vincula a questões de produtividade, evidentemente.(Idem)

Esses trabalhadores também arcam com os custos da moradia. Eles pagam para viver em verdadeiros cortiços, barracos e galpões muitas vezes improvisados, superlotados e sem condições mínimas de higiene.

Na verdade, o advento das novas tecnologias implementadas nos canaviais só veio aprofundar o nível de degradação e exploração do trabalho

dos cortadores de cana. A mecanização, como mostramos na seção anterior, institui novas exigências para o trabalho no corte da cana, como por exemplo, o corte rente ao solo para melhor aproveitar a concentração da sacarose.

Por esse motivo, os trabalhadores foram alocados para realizar suas atividades onde a máquina não consegue se adaptar, como no caso do terreno que não é plano. Tudo isso torna o corte da cana mais difícil, e, por conseguinte, o esforço do trabalhador muito maior. Ele deve incrementar a produção numa jornada de trabalho legalmente determinada, conforme demonstra a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos:

Hoje, já se registra uma exigência das usinas de 12 a 15 toneladas por dia. O não cumprimento da meta freqüentemente significa que o trabalhador será dispensado e colocado em uma lista que circulará por diversas usinas, o que o impede de voltar a trabalhar na safra seguinte. [...] São exigidas dos cortadores um mínimo de 10 toneladas por pessoa por dia. (2008, p.7)

Dessa maneira, a dependência no emprego vai depender do esforço de cada trabalhador. Ele sabe que deve bater as metas estipuladas pelas usinas, pois, caso contrário será demitido. Como muitos empregados trabalham na informalidade, estes não terão sequer o direito de gozar da proteção social garantida aos que possuem registros de trabalhadores formais.

Com isso, o tempo de trabalho socialmente necessário – que configura e determina o valor daquilo que se produz – ganha novo ritmo. Se o trabalhador aumenta a intensidade do seu trabalho para ganhar mais, ele transmite, por conseguinte, um novo ritmo de cortar cana que será referenciado por outros cortadores, os quais deverão agora atingir uma determinada média na produção.

Essa determinação revela uma situação assustadora quanto às condições físicas em que ficam os cortares de cana:

Em 10 minutos o trabalhador derruba 400 quilos de cana, defere 131 golpes de podão, faz 138 flexões de coluna, num ciclo médio de 5,6 segundos cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27°C com muita fuligem no ar e ao final do dia terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média,

desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e em momentos de pico os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto. (OESTE NOTÍCIAS, 2008).

Desse modo, por falta de emprego nas regiões de onde esses trabalhadores se originam, ou até mesmo pela falta de dinheiro que necessitam para retornar à terra natal, resta a alternativa de aceitar as perversas condições que lhes são impostas para trabalhar no corte da cana, onde o sistema de folgas nas usinas é de 5 por 1. No caso, folgam um dia a cada 5 dias de trabalho. Se a cada dia de folga, um pequeno grupo de trabalhadores pode se encontrar, o convívio entre eles é dificultado e a possibilidade de organização política, por conseguinte, fica impedida.

O salário por peça ou por produção, como é mais conhecido, conforme mencionamos anteriormente, complica ainda mais a situação do cortador de cana, corroborando com a exploração desmedida dos trabalhadores. Essa estratégia do salário por produção, dentre as consequências já apresentadas, cumpre ainda o papel de confundir o trabalhador, no que diz respeito à quantidade de cana cortada, bem como sobre o valor do que lhes é pago.

Nesse setor, há um complicado sistema de medidas criado pelas usinas, no qual o corte é feito em metros para, depois, ser transformado em toneladas, operação que fica a cargo de indivíduos que personificam os interesses do usineiro.

Se o trabalhador não tem certeza da quantidade de toneladas de cana que ele cortou, não terá certeza também do valor de seu salário. Movido por essa insegurança, irá então extenuar sua capacidade física, na tentativa de produzir o máximo possível.

De acordo com Os Agrocombustíveis no Brasil (2008):

No pagamento por produção, as usinas usam um complicado sistema de medidas que impossibilita ao trabalhador ter um controle sobre a quantidade cortada e sobre o valor do pagamento. Como a quantidade de cana cortada é medida em metros lineares e o valor definido em toneladas, torna-se necessário a conversão do valor de tonelada para o valor do

metro. Esse procedimento é feito pela usina. A falta de controle da produção e do valor do pagamento pelos trabalhadores é o principal meio de pressão dos usineiros para aumentar a produtividade.

Dentre a força de trabalho explorada também figuram os indígenas. Estes também constituem força de trabalho barata e explorada em usinas e fazendas de cana-de-açúcar no Brasil. Segundo a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2008), em Março de 2007, 150 indígenas foram libertados por fiscais da Delegacia Regional do Trabalho no Mato Grosso do Sul. Todos os 150 estavam alojados em um barracão sem janelas, que comportava no máximo, 90 pessoas. Trinta dormiam no chão, faltavam equipamentos de trabalho adequados e havia pagamentos atrasados.

Meses depois, fiscais do Ministério Público do Trabalho (MPT) teriam libertado mais de mil índios que trabalhavam e viviam em condições degradantes. Após deixarem suas aldeias, muitos desses trabalhadores eram menores de idade e falsificavam seus documentos para poderem empregar-se no corte da cana, sob a ilusão de ganhar muito dinheiro. Ilusão que, por vezes, custara-lhes a vida.

Meu neto Julio, de 16 anos, foi praticamente roubado para ser levado pelo cabeçante (o responsável por arregimentar um grupo de trabalhadores) para ir cortar cana. Ele foi com o documento do tio dele. Isso foi sábado de noite. Na madrugada recebi uma ligação do cabeçante dizendo que algo muito ruim tinha acontecido: meu neto Julio havia se jogado do ônibus e morrido. O corpo dele foi levado para Nioaque e depois para a terra indígena de Caarapó. Depois só chegou o corpo aqui para nós enterrarmos. Não deram explicação nenhuma. Isso não pode ficar assim. Morreu que nem um animal. (CORREIO CIDADANIA, 2010. *Online*).

Sabe-se que desde 1995, existe um grupo móvel formado por procuradores, policiais federais e outros representantes da justiça trabalhista responsáveis por investigar as denúncias e os abusos cometidos contra esse segmento de trabalhadores. Contudo, tal fiscalização não impede que as

condições de vida e trabalho do cortador de cana sejam as mais perversas possíveis. Muitos não possuem registro trabalhista, nem utilizam equipamentos de proteção. Os dormitórios, a alimentação e a água são extremamente inadequadas, bem como as moradias bastante precárias, improvisadas e superlotadas, sem condições mínimas de higiene.

Os acidentes de trabalho acontecem com frequência, contudo nenhuma medida ou procedimento legal é tomado em relação aos mesmos. Doenças causadas pelo uso de venenos, complicações respiratórias e lombares não tratadas, fazem com que os cortadores, paulatinamente, percam a força de que necessitam para trabalhar, e conseqüentemente, fiquem fora do mercado de trabalho, como se pode constatar na fala de um trabalhador.

Depois do primeiro dia de trabalho, cheguei em casa, lavei as minhas coisas, e coloquei no varal lá... E fui descansar a batata da perna, os pé, a coxa, o braço, dói tudo [...] Vixi, quando o cara corta demais, passa dos limites, aí começa dá câibra, aqueles enjôos pra vomitar. (DEBATE ONLINE, 2010).

Para o alívio das dores e potencialização do rendimento no trabalho, muitos cortadores utilizam-se de drogas como “*crack*” ou maconha, na esperança de não serem demitidos por causa de problemas de saúde.

Para contornar os problemas físicos com o excesso de trabalho, algumas usinas oferecem uma espécie de energético que, para o capitalista, é um investimento para aumentar a produção. Para os trabalhadores, esse energético é tido como uma ajuda, fazendo com que eles superem um pouco mais as dores que sentem.

Em termos de perspectiva para o futuro, o que esses trabalhadores esperam é, apenas, não ter que continuar cortando cana. Contam com uma possível aposentadoria. Eles colocam ali toda a energia disponível enquanto a aposentadoria requer um tempo determinado de contribuições pagas ao Estado. Eles podem, inclusive, não suportar o tempo suficiente. Nas atuais condições, passaram a ter uma vida útil de trabalho inferior à do período da escravidão, como mostramos no capítulo anterior.

Nas décadas de 1980 e 1990, o tempo em que o trabalhador desse setor ficava na atividade era de 15 anos. A partir de 2000, "já deve estar por volta de 12 anos, devido à ação repetitiva e ao esforço físico, ele começa a ter problemas seriíssimos de coluna, nos pés, câimbras e tendinite". (REPÓRTER BRASIL, 2007, *online*)

Apesar das atrocidades cometidas contra esses trabalhadores, o universo deles ainda permite sonhar. Nessa mesma reportagem, quando questionado sobre o futuro, um jovem cortador de cana manifesta seu sonho de trabalho: "Porque o único serviço que é o meu sonho, o meu sonho mesmo é cuidar de porco. Porque eu tenho amor em granja de porco". Face às imensas possibilidades criadas pelo desenvolvimento capitalista, um sonho insignificante. Mas face à objetividade da relação capital-trabalho, um sonho provavelmente inalcançável para aquele trabalhador.

Sabe-se que em 13 de maio de 1888, a princesa imperial firmou a lei nº 3.353, com dois artigos. Art.1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário. No entanto, a realidade tem mostrado que:

São 118 anos desde a abolição, que não conseguiu acabar com a escravidão no país. Agora sem grilhões, sob o manto da legalidade, do direito à propriedade, do lucro. Uma escravidão que vitima diariamente milhares de trabalhadores. Nos tabuleiros de cana, a escravidão que vem da necessidade, da sobrevivência. Um cativeiro que destrói famílias afugenta sonhos e leva para longe qualquer esperança de uma vida digna. (TABULEIRO DE CANA: Xadrez de Cativeiro. CPT, 2006).

Ora, o processo de acumulação capitalista tem se encarregado de gerar um contingente de força de trabalho disponível para se submeter a essa intensa e perversa exploração nas lavouras canavieiras. Como bem coloca Oliveira ( 2007, p. 7-8) "são vidas consumidas por uma exploração tão cruel

que custa acreditar que seus beneficiários são homens; bestas seria o termo mais apropriado para designá-los”

### **CAPÍTULO III**

#### **UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA EM MAMANGUAPE – PARAÍBA**

No capítulo anterior mostramos os mecanismos que foram implementados pelo Estado, no intuito de beneficiar e garantir os lucros de usineiros e dos grandes produtores do açúcar ao longo desses anos. Ressaltamos ainda algumas estratégias da exploração do trabalho, decorrentes Reestruturação Produtiva do Capital e seus rebatimentos econômicos e sociais no mundo do trabalho.

Destacamos também o processo de mecanização no campo e seus desdobramentos para o âmbito do trabalhador rural, bem como a configuração do modelo de desenvolvimento agrário constituído, que, por um lado, revela as estratégias criadas pelo Estado para incrementar o setor sucroalcooleiro e, por outro, as péssimas condições de vida e trabalho dos cortadores de cana.

Vimos que no século XXI, em face de uma suposta e falsa a preocupação com o meio-ambiente, com a instabilidade do preço do petróleo e

com a ameaça de esgotamento de fontes tradicionais de energia, as fontes renováveis são apresentadas como alternativas para um futuro sustentável da humanidade.

A preocupação com o cumprimento das metas estabelecidas no Protocolo de Kyoto para a redução das emissões dos gases do efeito estufa (GEE) tem levado o etanol carburante a constar nas agendas e políticas públicas em nível mundial.

No Brasil, os primeiros passos rumo ao etanol de cana-de-açúcar foram dados nos anos 1920, nos quais sucederam-se diversas tentativas da agroindústria sucroalcooleira de promover o álcool como combustível. Em 1927, a Usina Serro Grande de Alagoas lançou no Nordeste o álcool-motor “USGA”, que em seguida foi copiado por produtores das principais regiões canaveiras do país à época (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e do próprio estado de Alagoas). No final da década de 1920, o Instituto Nacional de Tecnologia - INT, que ainda se chamava Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, fez experiências com motores a álcool, testados em um Ford de 4 cilindradas. Em 20 de fevereiro de 1931, o governo brasileiro estabeleceu o decreto nº 19.717, que obrigou a mistura de 5% de álcool na gasolina importada consumida pelo país. A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, em 1933, organizou as bases para o aumento da produção alcooleira nacional por meio de financiamentos de destilarias anexas às usinas de açúcar. Em 23 de setembro de 1938, o decreto-lei nº 737, estendeu a mistura de 5% de álcool à gasolina produzida no país, com a implantação da primeira refinaria nacional de petróleo.

No período entre 1942 e 1946, com as dificuldades de abastecimento de petróleo e derivados provocadas pela II Guerra Mundial, a mistura de álcool carburante à gasolina chegou a alcançar 42%. Nas décadas de 1950 e 1960, porém, o álcool como carburante tornou-se menos interessante, tanto para o governo como para o empresariado do setor. Reduziu-se sensivelmente o percentual da mistura, atingindo, no início da década de 1970, 2,9% em todo o

país e 7% na cidade de São Paulo. O fortalecimento da produção veio, como já mostramos, com o lançamento do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) na década de 1970, e um novo *boom* de oferta está ocorrendo desde os anos 2000, em resposta ao lançamento dos veículos bicom bustíveis ocorrido em 2003.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2008, o Brasil exportou 5,1 bilhões de litros de etanol, ou seja, 23% da produção brasileira na safra 2007/2008. Alagoas, Paraíba e Pernambuco responderam por 7% do total exportado em 2010.

Na comparação com os demais Estados nordestinos, o Estado da Paraíba é historicamente o terceiro maior produtor de açúcar e foi o segundo maior exportador em 2010. Merece destaque ainda a importância do etanol na pauta de exportação do Estado no período 2000-2010 que ficou entre os seis produtos locais mais exportados (MDIC, *Online*, 2011).

Se por um lado essa expansão da indústria da cana trouxe desenvolvimento para o setor sucroalcooleiro, por outro, trouxe graves consequências ao trabalhador rural nesse âmbito. Suas condições de vida e trabalho foram esbagaçadas pelo capital, conforme demonstramos nas experiências relatadas a nível nacional na última seção do capítulo anterior.

Dessa maneira, neste terceiro capítulo, queremos evidenciar as condições de vida e trabalho de cortadores de cana do município de Mamanguape, litoral norte da Paraíba, a partir de entrevista semi-estruturada realizada com 15 trabalhadores do corte da cana.

### 3.1 A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR E ETANOL NO ESTADO DA PARAÍBA: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

O Estado da Paraíba localiza-se no litoral oriental do Nordeste, fazendo limite ao Leste, numa faixa de 135 km, com o Oceano Atlântico. De acordo com o recorte territorial usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado possui quatro mesorregiões, a saber: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão. A produção sucroalcooleira está concentrada na zona litorânea.

No Primeiro capítulo vimos que o cultivo da cana-de-açúcar no território brasileiro foi no primeiro momento sobre a faixa litorânea, com destaque para a Região Nordeste, nos Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Na Paraíba tal ocupação ocorreu de uma forma muito concentrada nas áreas mais úmidas, especialmente na faixa litorânea, intrinsecamente atrelada às atividades mercantis, voltada para o mercado externo, baseada na monocultura, no latifúndio, e na mão-de-obra escravocrata.

A partir do século XVI, inicia-se a grande produção açucareira “como consequência do avanço da cana-de-açúcar que parte de Pernambuco, atravessa Itamaracá e chega à várzea dos rios paraibanos” (MEDEIROS, 1990, p.6).

Por volta de 1585, surge o primeiro Engenho da Paraíba, no atual município de Santa Rita, sendo também ali, na mesma localidade montado o primeiro canavial do Estado, nas proximidades do Forte de São Sebastião.

Em 1624, a Paraíba já contava com mais de 18 Engenhos situados na região de Mamanguape. “Eram engenhos rústicos, movidos à tração animal, com pequena produção de açúcar mascavo, a qual era escoada para Pernambuco, com vias à exportação” (MARIZ apud LEON, 1989).

Vale salientar que, segundo Moreira (1996), até 1970 as áreas de maior concentração da cana-de-açúcar no Estado situavam-se no Litoral, abrangendo os municípios de Mamanguape, Sapé, Santa Rita, e, no Brejo, onde se distinguiram os municípios de Borborema, Serraria, Pilões, Cuitegí, Alagoinha, Areia, Alagoa Grande e Alagoa Nova.

Cabe ainda ressaltar que, a cultura da monocultura canavieira até o momento se restringia a ambientes de condições favoráveis, como por exemplo, o Brejo e o Litoral, os quais se destinavam à produção da rapadura e posteriormente a da aguardente.

Conforme mostramos, em 1975, foi criado o Programa Nacional do Alcool (PROACOL), que era uma fonte política de subsídios fiscais e créditos destinados para a produção agrícola e industrial. Segundo Lima (1994), essa política desencadeou, conseqüentemente, o crescimento da produção canavieira no Estado e o aumento do número de unidades produtivas de açúcar e etanol.

Segundo a Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN), o setor sucroalcooleiro responde, em média, por 24% do PIB anual da Agricultura no Estado (ASPLAN, *Online*). Atualmente, das 9 unidades produtoras no Estado, 6 produzem exclusivamente etanol, 2 são mistas e 1 produz unicamente açúcar, conforme tabela 3.

**Tabela 3: Paraíba: unidades produtoras do setor sucroalcooleiro e produção de etanol, safra 2009/2010**

| <b>Razão Social</b>                         | <b>Município</b> | <b>Produto</b> | <b>Produção (m3)<br/>Safra 2009/2010</b> |
|---------------------------------------------|------------------|----------------|------------------------------------------|
| Usina Monte Alegre S/A.                     | Mamanguape       | Mista          | 17.740                                   |
| Agroval Agroindústria Vale do Paraíba Ltda. | Santa Rita       | Açúcar         | -                                        |
| Destilaria Miriri S/A                       | Santa Rita       | Etanol         | 64.974                                   |
| Pemel – Empreends.                          | Rio Tinto        | Etanol         | 35.841                                   |

|                                           |                |        |                |
|-------------------------------------------|----------------|--------|----------------|
| Agroind. e Com.<br>Ltda                   |                |        |                |
| Japungu<br>Agroindustrial<br>S/A.         | Santa Rita     | Etanol | 82.717         |
| LDC Bioenergia<br>S/A.                    | Pedras de Fogo | Etanol | 96.860         |
| Agro Industrial<br>Tabu S/A               | Caaporã        | Etanol | 46.258         |
| Una Açúcar e<br>Energia Ltda. -<br>Filial | Sapé           | Etanol | 32.112         |
| Companhia Usina<br>São João               | Santa Rita     | Mista  | 13.533         |
| <b>TOTAL</b>                              | -              | -      | <b>390.035</b> |

FONTE: ANP (2008); MAPA (2010). Elaboração própria.

A tabela demonstra que Santa Rita e Mamanguape são os municípios que alocam as duas unidades produtoras mistas, ou seja, que produzem açúcar e etanol. Dentre esses dois municípios, Mamanguape apresentou melhor índice de produção por metros cúbicos durante a safra 2009/2010. É nesse município paraibano, onde realizamos a pesquisa empírica, que estão os personagens, a partir dos quais o processo teoria-prática é melhor demonstrado.

### 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A orientação marxista nos faz ver que a tarefa de conhecer as relações sociais capitalistas não é simples, sendo necessário desvelar mediações que, geralmente, não são apreendidas através de outros métodos e elementos diversos que se dizem capazes de fazê-lo.

O método em Marx permite compreender a dinâmica da sociedade capitalista, a partir de análises que não se fazem de maneira isolada. Para se estudar e entender a situação e a realidade do cortador de cana, bem como as metamorfoses do mundo do trabalho é preciso considerar as interações e os fenômenos contidos no movimento do cenário contemporâneo mundial, perpassado por múltiplas determinações, que entendidas através da dialética marxista retiram-se da abstração e conduzem-se à reprodução do concreto. Para tanto, são necessários muitos caminhos de “ida e volta” (PANIAGO, 1996), ou seja, muitas transições entre singular e universal, para se atingir a ultrapassagem da imediatez dos fatos, tão pobre de mediações.

Portanto, ter Marx como referência teórica significa a busca por compreensão da totalidade social, a partir do conhecimento dos processos históricos, que consubstanciam o desenvolvimento do capitalismo, cuja riqueza convive com fenômenos expressivos da pauperização e da degradação humana, como é o caso dos cortadores de cana.

A perspectiva de totalidade nos permite, por exemplo, articular a exploração do cortador de cana à frágil reforma agrária empreendida pelo Estado brasileiro como mostramos no segundo capítulo, supondo que se muitos dos cortadores de cana tivessem terra para trabalhar, não estariam se submetendo a tais condições de trabalho. No entanto, isso não deve ser tomado como solução para a desigualdade, nos termos combatidos pela tradição marxista.

Na tentativa de melhor se aproximar da captura do real, que é complexo, contraditório, dinâmico e multifacetado (ALMEIDA, 2004b), se recorreu a uma metodologia de pesquisa de campo através de entrevista semi-estruturada aliada ao Método em Marx.

A entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema

da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes, conforme Triviños (1987, p.152):

O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. A entrevista semi-estruturada favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Optamos por realizar a pesquisa no município de Mamanguape, localizado na Zona da Mata Norte da Paraíba pela sua importância nesse segmento econômico. De acordo com o IBGE (Censo 2010), atualmente sua população está em torno 42.303 mil habitantes, distribuídos em 349 km<sup>2</sup> de área.

Mamanguape foi um dos principais núcleos econômicos e populacionais da Paraíba no século XIX, superando na época as populações dos grandes centros urbanos da província. Sua economia dependia quase exclusivamente da indústria da sacarose exportadora.

O título de "Rainha do Vale" lhe foi atribuído, porque a cidade encontra-se no vale fértil do Rio Mamanguape, tornando-a uma grande produtora de commodities agrícolas. Graças ao acidente geográfico natural, o Rio Mamanguape, é um importante centro pesqueiro no interior do Estado, exportando toda a sua produção excedente aos municípios vizinhos.

Segundo o Portal São Francisco (*online*), a cana-de-açúcar sempre foi a cultura dominante em Mamanguape, atividade econômica que consolidou o processo de ocupação. Dada sua importância, estabeleceu-se na área o sistema aristocrático rural, na qual os engenhos foram cedendo espaço para as grandes usinas que se estabeleceram na região.

De acordo com dados da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP), a cana-de-açúcar continua sendo a base da economia de Mamanguape, que já possuiu mais de 60 engenhos.

O primeiro engenho começou a funcionar em outubro de 1609, na fazenda agrícola de Camaratuba, que pertence a Mamanguape. O engenho, o terceiro inaugurado na Paraíba, pertencia à família de Ana Silveira, irmã de Duarte Gomes da Silveira, considerado um dos cinco heróis da conquista da Paraíba, e um dos principais estimuladores do desenvolvimento da cultura açucareira ao longo das várzeas do rio Paraíba.

Em 1935, Mamanguape possuía ainda 26 engenhos, sendo 18 movidos a vapor, sete movidos a água, sete a tração animal e um movido por mãos humanas. Atualmente, a maior parte dos engenhos encontra-se em ruínas.

Ainda está em funcionamento a Usina Monte Alegre, que produz o Açúcar Alegre; o Engenho Nossa Senhora das Neves, produtor da aguardente de cana Aymoré; o Engenho Bandeira Branca, que produz açúcar mascavo, rapadura e a aguardente Bandeira Branca; e o Engenho Maravilha produtor da aguardente Maravilha. Abaixo, o mapa do Estado da Paraíba, com destaque para Mamanguape.

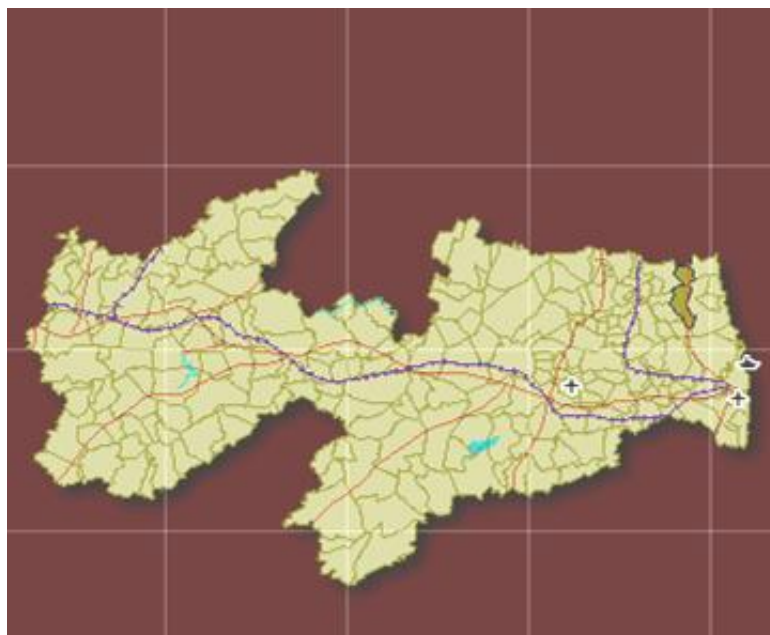


Figura 1: Estado da Paraíba, com destaque para o município de Mamanguape

Constituem-se sujeitos desta Pesquisa, os trabalhadores rurais do corte da cana. Do universo dos 353 cortadores de cana que trabalham na Usina A, localizada em Mamanguape, formulou-se uma amostra representativa de 5%, o que equivale a 15 trabalhadores entrevistados.

Convém mencionar que o nome da Usina não será citado nessa pesquisa em respeito e proteção à integridade dos trabalhadores entrevistados que contribuíram com a coleta dos dados. A aplicação da entrevista semi-estruturada ocorreu nos meses de Setembro e Outubro de 2012, nas residências dos trabalhadores durante os fins de semana.

Em atendimento à Resolução do CNS/96 de 10/10/1996 deu-se entrada junto ao Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da UFPB do protocolo desta Pesquisa e demais documentos solicitado. Após análise da documentação pela Comissão, esta deu parecer favorável à sua realização. Portanto, a fase do processo investigativo – a pesquisa de campo – ao

envolver o contato com seres humano, neste caso, o cortador de cana, foram aplicados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

### 3.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados ora discutidos dizem respeito aos dados coletados através da entrevista semi-estruturada junto aos cortadores de cana em Mamanguape/PB.

A partir desses dados, a análise atenta para as condições de vida e trabalho desses trabalhadores rurais, cortadores de cana, em consequência da exploração desmedida de força de trabalho pelo capital, para garantir sua reprodução e acumulação.

Considerando-se a funcionalidade do Estado ao desenvolvimento capitalista, aqui são analisadas também as estratégias criadas pelo Estado brasileiro para incrementar o setor sucroalcooleiro, as quais, por um lado rebatem no capital, traduzindo-se em desenvolvimento do mesmo e, por outro, nas condições de existência dos trabalhadores desse segmento, com resultados opostos, o que confirma o que já mostramos no capítulo II.

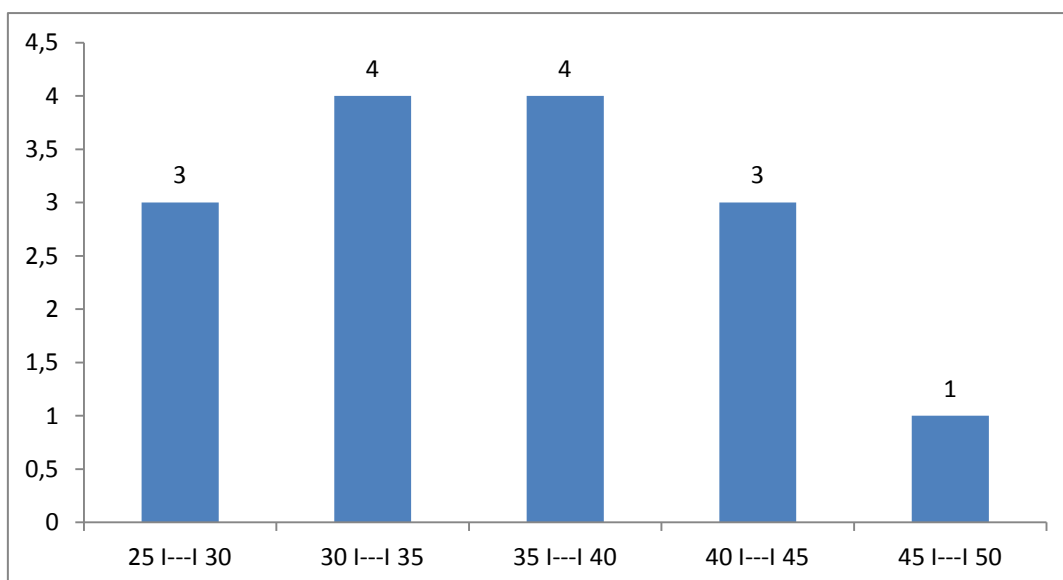
A entrevista semi-estruturada aplicada aos cortadores de cana ressaltou eixos de suma importância para a análise pretendida nesta pesquisa, que se revelam no perfil dos trabalhadores, no processo de trabalho e nas condições de vida e trabalho dos mesmos e de suas famílias.

Feitas as explicitações metodológicas, passaremos agora a analisar os dados referentes aos eixos avaliativos que consideramos mais importantes para a discussão.

### 3.3.1 Perfil dos trabalhadores no corte da cana

No que se refere ao perfil dos trabalhadores no corte da cana, 100% dos entrevistados dessa pesquisa são do gênero masculino. Evidenciaremos os dados referentes a idade, estado civil, número de filhos, grau de escolaridade, tempo de serviço dos mesmos, e se chegaram a trabalhar em outra atividade, conforme gráficos abaixo:

**Gráfico 1** - Distribuição dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar segundo idade. Mamanguape-PB, 2012.



Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

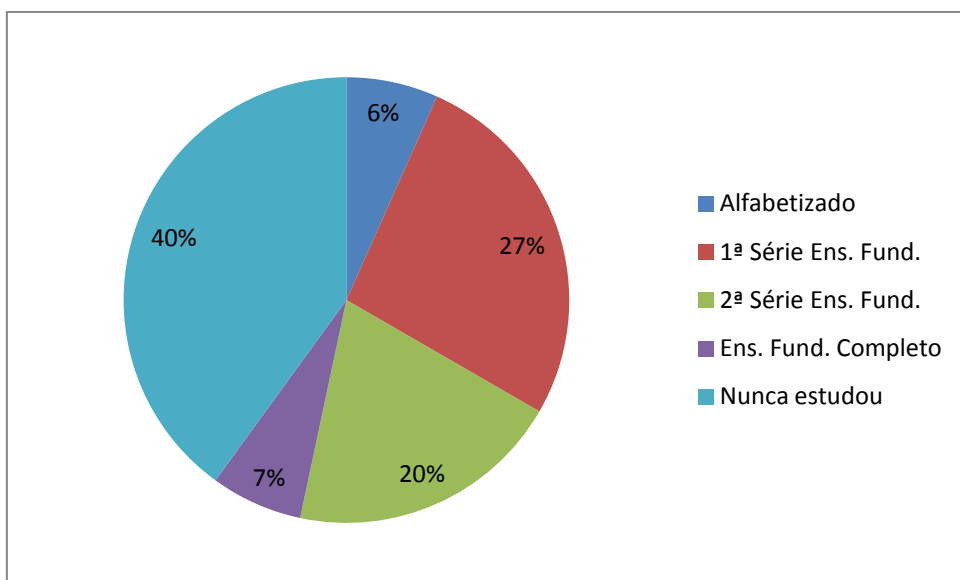
Em 10 minutos o trabalhador derruba 400 quilos de cana, defere 131 golpes de podão, faz 138 flexões de coluna, num ciclo médio de 5,6 segundos cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27°C com muita fuligem no ar e ao final do dia terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e em momentos de pico os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto. (OESTE NOTÍCIAS, 2008).

Diante da citação acima podemos perceber quanto o trabalho no corte da cana é árduo e estafante. Isso exige atributos físicos, psicológicos e destreza durante sua execução. Não por acaso, os dados do gráfico revelam que dos 15 trabalhadores entrevistados, 4 possuem entre 25 e 30 anos, 8 possuem entre 30 e 40 anos, e apenas 1 possui entre 45 e 50 anos.

*“Não é pra qualquer um ser cortador de cana não viu moça. Não pode é ser fraco. Tem que ser forte”*  
(Depoimento do entrevistado nº 2).

A fala desse entrevistado indica que para trabalhar no corte da cana o indivíduo deve ter idade que apresente melhor condicionamento físico e consequentemente, melhor rendimento na produtividade, que se revelou na faixa etária que vai dos 25 aos 40 anos de idade. Assim, conforme Silva (2005) a rotatividade torna-se muita alta, em virtude da reposição constante da força de trabalho, consumida durante o processo produtivo.

**Gráfico 2** - Distribuição dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar segundo escolaridade. Mamanguape-PB, 2012.



Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

Os dados revelam que 40% dos entrevistados nunca estudaram, 27% possuem a 1ª série do Ensino Fundamental, 20% possuem 2ª série do Ensino Fundamental, 7% possuem Ensino Fundamental Completo e 6% são alfabetizados. Ou seja, ao analisar a realidade educacional dos trabalhadores do corte da cana, verificamos um índice muito baixo de escolaridade e analfabetos, o que desqualifica e torna muito mais barata e disponível ao capital essa força de trabalho.

Com relação à escolaridade do cortador de cana, na região Norte-Nordeste, sem constar dados específicos por estados, há 29% de analfabetos e 48% de cortadores de cana com os primeiros quatro anos de estudos incompletos (RAIS, 2005, apud MORAES, 2007).

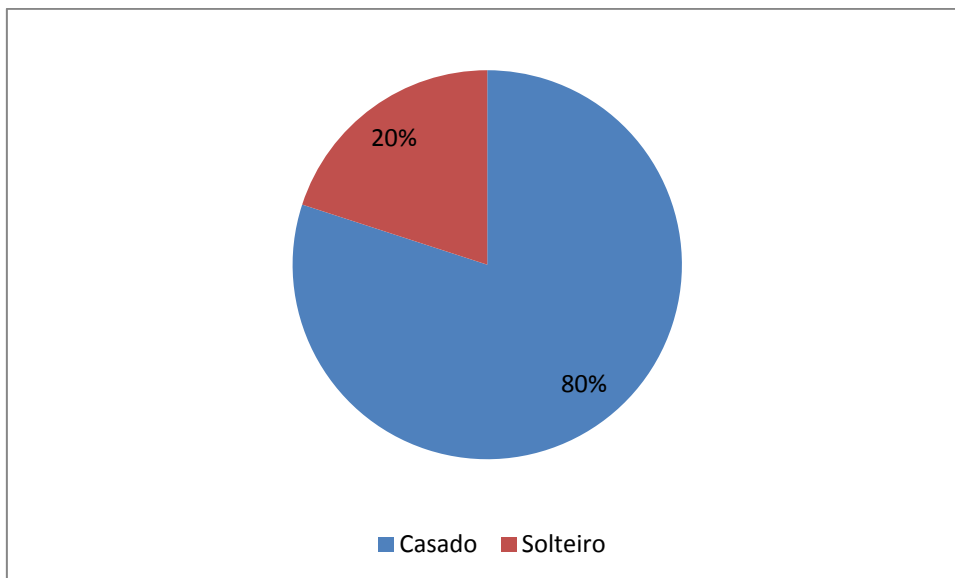
É possível articular esses baixos índices de escolaridade à precária construção do processo de educação no campo. Segundo Soares (2002), as primeiras constituições brasileiras, elaboradas pelo Estado brasileiro, essencialmente agrário e marcado pelo latifúndio, não consideraram a educação no campo. Paulatinamente, a educação no campo passaria a ser contemplada pelas legislações, mas com o objetivo de qualificação mínima dos trabalhadores. Conforme a análise de Santos (2009, p. 65):

As limitações da legislação da educação no campo perpassam as perspectivas do fortalecimento e da qualidade produtivista do capital, além da lógica de cooptação dos anseios sociais na formulação e execução dessas leis. Todo esse processo está inserido dentro da lógica de atuação do Estado em favor do capital.

Contudo, para não engrossarmos as fileiras dos que defendem a educação como saída para os trabalhadores no capitalismo, é oportuno demarcar que os índices de escolaridade, isoladamente, não explicam o desemprego ou o emprego de baixa qualificação. A desigualdade é inerente ao sistema.

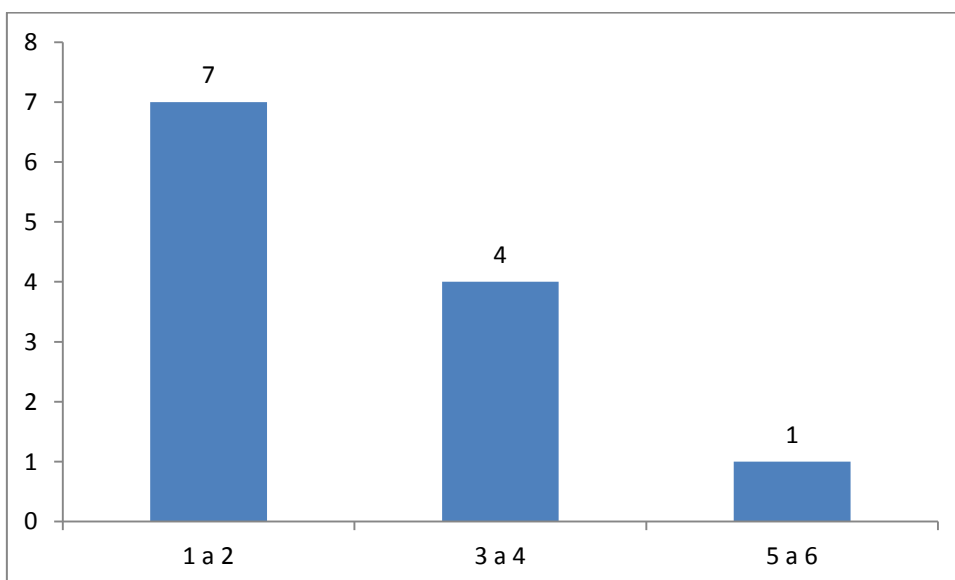
Indagados sobre o estado civil e sobre o número de filhos que possuem, obtivemos dos entrevistados os seguintes dados:

**Gráfico 3** - Distribuição dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar segundo estado civil. Mamanguape-PB, 2012



Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

**Gráfico 4** - Distribuição do número de filhos dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar que afirmaram possuir filho(a). Mamanguape-PB, 2012.



Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

No que se refere ao estado civil, observamos que 80% dos entrevistados são casados e apenas 20% afirmaram ser solteiros. No tocante ao número de filhos, 58,3 afirmam possuir de 1 a 2 filhos; 33,3% dizem ter de 3 a 4 filhos e 8,3 % responderam ter de 5 a 6 filhos.

Percebemos que de acordo com os dados revelados, a maioria dos canavieiros possui um núcleo familiar concentradamente pequeno, na faixa de um a quatro filhos, contrariando a noção geral de que as famílias de trabalhadores rurais têm em geral uma prole bastante numerosa.

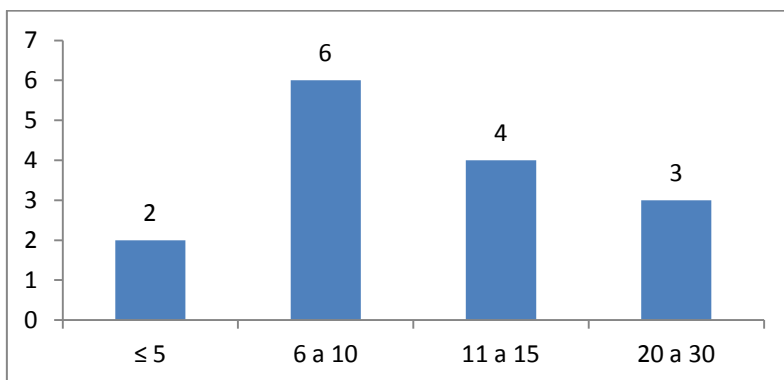
Também para esse trabalhador, o fato de possuir uma família, ainda que pequena, é uma preocupação, uma vez que assume a responsabilidade de manter um lar e prover a educação, a saúde, moradia, alimentação e lazer dos filhos e da esposa.

*“Quando se tem família a coisa fica mais pesada né? Botar a casa de pé, vestir e dar de comer a menino e mulher é nada fácil não. Responsabilidade das grandes.”*  
(Entrevistado nº 6)

A condição de ser casado e ter filhos se reflete no âmbito da produtividade do trabalhador, que irá muitas vezes além de sua capacidade física para aumentar o nível do salário, na expectativa de dar a melhor condição de vida à sua família, como melhor detalharemos adiante.

Sobre o tempo de atividade laboral exercido no corte da cana, obtivemos os seguintes dados:

**Gráfico 5** – Distribuição por tempo de serviço dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar. Mamanguape-PB, 2012.



Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

De acordo com o gráfico acima, 40% dos entrevistados dizem trabalhar na atividade do corte da cana de 6 a 10 anos, 26,7% afirmam trabalhar na atividade de 11 a 15 anos, 20% de 20 a 30 anos e 13, 3% a mais ou menos 5 anos.

Considerando o fato de que, como mostramos anteriormente, para trabalhar no corte da cana o indivíduo deve ter idade que apresente melhor condicionamento físico, como revelou os dados de faixa etária dos trabalhadores na atividade (25 a 40 anos), e que, 40% estão na atividade de 6 a 10 anos, percebe-se que o ingresso no mercado de trabalho se dá de maneira precoce, no qual muitos deles ainda estão em fase de adolescência.

Ser jovem faz a diferença não apenas pela força física, mas pela disposição para o trabalho, pelo desejo de “ser alguém na vida”. Afinal, para esses jovens, filhos de agricultores nordestinos, o trabalho é o único caminho para a realização de projetos pessoais e familiares. (NOVAES, 2009, p.117)

Percebe-se então que pelo tempo de serviço e pelo grau de escolaridade já demonstrado, esses jovens dificilmente conseguem completar o ensino fundamental e ingressar no ensino médio.

A necessidade de sua inserção precoce no mundo do trabalho faz com que suas mãos fiquem circunscritas ao manuseio da enxada, tornando secundário o lápis, a caneta e todo o material escolar. Como consequência, gera-se uma força de trabalho cada vez mais barata e disponível ao capital.

Segundo Silva (2005), Quando se fala em trabalho de jovens no campo, fora da agricultura familiar, os exemplos mais recorrentes são situações caracterizadas como “trabalho infantil” e “trabalho escravo”, porém a visibilidade da situação dos jovens canavieiros está relacionada apenas a denúncias sobre condições de trabalho, dores, acidentes e até mesmo sobre mortes prematuras de jovens nos canaviais.

Quando perguntados sobre o que faziam antes de se tornarem cortadores de cana, alcançamos os seguintes resultados:

**Tabela 4** - Distribuição dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar que afirmaram ter trabalhado em outra atividade segundo ocupação. Mamanguape, 2012.

| Ocupação           | n | %     |
|--------------------|---|-------|
| Agricultor         | 2 | 25,0  |
| Pedreiro           | 2 | 25,0  |
| Cozinheiro         | 1 | 12,5  |
| Criador de galinha | 1 | 12,5  |
| Açougueiro         | 1 | 12,5  |
| Jardineiro         | 1 | 12,5  |
| Total              | 8 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta, 2012. Elaboração Própria

Os dados nos mostram que 37,5% dos entrevistados desempenharam atividades rurais em sua trajetória laboral. Chamou a atenção, o fato de a outra parte dos entrevistados ter tido em sua trajetória laboral atividades urbanas, demonstrando que a vinculação da categoria que estamos pesquisando ao universo do trabalho rural não se dá de forma homogênea em suas biografias individuais.

Nesse sentido, perguntamos ainda se havia outra atividade que parecia mais interessante aos entrevistados. Dentre as respostas obtidas:

*“Gostaria de um dia ter meu próprio negócio, de eu ser o patrão, ou então ser Monitor, deve ser bom”* (Entrevistado nº 10).

*“Eu queria ter era uma terra, criar umas galinhas e plantar umas coisas. Dava pra vender pro PAA”.* (Entrevistado nº7)

A primeira fala nos revela o desejo desse trabalhador de se tornar um dia patrão, ou ao menos monitor. O monitor trata-se do sujeito contratado pelo usineiro, que segundo os entrevistados, são responsáveis pela fiscalização dos cortadores de cana e de seu trabalho no interior dos canaviais, como melhor detalharemos posteriormente. Numa sociedade de classes não espanta que o dominado deseje ser dominante, ou ao menos ocupar uma função que represente o domínio. Afinal, as instituições capitalistas, com muita competência, fazem crer aos trabalhadores que o capitalismo é o fim da história. Se é assim, se nunca haverá uma sociedade sem classes, é razoável querer estar no lugar do patrão, mesmo que isso implique a desumanidade da exploração.

Mas esse desejo também nos leva a inferir que os trabalhadores já não acreditam na possibilidade de vencer pelo trabalho. A concorrência e a

competitividade impulsionada pelo capital, nesta fase da reestruturação produtiva, cria a ilusão de que um trabalhador que, através de muito esforço e trabalho, pode chegar a ocupar a ser patrão como revelou a fala do cortador de cana. Tornar-se patrão no segmento econômico em que trabalho seria loucura ou ingenuidade, pois a condição primeira é ser proprietário de terras. Certo é que querer tornar-se monitor revela o sentimento de desvalorização, que se expressa nas condições precárias de vida e de trabalho e na baixa remuneração.

Nesse contexto, a união dos trabalhadores, mesmo que seja apenas para defender e lutar pela garantia dos seus direitos, vai sendo enfraquecida. Pensar em outra sociedade nem se concebe. A riqueza é mostrada como um triunfo daqueles que se esforçam, enquanto a pobreza é encarada como fracasso pessoal dos que não têm capacidade ou não produzem suficientemente, quando, na verdade, é a lógica da acumulação que responde por tamanha desigualdade.

A segunda fala nos revela o desejo de ter acesso a terra, no sentido de plantar e se dedicar a criação de aves, com objetivo de vender ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PAA, como mencionamos no II capítulo, trata-se de um Programa Social criado em 2003 para desenvolver o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Nesse processo, parte dos alimentos são adquiridos pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

Sem sair dos marcos capitalistas, essa fala nos permite concluir que se muitos dos cortadores de cana tivessem terra para trabalhar, não estariam se submetendo a condições de trabalho estafantes no corte da cana, como já observamos em outras passagens. A posse da terra, na pior das hipóteses,

permitiria uma agricultura de subsistência. Isso, entretanto, é reflexo da frágil reforma agrária empreendida pelo Estado brasileiro, que tenta amenizar as sequelas da questão social no âmbito rural com medidas emergenciais e paliativas. Novamente esbarramos na propriedade privada, um dos pilares desta sociedade. A análise do objeto, como se pode verificar, conduz a demonstrar que a questão social é irreversível no capitalismo.

### 3.3.2 Processo e Condições de Trabalho no corte da cana

No que se refere ao processo de trabalho, evidenciaremos a questão da saúde dos trabalhadores, a quantidade de toneladas de cana cortadas por dia de trabalho e a capacidade física dos trabalhadores em relação à produção, suas jornadas de trabalho e modalidade de salário, a existência de Equipamentos de Proteção Individual, os procedimentos de pesagem da cana e a existência de fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No tocante ao quesito modalidade de salário, 100% dos entrevistados afirmaram ter contrato com carteira assinada, no qual a diária de trabalho custa R\$ 22,00 reais e a média base é atingir 6 toneladas de cana por dia. Ora, se a produção é um fator determinante, fica evidente o caráter do contrato. E, para além disso, os trabalhadores afirmam que também existe ganho por produção. Ou seja, os trabalhadores que ultrapassarem essa meta terão seus salários aumentados no valor de R\$ 4 reais a cada tonelada de cana cortada.

*“Se produzir mais ganha mais”* (Entrevistado nº9)

*“Aqui é carteira assinada e um agrado pra quem cortar mais um pouco”* (Entrevistado nº 13)

As falas acima nos revelam que, pensando em aumentar continuamente a produtividade dos trabalhadores, as usinas os instigam a cortar uma

quantidade cada vez maior de cana, e para isso, atrelam ao baixo salário, próximo do mínimo o ganho por produção. Isso, deve ocorrer, preferencialmente, no mesmo intervalo de 8 horas/dia, dada a determinação da jornada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

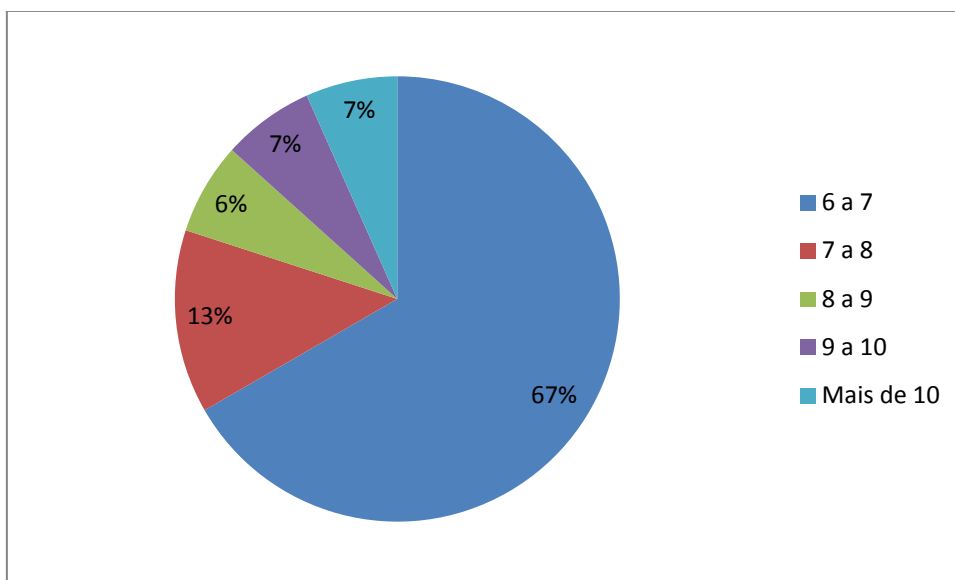
Observamos ainda que a imposição de uma média, isto é, de uma produtividade diária mínima a ser atingida por todos os cortadores de cana – seis toneladas/dia de cana por trabalhador – é uma condição sem a qual o trabalhador será sumariamente demitido. Essa imposição está intimamente vinculada ao sistema de pagamento por produção e funciona como uma forma de controle do trabalho no corte da cana. Além disso, graças a essa exigência por produção, as usinas têm como identificar e selecionar os melhores e mais produtivos cortadores de cana, ou seja, aqueles que realmente interessam.

É importante ressaltar ainda, que a média também acaba servindo a outros propósitos do setor sucroalcooleiro, quais sejam, aumentar o grau de intensificação do trabalho e rebaixar o preço da força de trabalho.

A média estipulada produz, portanto, estes dois efeitos simultâneos. O elemento básico dessa dupla exploração é a força do trabalhador. Torna-se evidente que o fazendeiro procura dissimular por intermédio da média as diferenças individuais na medida em que as produtividades menores se compensariam em virtude das maiores. Forma-se, assim, uma força social, de trabalho, uma força média reduzida a tempo de trabalho, a trabalho abstrato, sustentado por um rebaixamento geral, logo, social, do preço da força de trabalho. Esse rebaixamento social do preço da força de trabalho alia-se à outras formas de exploração. (SILVA, 1999, p. 96-97).

Após afirmarem que há um ganho por produção atrelado aos salários que recebem, interrogamos os trabalhadores sobre a quantidade de toneladas cortadas durante uma jornada de trabalho, no qual obtivemos os seguintes resultados:

**Gráfico 6** - Distribuição dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar segundo produção por toneladas por dia . Mamanguape-PB, 2012.



Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

O Gráfico acima nos revela que 67% dos entrevistados disseram cortar entre 6 a 7 toneladas de cana por dia, 13% cortam de 7 a 8 toneladas, e 20% afirmam cortar de 9 a mais de 10 toneladas por dia.

Se a meta base é o corte de 6 toneladas de cana por dia, que equivale aos R\$ 22 reais pagos, conforme o contrato assinado em carteira, esses dados nos revelam que 100% dos trabalhadores vão além da meta estipulada no intuito de serem melhor remunerados.

Ao se conhecer as aspirações dos cortadores de cana, é bastante comum descobrirmos que muitos têm como meta o aumento da quantidade de cana cortada por dia, meta essa que na realidade é a mesma da usina e dos representantes desse setor, os quais, por intermédio de algumas estratégias tentam incutir seus objetivos nos trabalhadores. (NOVAES, 2009, p. 116)

Assim, o pagamento por produção passa a ser ainda mais difundido e amplamente utilizado pelas usinas, as quais o tornaram a forma de remuneração predominante no setor sucroalcooleiro.

Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. É também interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal.” (MARX, 1980 [1867], p. 640-641

Sendo assim, esse sistema de remuneração incentiva à extensão (apesar do que está na lei) e intensificação da jornada de trabalho, funcionando como um estímulo ao trabalho excessivo dos cortadores de cana.

A elevação continuada da média induz os trabalhadores ao sofrimento, a dor, a doenças e até mesmo à morte. A imposição de uma média e sua aceitação por parte dos trabalhadores constitui um dos elos das chamadas “correntes invisíveis” que atam os cortadores de cana às estratégias de dominação da usina, podendo ser vista também como uma espécie de coerção moral, consistindo numa das formas possíveis da atual intensificação da exploração do trabalho pelo agronegócio. (SILVA, 2005, p.117)

Nesse sentido, questionamos também se os entrevistados tinham capacidade para cortar mais toneladas do que a quantidade que cortam atualmente. Apenas 1 (um) trabalhador afirmou que não conseguia produzir mais.

*“Aguento mais não”* (Entrevistado nº 5)

A baixa produtividade está, geralmente, associada à idade. A melhor produtividade é destacada pelos trabalhadores mais jovens, ou seja, para aqueles que se encontram em pleno vigor físico. Os demais entrevistados,

afirmaram que conseguem produzir mais, e que se a terra for “boa” melhoram ainda mais as suas produções.

Solos profundos, pesados, bem estruturados, férteis e com boa capacidade de retenção são os ideais para a cana-de-açúcar que, devido à sua rusticidade, se desenvolve satisfatoriamente em solos arenosos e menos férteis, como os de cerrado. (AGROBYTE, 2013, *Online*)

Além das condições insuficientes causadas pelos baixos salários, calor excessivo, e pelo elevado consumo de energias, a imposição de uma média diária cada vez mais crescente tem sido o definidor do aumento da produtividade do trabalho. É por esta razão que, como já mostramos, o capital necessita de uma força de trabalho jovem e dotada de energia para o desempenho dessa atividade.

Além da produtividade, os entrevistados também foram questionados sobre a quantidade de horas trabalhadas durante suas jornadas de trabalho. 100% dos trabalhadores afirmaram trabalhar 8 (oito) horas por dia, e que suas atividades se estendem aos sábados, domingos e feriados, com sistema de escala de trabalho de 5 por 1. Nesse caso, folgam um dia a cada 5 dias de trabalho.

Em relação aos horários de trabalho, um entrevistado revelou:

*Assim, o horário certo é pra chegar de 7:00 da manhã. Aí fica até 12:00, para almoço, volta de 13:00 horas da tarde e fica até as 16:00. Mas assim, sabe moça, o monitor disse que era bom a gente chegar mesmo de 5:00 da manhã, porque o sol está fraquinho. Aí se tá mais fraquinho dá pra gente cortar mais e melhor né? O sol é forte demais. Aí a gente chega de 5:00 mesmo. (Entrevistado nº 7)*

Essa fala nos permite constatar que a Usina A, está desrespeitando a legislação estabelecida pelo Estado para o corte da cana, que se traduz em uma jornada de trabalho de 8 horas/dia sendo apenas 4 horas nos sábados, com direito ao descanso semanal aos domingos.

*É 5 por 1 aqui no trabalho. Fim de semana a mesma coisa, chegar cedo, aproveitar o sol mais fraco e trabalhar normal.* (Entrevistado n° 8)

Se o trabalhador chega à empresa por volta das 5:00 da manhã e sai por volta das 16:00 da tarde, podemos contabilizar 11 horas de trabalho por dia. A legislação também estabelece que durante os sábados não é permitido extrapolar o limite de 4 (quatro) horas trabalhadas. Mas a fala acima nos mostra que mais uma vez a Usina A desrespeita a legislação trabalhista posta.

Diante dessa realidade, questionamos qual o papel da fiscalização empreendida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Desde 1995, existe um grupo móvel formado por procuradores, policiais federais e outros representantes da justiça trabalhista responsáveis por investigar as denúncias e os abusos cometidos contra esse segmento de trabalhadores. Mas logo deduzimos que os trabalhadores não têm tempo nem disposição para a denúncia.

Nesse sentido, perguntamos aos trabalhadores se existia fiscalização por parte do Estado em seus locais de trabalho e se a mesma havia trazido alguma mudança.

**Tabela 5** – Existência de fiscalização no local de trabalho. Mamanguape-PB, 2012

| Fiscalização | n  | %    |
|--------------|----|------|
| Não          | 2  | 13,3 |
| Sim          | 13 | 86,7 |

|       |    |       |
|-------|----|-------|
| Total | 15 | 100,0 |
|-------|----|-------|

---

Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

Os dados nos mostram que 86,7% dos entrevistados afirmaram haver fiscalização, que equivale a 13 trabalhadores. Apenas 2 deles (13,3%) responderam que não havia. Questionamos ainda se o fato de existir fiscalização, trazia alguma mudança nas suas condições de trabalho. Dos 15 trabalhadores entrevistados, 13 deles afirmaram que nenhuma mudança ocorria após as fiscalizações, como revelam as falas abaixo:

*Eles fiscalizam, mas faz diferença não, gosto de falar não.  
É complicado falar ( Entrevistado nº 3)*

*Fiscalização passa não sei pra quê (Entrevistado nº 5)*

*Eles dizem que sempre tá tudo em ordem. Mudança eu nunca vi. (Entrevistado nº8)*

Diante dessas falas, é possível constatar a debilidade do Estado diante da lei do valor, bem como a condição privilegiada dos capitalistas, que dentro ou à margem da lei, utilizam-se de artifícios, como o exemplo do pagamento por produção, para atingir a principal finalidade capitalista: acumular.

Apesar da fiscalização, os trabalhadores chegam no canavial antes do horário acordado no contrato de trabalho. Na primeira fala, o entrevistado deixa claro que é “complicado falar”. Supomos que os mesmos são incitados a esconder o que pensam e o que de fato acontece nos locais de trabalho. Dessa maneira privilegia-se o capital, para o qual, como revelou a terceira fala, “sempre está tudo em ordem”.

As condições nos locais de trabalho também foram investigadas em nossa pesquisa. Dos 15 trabalhadores entrevistados, 12 queixaram-se de que a barraca e o banheiro ficam longe do canavial, além da falta de água, que só chega ao local de trabalho após as 10:00 da manhã.

O trabalho sob o sol levou a um elevado dispêndio de energia, suor abundante e, com isto, perda de muita água e sais minerais levando à desidratação e à freqüente ocorrência de câimbras. Para conter a desidratação e as câimbras algumas usinas já distribuem entre os trabalhadores soro, por via oral, e, em alguns casos, suplementos energéticos. Alegam que além de sal e açúcar, o soro contém potássio e outros sais minerais. (COELHO, 2013, p.4)

Se Lembrarmos de que esses trabalhadores podem ter iniciado suas atividades às 5:00 da manhã, iremos perceber que ficaram expostos ao sol por mais de 5 horas seguidas sem ter acesso à água, como mostram as falas abaixo:

*“O banheiro é longe, quer dizer, a barraca é longe né. Tem que todo dia trazer água de casa, porque se não morre de sede. A água da empresa só chega lá pras 10:00 da manhã”*  
(Entrevistado nº 6)

*“A água chega tarde, a barraca é longe e o banheiro é longe. Não tem lanche e o almoço que a gente traz de casa fica frio”*  
(Entrevistado nº 10)

*“O sol tem hora que não perdoa. Aí o cara quer dar uma descansada e a barraca tá longe. Outra coisa que a gente acha ruim aqui é que a água chega tarde, se o cara não trazer a água de casa não aguenta”* (Entrevistado nº 15)

Diante do exposto é comum os trabalhadores apresentarem problemas de saúde adquiridos no trabalho, ocasionados pelo desgaste de energia, ritmo de produção e falta de condições dignas no trabalho a que são submetidos, como revelam as falas.

Nesse sentido, perguntamos aos trabalhadores de que maneira a atividade no corte da cana afetava a saúde dos mesmos. 100% dos entrevistados afirmaram que tinham sua saúde prejudicada e relataram, conforme as falas abaixo:

*“Sinto enjoo, dor na coluna forte, dor em tudo, até na alma se deixar” (Entrevistado n° 4)*

*“Tenho uma dor de cabeça que não passa com nada” (Entrevistado n° 6)*

*“Sinto dor nos olhos, na cabeça, na coluna, nas pernas”.*

*(Entrevistado n° 1)*

Percebe-se que a rotina dos cortadores de cana na atualidade pouco difere da realidade dos canaviais na época colonial como mostramos no primeiro capítulo.

Antes de matar, o sistema provoca problemas respiratórios, musculares, sérias lesões nas articulações pelo esforço repetitivo, entre outros. Essa forma de remuneração, que leva o cortador a trabalhar mais e mais, em longas jornadas, com alimentação e hidratação inadequadas, está na raiz do adoecimento e morte desses trabalhadores. (ALVES, 2007, p. 30)

Essas são condições às quais milhares de trabalhadores estão submetidas e que impactam negativamente seus corpos e suas mentes,

marcando-os com o signo do adoecimento e do desgaste físico a que estão sujeitos. Demos mais uma vez a palavra a Alves (2007 p. 33-34);

Um trabalhador que corta seis toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento, por 8,5 metros de largura, caminha durante o dia, proximadamente 4.400 metros, despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes no dia (considerando uma cana em pé, do primeiro corte, não caída e não enrolada e que tenha densidade de dez canas a cada 30 cm). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem que, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso ainda transporta os vários feixes de cana cortados para alinha central. Isso significa que ele transporta, em seus braços 6 toneladas de cana em montes de pesos equivalentes a 15 kg a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros, ou seja, durante parte dos 4.400 metros percorridos em um dia ele não esta apenas caminhando, está se abaixando, torcendo-se e ou carregando peso.

A legislação ressalta que a saúde do trabalhador é um direito humano fundamental, e exige tanto do empregador quanto do Estado práticas e medidas preventivas que protejam o trabalhador. Contudo, ao refletir sobre a legislação, e contrapô-la à realidade que esta pesquisa demonstra, vemos que as leis, em muitos casos, são formuladas apenas para apresentar o Estado acima dos interesses de classe.

Silva (2007) destaca que o Brasil possui umas das mais avançadas e extensas legislações de proteção à saúde do trabalhador, principalmente no que diz respeito ao ambiente de trabalho. Sendo assim, é dever do Estado fiscalizar e fazer cumprir as normas estabelecidas por parte dos empregadores e, diante dos descumprimentos dessas fazê-las ser executadas.

O Estado tem à obrigação positiva de editar normas de saúde, higiene e segurança como o escopo de reduzir os riscos inerentes ao trabalho (art. 7º, inciso XXII, da CF), e o empregador a obrigação de cumprir essas normas, além de contratar, às suas expensas, seguro contra acidentes do trabalho em favor de seus empregados (art. 7º, XXVIII) [...].

Enfim, o Estado tem a obrigação de fiscalizar o cumprimento das normas de proteção por parte do empregador, (SILVA, 2007, p. 137).

Ao atentarmos para a legislação trabalhista, é possível observar que as leis/normas que visam proteger a saúde e o bem estar do trabalhador em seu ambiente de trabalho nem sempre são seguidas ou respeitadas pelos empregadores, como não são fiscalizadas com a rigidez necessária pelos órgãos competentes. Ora, nunca haverão fiscais suficientes, e o Estado bem o sabe.

Um exemplo a ser destacado é a Norma Regulamentadora-31. A mesma adquire importância diante das transformações em curso que ocorrem no setor agropecuário brasileiro, quando entra em questão a modernização do campo – as monoculturas agro-industrializadas e o agronegócio.

Acompanhando essas transformações ocorrem também as alterações no âmbito do trabalho, como destaca Thomaz Júnior (2009, p.139).

Na base da prática da monocultura ou dos monocultivos e da modernização tecnológica das operações agrícolas e do processamento industrial, o capital faz valer os expedientes regressivos, da superexploração do trabalho, prolongamento das jornadas, formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, remuneração por produção etc.

Diante da realidade descrita pelo autor e, de acordo com os preceitos das legislações do trabalho, ressaltamos a NR – 31 (Norma Regulamentadora de Segurança de Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Agricultura).

Essa norma objetiva intervir nas relações de trabalho no âmbito rural brasileiro, cujo desígnio ressalva a constituição de princípios a serem seguidos na organização e no ambiente de trabalho, além de tornar compatível o

planejamento e o desenvolvimento das atividades agrárias com a segurança e saúde no meio ambiente do trabalho.

Quanto aos direitos dos trabalhadores, a NR-31 determina que todos os trabalhadores devem ter um ambiente de trabalho, seguros e saudáveis assim como, serem consultados, por meio de seus representantes sobre as medidas de prevenção que serão adotadas pelo empregador.

Para os trabalhadores também é importante poder indicar seus representantes em matéria de segurança e saúde do trabalho; receber instruções e orientações para atuar no processo de construção das medidas de prevenção que serão adotadas pelo empregador. A lei também enfatiza que,

As ações de segurança e saúde devem contemplar melhorias das condições e do meio ambiente de trabalho, promoção da saúde e da integridade física dos trabalhadores rurais e ainda realizar campanhas educativas de prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho. (NR-31/Portaria GM n.º 86, de 03 de março de 2005).

A NR-31 determina no item 31.3.3 os compromissos do empregador, junto aos trabalhadores, entre os quais, destacamos:

- Garantir adequadas condições de trabalho, higiene e conforto para todos os trabalhadores, segundo as especificidades de cada atividade;
- Promover melhoria no ambiente e nas condições de trabalho, de forma a preservar o nível de segurança e saúde dos trabalhadores;
- Adotar os procedimentos necessários quanto à ocorrência de acidentes e doenças do trabalho;
- Realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e, com base nos resultados, adotar medidas de prevenção e proteção para garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde;

- Garantir que os trabalhadores participem das discussões sobre o controle dos riscos presentes nos ambientes de trabalho;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho;

Contudo, a realidade comprova que a saúde do cortador de cana continua fragilizada, devido à extensividade e intensividade das jornadas de trabalho, que são cada vez mais exaustivas e degradantes, já que o ganho permanece por produção, exigindo do trabalhador a responsabilidade pelo aumento do seu salário.

Esse excesso de esforço diante da necessidade da alta produção leva muitos trabalhadores a acumular problemas de saúde, e em alguns casos, como já registramos, trabalhadores chegam à morte, na maioria das vezes, por exaustão. Todavia, nem sempre essas mortes acontecem no local de trabalho, mas no silêncio de suas casas, após o retorno de um dia extenuante de trabalho. Nesse contexto, além da saúde debilitada por uma atividade de trabalho estafante, esses trabalhadores também são expostos ao risco de vida.

Quando interrogados sobre as condições do local de origem para o local do trabalho, 100% dos entrevistados afirmaram que a usina na qual trabalham oferecem um ônibus que os buscavam e levavam até suas casas. Contudo, tal transporte oferecido não se encontra em bom estado de conservação e segurança como demonstra as falas abaixo:

*“ faz é tempo que tem esse ônibus, é velho demais”*

( Entrevistado nº 15)

*“ Vez por outra o bixo tá no prego”* ( Entrevistado nº 9)

*“ É velhinho, mas quebra nosso galho”* ( Entrevistado nº 11)

Através dos relatos, notamos que o dia de trabalho começa cedo, os trabalhadores se encontram em algum ponto central da cidade para aguardar o transporte que os levará para mais um dia de peleja nos canaviais. Esse

transporte disponibilizado pela usina conforme os trabalhadores afirmaram é precário.

Começando o corte com o nascer do sol, esses trabalhadores só param de golpear seus facões contra os talos de cana quando o dia está prestes a terminar, numa jornada de trabalho que, como vimos, ultrapassa as 8 (oito) horas diárias, estabelecida pela legislação trabalhista. Toda essa disposição se deve não ao gosto e entusiasmo pelo trabalho, mas sim à necessidade, à tentativa de tornar a vida menos ruim.

Diante dessas condições estafantes de vida e trabalho dos cortadores de cana, ressaltamos mais uma vez a desobediência da usina A ao que é constituído na NR 31. Os trabalhadores relataram que o ambiente de trabalho dos mesmos é precário e insalubre, com exposição ao sol, demora na entrega da água, instalações sanitárias e lugar para descanso longe do canavial. Como já mencionado acima, o transporte fornecido é mal conservado, além do desrespeito aos direitos trabalhistas. Diante do exposto, pode-se afirmar que a referida Norma Regulamentadora não é cumprida pela Usina A. E novamente, caímos na frouxa explicação da falta de fiscalização dos órgãos competentes nos locais de trabalho.

Quando interrogados sobre quem fazia a pesagem da cana e se os trabalhadores confiavam nos responsáveis, 100% afirmaram que ao monitor é reservado à função de pesagem da cana. Os trabalhadores revelaram ainda que não entendem o método da pesagem, e que confiam no fiscal contratado pela usina, como revelam as falas abaixo:

*“O monitor pesa, ele faz lá. Se a gente ficar em cima dele vai adiantar o quê? Ser despedido? Deixa ele fazer do jeito que quiser, pra mim tanto faz ( Entrevistado nº 3)*

*“ Quem pesa é o monitor. Faz do jeito dele e a gente confia. Ele é pago pra isso, deve fazer bem feito” ( Entrevistado nº 13)*

Abaixo, a fala de um cortador de cana entrevistado num estudo realizado por Guanais (2010, p.56) que nos mostra as funções de um monitor:

“O fiscal é o que acompanha a turma, a distribuição. Por exemplo, a gente passa o trabalho para ele e ele faz o apontamento, né, a entrada do funcionário, e acompanha o dia-a-dia do funcionário... se esse cortar uma cana ele mede, se ele trabalha por hora, se trabalha por empreita, então o fiscal vai no dia-a-dia, por exemplo, ele pega a ordem do ponto, do local que vai, e ele fiscaliza, né, faz a fiscalização, o acompanhamento do corte, a qualidade de serviço, tipo de corte de cana, toco baixo, posição de cana na leira, mede a cana... É ele que passa o compasso e que aponta o que o trabalhador fez no dia-a-dia...e no fim do expediente é ele que também dá a saída do funcionário. Ele também corrige o serviço se o funcionário não tá fazendo direito, conversa, se tem algum problema do tipo, se um funcionário precisa ir no médico ele faz a autorização para o funcionário vir no médico”

As coisas complicam quando o pagamento passa a ter como referência o peso da cana, principalmente baseado na tonelada, ficando muito difícil para os trabalhadores exercerem o controle sobre o que produziram, pois o valor do corte precisa ser mediatizado pela conversão de metros para toneladas.

“Existem várias maneiras do patronato burlar os trabalhadores. De um lado encontramos roubos que dizem respeito ao conteúdo do processo de trabalho. Destas, a primeira forma de burla, ou roubo, talvez a mais conhecida, é a submensuração das medições do trabalho dispendido pelo trabalhador. Neste caso, o fiscal de campo manipula o instrumento de medição(dando a pulo do gato com a vara, usando uma balança fraudada, calculando de má-fé o preço do serviço, etc) prejudicando o trabalhador que recebe um valor abaixo do que legalmente deveria receber”. (PAIXÃO, 1994, p. 263)

Todas as fraudes das medições e demais formas de roubos contra os cortadores de cana são mecanismos de elevação da taxa de mais valia por parte dos empregadores.

É nesse cenário que percebemos o papel do monitor, que se enquadra nas categorias de funcionários mais importantes para a usina, já que é por intermédio do mesmo que é possível se obter um controle de todos os comportamentos e atitudes dos cortadores de cana durante o tempo em que estão trabalhando.

No tocante a utilização de Equipamentos de Proteção Individual, o seu uso é uma exigência legal da Norma Regulamentadora Rural nº 4 do Ministério do Trabalho – NRR 4. Consta no item nº 4.1 a definição do equipamento de proteção individual (EPI) “todo dispositivo de uso individual destinado a preservar e proteger a integridade física do trabalhador”.

O item 4.6, estabelece que “compete ao trabalhador usar obrigatoriamente os EPI indicados para a finalidade a que se destinarem”. Nesse sentido, quando questionados sobre a utilização das EPI's, 100% dos entrevistados afirmaram que fazem o seu uso: perneira, óculos de proteção, luvas de segurança, botas, proteção para o rosto.

A atividade do corte da cana é feito em ambiente aberto, o canavial, onde ocorre exposição ao sol, chuva e outras intempéries. A empresa fornece chapéu de palha e/ou boné para proteger a cabeça; entretanto, os trabalhadores afirmaram também usar lenços para proteger o pescoço e o rosto. Estas partes do corpo também ficam expostas ao sol durante a execução da atividade.

O item 4.3 subitem V da Norma Regulamentadora Rural nº 4 estabelece a proteção para os membros superiores e, no seu subitem a são contempladas as atividades em que haja perigos ocasionados por materiais escoriantes, abrasivos, cortantes e perfurantes. A atividade dos cortadores de cana se insere neste subitem, pois na execução da atividade é necessário o uso do facão, e por isso, o uso das luvas e perneiras de proteção.

No corte manual da cana a proteção dos membros inferiores é de fundamental importância. A NRR 4 no subitem b do item VI preconiza “o uso de biqueira de aço como proteção contra queda de materiais, objetos pesados e pisão de animais” que se justifica pelo uso das botas.

Contudo, mais uma situação desfavorece o trabalhador nessa atividade. O uso de equipamentos de proteção inadequados na colheita da cana-de-açúcar pode causar desconforto e ferimentos nos trabalhadores. Os empregadores não têm fornecido quantidade necessária e os trabalhadores são obrigados a improvisar.

De acordo com Repórter Brasil (*online*), luvas que machucam, óculos que embaçam, botas endurecidas que causam calos e bolhas nos pés fazem parte da labuta desses trabalhadores.

Criados para proteger o trabalhador rural, os equipamentos de proteção individual (EPIs) agrícolas são alvo freqüente de reclamações dos cortadores de cana. Muitos não se adaptam ao corpo do trabalhador, ao clima da região ou ao serviço. De uso obrigatório, quem se negar a utilizá-los pode ser demitido por justa causa, mesmo que a empresa forneça um equipamento incômodo e inadequado, uma vez que a empresa pode ser multada, em caso de fiscalização.

Conforme pesquisa realizada pela Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, *online*) em São Paulo, O problema mais crítico são as luvas de proteção. De tamanho inadequado, não fornecem atrito suficiente com o cabo do facão, que pode escorregar no momento do corte e ferir o trabalhador. Os óculos protegem os olhos, mas embaçam, dificultando a visão. As perneiras, feitas para manter as pernas a salvo da lâmina do facão, causam ferimentos no joelho e esquentam, e os sapatos, quando endurecem e molham por causa do suor e da chuva, não podem ser lavados, pois raramente os empregadores fornecem mais do que o par obrigatório. A fala de um cortador de cana abaixo reforça o exposto na pesquisa:

*"A cana, quando queima, solta um melaço, que é grudento e mistura com o suor. Meleca os óculos, endurece a luva e resseca a bota."*

Ainda de acordo com Repórter Brasil (*online*), outra reclamação constante dos trabalhadores é quanto ao número de equipamentos fornecidos e seu tempo de duração. Os sapatos, que sujam e ressecam, não podem receber manutenção, pois é comum que se forneça apenas um par, que precisa ser levado ao trabalho todos os dias. Com as luvas, o problema é semelhante "elas não duram mais do que 15 dias e, muitas vezes, a empresa fornece apenas uma a cada mês. O mesmo acontece com o facão. Há casos em que o próprio empregado tem que comprá-los", diz a reportagem.

Dessa maneira, percebemos que a existência de normas como estas aqui citadas, ou seja, NR 31 e NRR 4 não eliminam por completo a precariedade do trabalho nas atividades agrícolas da cana-de-açúcar. A existência da lei conduz a uma degradação mais silenciosa nos canaviais, mas não menos presente, como demonstrou a realidade desses trabalhadores em seus locais de trabalho.

As condições de trabalho no corte da cana demonstram a realidade de uma produção que consome o trabalhador e sua força de trabalho. A agroindústria canavieira reclama modernidade para o setor, e o capital tem respondido com tecnologia de ponta, mas, contraditoriamente, mantêm em sua cadeia produtiva pessoas que são exauridas pelo trabalho.

### 3.3.3 Condições de vida dos canavieiros: o doce amargo da cana

Na seção anterior, investigamos o processo de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, relacionando-o a exigibilidade de alta produtividade exigida pelos empregadores, a precarização das condições de trabalho e o adoecimento dos cortadores de cana aliado ao prolongamento da jornada e aceleração do ritmo de trabalho.

Vimos que o imperativo da maior produtividade como forma de manutenção do emprego é resultado de diversos fatores como a seleção de trabalhadores com perfis mais adequados à atividade (homens, jovens, dotados de resistência física), na qual a contratação geralmente é limitada ao período de safra e, o pagamento é determinado pela produção.

Consideradas as perversas condições de trabalho desses trabalhadores rurais, passaremos agora a analisar sua condição de vida e de suas famílias diante desse universo tão precarizado. Para tanto, não vamos nos reportar à emancipação humana, preconizada pelos nossos ideais marxistas. Ficamos aqui, pé no chão capitalista, tomando como referencia a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Esta consagrou a dignidade da pessoa humana como princípio fundante do Estado Democrático de Direito e um dos pilares estruturais da organização do Estado brasileiro (art. 1º, III).

Ancorado em tal princípio, questionamos sobre a dignidade enquanto pessoa dos cortadores de cana, cuja existência é tão só um meio para garantir a reprodução e acumulação do capital, no âmbito dessa agroindústria, como mostramos.

Nesse sentido, perguntamos aos entrevistados como os mesmos se sentem em relação à atividade no corte da cana, como são suas condições de vida e de suas famílias, e como sobrevivem no período da entressafra.

100% dos trabalhadores afirmaram que não possuíam boa condição de vida. Mas, para eles, o fato não verem suas famílias passando fome já é suficiente:

*“É mais ou menos né? O cara chega cansado, não quer fazer nada. A família tá indo. A mulé ajuda. Dá pra comer. Vida dura, difícil. É melhor do que não ter nada”*

( Entrevistado 8)

*“É normal a condição de vida. Dá pra passar. A família normal também. O menino estuda e ajuda a mãe. A menina tá aprendendo aos poucos. Minha vida tá boa, tá ruim não. Não esbanjamos nada, mas pelo menos temos comida na mesa.”*

(Entrevistado nº9)

*“É sofrida demais. Um emprego que acaba com você, te deixa sem coragem pra nada. Quando chego em casa já é o outro dia, porque fico cansado demais. A condição da família também é sofrida. A mulher ajuda, faz bico, sofre. Mas tem comida no prato ( Entrevistado nº11)*

Através das falas, podemos perceber que o cotidiano desses trabalhadores, na maior parte do tempo, é voltado às atividades laborais. Como vimos, eles chegam ao local de trabalho por volta das cinco horas da manhã e só voltam para casa aproximadamente às cinco da tarde. A que são reduzidos esses homens? Contentar-se em ter o que comer é uma barbaridade numa sociedade tão rica.

*“A gente não quer só comida*

*A gente quer bebida*

*Diversão, balé*

*A gente não quer só comida*

*A gente quer a vida*

*Como a vida quer” (Arnaldo Antunes / Marcelo Fromer / Sérgio Britto)*

Há quem diga, ressaltado pelo discurso capitalista, que o ser humano não necessita de nada além do pão para sobreviver. Mas e quanto às necessidades do espírito? E quanto ao alimento da alma? Seriam os cortadores de cana da era moderna à semelhança dos escravos, instrumentos que falam, meros instrumentos de trabalho?

*“É um emprego que cansa muito, deixa o cara acabado, sem ânimo. A vida é só essa. É trabalhar, trabalhar e tentar se recuperar pra trabalhar de novo. Trabalho nisso porque é o jeito. Não aparece nada melhor né?*  
(Entrevistado nº 15)

Dessa maneira, para os trabalhadores do corte da cana, a prática de lazer está relacionada ao que eles chamam de “estar parado”. Ao trabalhador caberia somente o descanso para poder estar “novo” no dia seguinte e assim produzir cada vez mais para o capitalista. Esse tempo de descanso, por sua vez, se configura como tempo de reposição das forças para o trabalho.

Diante do exposto, nos apoiamos naquilo que Marx denominou “estranhamento”, em que o trabalhador, entre outros fatores, não se reconhece no trabalho que executa, nem no produto final deste. Para ele:

Segundo leis da Economia Política o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que tanto melhor formado o seu produto tanto mais de formado o trabalhador, que tanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador, que quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza (MARX apud ANTUNES, 1999, p. 124).

A atualidade das palavras de Marx pode ser vista no trabalho do cortador de cana, que se converte num martírio necessário à sua sobrevivência. A irracionalidade presente no fato desse sujeito ter que trabalhar 11 horas por dia no sistema 5/1 em um serviço que constantemente proporciona-lhe um crescente mal-estar físico e mental, só pode levar o trabalhador a dizer que trabalha nisso porque é o jeito, porque não lhe são ofertadas outras oportunidades de emprego que lhe remunerem melhor.

Essas condições desumanas impostas aos canavieiros em seu ambiente de trabalho extrapolam o espaço da produção, na medida em que tolhe do indivíduo o tempo para suas demais atividades, o suporte financeiro para satisfazer suas necessidades e de sua família, além de corroer sua saúde e condená-lo a morrer pobre e prematuramente.

Como se não bastasse, essa atividade corrói também a sua subjetividade. As falas acima nos revelam um esvaziamento das motivações, da autoestima e da autoimagem desses trabalhadores. Sendo assim, entendemos que essas questões contribuem para o colapso desses trabalhadores enquanto seres humanos.

Consideramos ainda o fato de a atividade do corte da cana ser marcado e configurado pelos contratos temporários. Próximo do término da safra, quando a necessidade do corte da cana cai vertiginosamente nos canaviais, um contingente numeroso de cortadores é dispensado de sua atividade. Nesse sentido, interrogamos de que maneira sobrevivia o trabalhador no período da entressafra e obtivemos os seguintes resultados:

**Tabela 6** – Como sobrevive o trabalhador no período da entressafra, Mamanguape-PB

| Ocupação | n | %    |
|----------|---|------|
| Bicos    | 6 | 53,8 |

|                      |    |       |
|----------------------|----|-------|
| Atividades Agrícolas | 3  | 19,2  |
| Desempregado         | 4  | 23    |
| Não respondeu        | 1  | 3,8   |
| Total                | 15 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta, 2012. Elaboração Própria

O que pudemos apreender sobre o momento da entressafra, é que boa parte dos canavieiros se encontra inserido no mercado de trabalho informal que se caracteriza pela forma dos “bicos”.

Outra parte é constituída por aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, ou seja, ficam desempregados e, durante a entressafra, vivem unicamente por meio da ajuda de familiares ou pelo Programa Bolsa Família, como nos relatou 23% dos entrevistados. Já 19,2% afirmaram trabalhar em atividades agrícolas como limpar mato, pescar, cortar árvores.

Percebemos que esses trabalhadores ficam desempregados na entressafra e sem nenhuma perspectiva de trabalho, pois seu nível de escolaridade como mostramos, é baixo ou até mesmo inexistente. Aguardando o período da próxima safra, eles convivem com a incerteza de saber se serão ou não contratados pela usina.

A situação desses trabalhadores afirma a configuração de um cenário marcado pelo trabalhador informal, terceirizado, precarizado, subcontratado e flexibilizado, como mostramos no capítulo II.

Durante a entressafra, portanto, restam a esses trabalhadores o desemprego, o trabalho informal, a caridade e a Política Social, a exemplo da Política de Assistência, que aqui se expressou no Programa Bolsa Família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da cana-de-açúcar nasceu com a própria história do Brasil. Desde a colonização, a exploração da cana de açúcar gerou relações marcadas pela exploração dos trabalhadores, o enriquecimento dos usineiros e a manutenção precária das condições de trabalho nesse âmbito, no qual a base inicial da produção do açúcar se fez através do trabalho indígena, que posteriormente, foi substituído pelo trabalho africano importado.

Após entendermos o processo histórico de construção dessas relações, marcado, como já ressaltamos, pelo trabalho escravo e indígena, analisamos o aviltante mundo do trabalho do cortador de cana e sua relação com a reestruturação produtiva que vem se consolidando no setor sucroalcooleiro em conformidade com o modelo de desenvolvimento agrário constituído no Brasil.

Dentre outros aspectos analisados, atentamos para a falta do acesso à terra pelo homem do campo, entendendo que se muitos dos cortadores de cana tivessem terra para trabalhar, não estariam se submetendo a tais condições de trabalho. Esse entendimento, no entanto, mereceu sempre uma ressalva, pois não ignoramos que as propostas de reforma agrária se inscrevem na preservação da propriedade privada. Nossa intenção, para além das preocupações com a vida humana, foi demarcar que os direitos burgueses não se cumprem na prática.

Vimos que a sociedade capitalista transformou o trabalho que é fundante do ser social em alienado e precarizado. Nesse processo, o trabalhador não se reconhece, nem se satisfaz no trabalho, mas se degrada e se desumaniza, como nos revelou as condições de vida e trabalho desse segmento de trabalhadores.

No que se refere à imposição do ritmo de trabalho e aos salários dos cortadores de cana, o que determina quanto cada um receberá é a quantidade (em toneladas) de cana cortada diariamente associada aos contratos de

trabalho. Ou seja, quanto maior a produção tem-se um aumento do salário. No intuito de produzir e ganhar mais, a competitividade entre os trabalhadores agudiza-se e conseqüentemente suas lutas pela defesa e melhoria das suas condições de vida e trabalho ficam enfraquecidas.

Nesse sentido, o pagamento por produção tem por objetivo a produtividade crescente, fazendo com que os trabalhadores aumentem o esforço dispendio no trabalho, o que pode provocar sérios problemas de saúde para o trabalhador ou até mesmo a morte dentro e fora dos canaviais, como mostramos durante esse estudo.

Quanto ao processo de mecanização no campo, observamos que mesmo com o início do processo de reestruturação produtiva em escala global a partir dos anos 70, o capital não pode eliminar completamente o trabalho vivo, mas conseguiu reduzi-lo em algumas áreas, como bem visto no setor sucroalcooleiro em que os cortadores de cana estão sendo substituídos gradativamente por máquinas colheitadeiras, restando-lhes os terrenos mais acidentados em que as máquinas não podem exercer o corte por limitações técnicas existentes. O corte nesses terrenos exige maior dispendio de força física por parte do trabalhador, causando-lhes mais, uma vez, sérios problemas de saúde.

No tocante as condições de vida e trabalho do cortador de cana, podemos perceber que o perfil desses trabalhadores de acordo com a nossa pesquisa é formado por trabalhadores do gênero masculino, adultos jovens, com baixa escolaridade e baixa condição socioeconômica, trabalhando em jornadas extenuantes e recebendo baixos salários sem garantias trabalhistas.

Suas famílias sobrevivem de maneira perversa. Como revelou a fala da maioria dos nossos entrevistados, os mesmos trabalham para comer. Vivendo, na entressafra, de caridade, de programas sociais como o Bolsa Família, fazendo bicos e sem acesso à saúde, a educação e ao lazer, esses trabalhadores e suas famílias têm suas vidas esbagaçadas pelo doce amargo da cana.

Ao atentarmos para a legislação trabalhista, foi possível observarmos que as leis/normas, no caso da NR31 e NRR4, que visam proteger a saúde e o bem estar do trabalhador em seu ambiente de trabalho nem sempre são

seguidas ou respeitadas pelos empregadores, como não são fiscalizadas com a rigidez necessária pelos órgãos competentes.

A determinação de uma jornada de trabalho de 8 horas/dia determinada pelo Estado, não diminuiu a exploração abusiva a que estes trabalhadores são submetidos. A realidade demonstrou que os sujeitos dessa pesquisa iniciam suas atividades às 5 da manhã e retornam as suas residências no final da tarde. Apesar dos entrevistados afirmarem a existência da fiscalização nos canaviais, a mesma não traz nenhuma mudança que venha a alterar suas condições laborais.

Desse modo, essa experiência de pesquisa nos permitiu verificar que, tem razão Marx, quando afirma que este modo de produção capitalista é responsável por produzir riqueza para poucos e miséria para a grande maioria. Mantêm-se intactos os interesses da classe burguesa, que por sua vez, só são possíveis mediante a exploração desenfreada dos trabalhadores.

Para tanto, a política adotada é a do “vale tudo”, inclusive oprimir, escravizar e até matar milhares de indivíduos, que não chamaremos de inocentes, porque qualquer inocência se esvai em meio a tanta brutalidade.

No que se refere às leis, parece não haver dúvida: estas se rendem ao capital. Vivemos numa sociedade na qual sequer defende-se o cumprimento das leis. Para o capital, muitas vezes, é melhor descumpri-las. Só os pobres não escapam ao seu cumprimento.

Costuma-se dizer que as leis são o reflexo da sociedade, como se as expressões e a vontade geral pudessem nelas se materializar. Todavia, a realidade comprova que as leis servem a uns e punem a outros, conforme a condição de classe.

Dentro ou à margem da lei, aqueles que detêm os meios de produção exploram de maneira desmedida milhares de trabalhadores, utilizando-se das maneiras mais perversas possíveis, como mostramos ao longo desse trabalho.

Diante disso, se nos for permitido recomendar alguma saída, parece que o caminho é fomentar o conhecimento da dinâmica capitalista, no sentido de que, em lugar da barbárie se instaure o socialismo, cuja sociabilidade prevê produtores associados e não exploração dos que produzem a riqueza material. Entendemos que não se trata de um salto imediato da teoria para a ação, mas, certamente, só se transforma aquilo que se conhece.

## REFERÊNCIAS

ANTONIL, A.J. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. São Paulo: Itatiaia, 1982.

ALBUQUERQUE, V. **Reforma agrária no governo Lula:** Uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, França, 2005.

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. In: NOVAES, J.R; ALVES, F. (Orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo Agroindustrial canavieiro.** São Carlos, São Paulo: EDUFS Car. 2007.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

AGROBYTE. **Cana de açúcar.** Disponível em: <http://www.agrobyte.com.br/cana.htm>. Acesso em: 8. Mar. 2013

ALMEIDA, B de L.F. **O Serviço Social na Contemporaneidade.** Rio Branco/AC: IESACRE, 2004b.

ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Lista de Usinas.** Disponível em: <[www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)>. Acesso em: 03/03/2013.

ASPLAN - ASSOCIAÇÃO DE PLANTADORES DE CANA DA PARAÍBA. **Variedades cultivadas na Paraíba.** Disponível em: <[http://www.asplanpb.com.br/asplan/arquivos/Materiais/Variedades\\_Cana.pdf](http://www.asplanpb.com.br/asplan/arquivos/Materiais/Variedades_Cana.pdf)>. Acesso em: 02/03/2013.

BRAY, Silvio C; FERREIRA, Enéas R; RUAS, Davi G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil.** Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2000.

BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 - 1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COELHO, R. **Corte de cana: facção e coração.** Disponível em: <http://www.aems.com.br/conexao/edicaoatual/Sumario/downloads/2012/saude/CORTE%20DE%20CANA%20FAC%C3%83O%20E%20CORA%C3%87%C3%83O.pdf>, Acesso em: 5. Mar. 2013

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo.** CANUTO, A; SILVA LUZ, C; AFONSO, J.B.G (Coord). Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2003.

CORREIO CIDADANIA. A morte no caminho da cana. 26 de junho de 2010. Disponível em: < <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/4775/9/> > Acesso em: 12/01/2012

CARMO, O; LOURENÇO, E . **Questão Agrária e Saúde dos trabalhadores:** desafios para o século XXI. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

COMPARATO, F.K. **Capitalismo: civilização e poder.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000200020&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000200020&script=sci_arttext), acesso em: 07. Set. 2012

CUNHA, L.A. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1980.

CUNHA, R. C. **Flexibilidade do trabalho = precariedade?** Diário de notícias, 2006. Disponível em: < [http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=641419](http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=641419) > Acesso em: 24/out/2010.

DELGADO, G; SANT'ANA, A. Expansão do setor Sucro Alcooleiro e as condições de trabalho e emprego no período 2000/2006. In: SANT'ANA, R;

DRUCK, M.da G. **Terceirização: (des) fordizando a fábrica:** Um estudo do complexo petroquímico. Salvador: EDUFBA-BOITEMPO, 1999.

FALEIROS, V. de P. **A política do Estado Capitalista.** São Paulo: Cortez, 2000.

FISCHER, F. M. **Condições de Trabalho e de Vida em Trabalhadores do Setor Petroquímico.** Tese de Livre-Docência, São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1990.

FAMUP – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DA PARAÍBA. **Mamanguape.** Disponível em: [http://www.famup.com.br/index.php?run=mostra\\_noticias&id=11029&pesq=](http://www.famup.com.br/index.php?run=mostra_noticias&id=11029&pesq=) Acesso em 01. Mar. 2013

FUNDACENTRO. **Uso de EPI's.** Disponível em: [http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/noticia/semana\\_pesquisa/o\\_uso\\_de\\_luvas\\_de\\_protecao\\_no\\_corte\\_manual\\_de\\_cana\\_de\\_acucar.pdf](http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/noticia/semana_pesquisa/o_uso_de_luvas_de_protecao_no_corte_manual_de_cana_de_acucar.pdf), Acesso em: 5. Mar. 2013

FERLINI, V.L.A. **Terra, Trabalho e Poder:** o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** histórias da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1987.

FREYRE, G. **Nordeste**: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro : Jose Olympio, 1961

GNACCARINI, J. C. A e QUEDA, O. **A falência do estado fator e o setor agropecuário**. In: São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, v. 7, n. 3, jul/set, 1993.

GODINHO, V. M. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Volume IV. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em < <http://ibge.gov.br>>. Acesso em 10 de janeiro de 2013.

**Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104052/lei-3353-88>> Acesso em: 11/01/2012

LEÓN, A. A. G. **Do Engenho à Usina**. Uma Análise Sobre a Modernização da Agricultura no Município de Areia-Paraíba. Areia: UFPB, 1989.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política** – Livro primeiro, volume II: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 [1867].

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MONTEIRO, J.M. **Negros da Terra** - Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MEDEIROS, M. do C. **“Relação de trabalho: a mão-de-obra indígena na Paraíba”**. In: Ciência e História. Revista do Depto. De História do CCHLA/UFPB. Ano III, out, 1990, nº3.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Brasília. Disponível em: <[www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)>. Acesso em: 2010.

MOREIRA, E; **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 1996.

MORAES, M. A. **Indicadores do mercado de trabalho do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar do Brasil**. Estudos Econômicos, São Paulo, 37(4): 875-902, out-dez, 2007

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MISSÃO DE INVESTIGAÇÃO. **Os Agrocombustíveis no Brasil:** Informe da Missão de Investigação sobre os impactos das políticas públicas de incentivo aos agrocombustíveis sobre o desfrute dos direitos humanos à alimentação, ao trabalho e ao meio ambiente. Fian Internacional, 2008. Disponível em: < [http: 10 //www.observatoriодоagronegocio.com.br/page41/files/InfFianAgrocfinal.pdf](http://www.observatoriодоagronegocio.com.br/page41/files/InfFianAgrocfinal.pdf) >. Acesso em: 26 jan. 2012.

NOVAES, J.R.P. **Trabalho nos canaviais:** os jovens entre a enxada e o facão. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/ceres/ruris-3-1-trabalho\\_nos\\_canaviais.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ceres/ruris-3-1-trabalho_nos_canaviais.pdf). Acesso em: 03.Mar.2013

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião:** Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OESTE NOTÍCIAS. **Corte de cana é exaustivo, diz pesquisa.** 4 de maio de 2008. Disponível <[http://www.oestenoticias.com.br/oeste\\_2.php?id=56885&data\\_capa=2008-05-04](http://www.oestenoticias.com.br/oeste_2.php?id=56885&data_capa=2008-05-04)>. Acesso em: 4 /01/ 2012

OLIVEIRA, A.U. O campo brasileiro no final dos anos 80.STEDILE,J.P. (coord). **A Questão Agrária hoje.** 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, F. **Migrantes:** trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro. (os heróis do agronegócio canavieiro brasileiro). São Carlos: Edufscar, 2007.

PACTO NOTÍCIAS. **Escravidão é flagrada em desmate para usina da Votorantim.,** 16 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1647>> Acesso em: 4 de fevereiro de 2012.

PAIVA, B; PLASSAT, X. **Etanol:** energia ou morte?. Brasil de Fato. São Paulo, nº 259, fev. 2008, p. 2.

PANIAGO, Cristina. Possibilidade Ontológica do conhecimento. In: Sérgio Lessa (Org.). **Habermas e Lukács: método, trabalho e objetividade.** Maceió: Edufal, 1996.

PORTAL ECODEBATE. **Migrantes contratados para o corte de cana- de – açúcar são submetidos a condições de trabalho arcaicas precárias.** 21 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/06/21/ribeirao-preto-sp-migrantes-contratados-para-corte-de-cana-de-acucar-sao-submetido>> Acesso em: 03/02/2012.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Sociedade Açucareira no Brasil Colonial.** Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/brasil-colonia/sociedade-acucareira-nobrasil-colonial.php> Acesso em: 11. Ago.2012

PRADO JR, C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

\_\_\_\_\_ **A Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

REPÓRTER BRASIL. **Fiscais resgatam 831 indígenas de usina de cana-de-açúcar no MS.** Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1233> Acesso em: 10. Ago.2012.

\_\_\_\_\_**Proteção inadequada machuca e incomoda cortadores de cana.** Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2006/06/protecao-inadequada-machuca-e-incomoda-cortadores-de-cana/>, Acesso em: 6. Mar. 2013

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Direitos Humanos e a Indústria da cana.** Abril de 2008, Disponível:<[http://www.boellatinoamericaca.org/download\\_pt/paper\\_dh\\_e\\_a\\_industria\\_da\\_cana\\_rev.pdf](http://www.boellatinoamericaca.org/download_pt/paper_dh_e_a_industria_da_cana_rev.pdf)>Acesso em: 4 /02/ 2012.

REPÓRTER BRASIL. **Mais de 450 pessoas são resgatadas de fazendas em Alagoas.** 26 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1296>> Acesso em: 15/11/2010

SANT'ANA. R.S. **Trabalho bruto no canavial, Qustão Agrária, Assistência e Serviço Social**

SANTANA, M; CARVALHO, M.F. **Nordeste, Açúcar e Poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962.** João Pessoa: CNPq / UFPB, 1990.

SANTOS, A. C. de H. **Expropriação do trabalho e escolarização do cortador de cana em Alagoas.** Maceió, 2009. Dissertação (mestrado em educação)-Centro de educação, Universidade Federal de Alagoas.

SILVA, M. A. M. **Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”.** AGRÁRIA. São Paulo. Nº 2, 2005.

\_\_\_\_\_**Errantes do fim do século.** São Paulo: Ed. Unesp,1999.

SCOPINHO, R. A. **Pedagogia Empresarial de Controle do Trabalho e Saúde do Trabalhador: O Caso de uma Usina-Destilaria da Região de Ribeirão Preto.** Dissertação de Mestrado, São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas,Universidade Federal de São Carlos, 1995.

SILVA. M. **Agrocombustíveis como solução?** A vida por um fio no eito dos canaviais. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 2008.

SILVA, J.M.A. **A Madeira e a construção do mundo Atlântico (séculos XV - XVII).** Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

SCHWARTZ, S.B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo, Cortez, 2004.

THOMAS JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana : a relação capital e trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAINFAS, R. **A Heresia dos Índios:** catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.